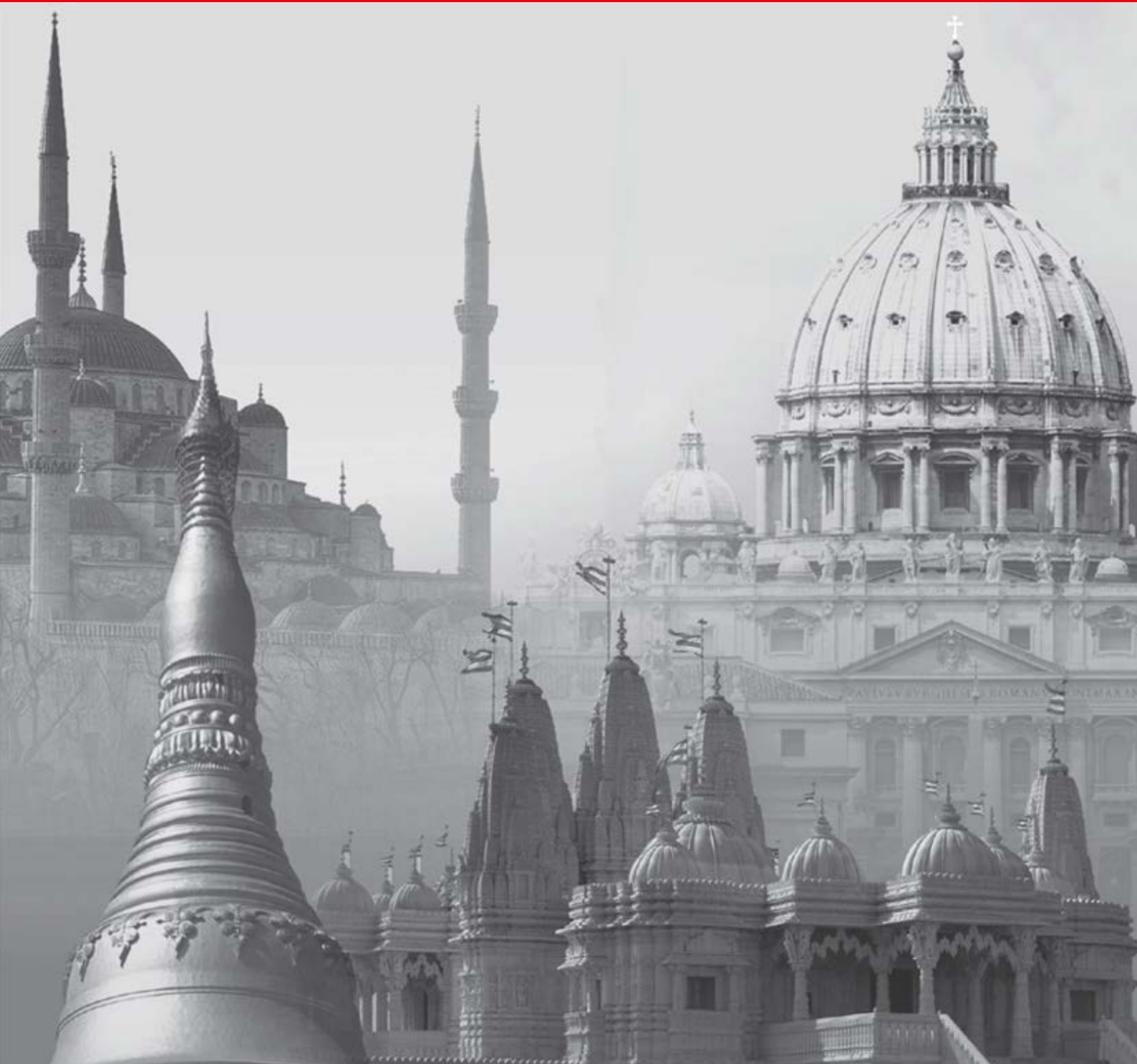


LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO **RELATÓRIO 2023**

Sumário Executivo



Fundação AIS

ACN PORTUGAL

Relatório publicado pela Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre.

O Relatório de 2023 é a 16.ª edição do Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, produzido de dois em dois anos. O Relatório é publicado em inglês, francês, alemão, italiano, português e espanhol.

Editora e Editora-Chefe: Marcela Szymanski

Presidente do Comité Editorial e Editor Sénior: Mark von Riedemann

Comité Editorial: José Luis Bazán, Roger Kiska, Maria Lozano, Irmina Nockiewicz, John Pontifex, Carla Diez de Rivera

Editores Regionais: Paulina Eyzaguirre, Roger Kiska, Mark von Riedemann

Assistentes Editoriais: Vanessa Bartelt, Ravi Jay Gunnoo, William Hirst, Irmina Nockiewicz, Pierre Rossi

Autores: Daisy An, José Luis Bazán, Pamela Chavez, Marissa Eckelkamp, Madeleine Enzlberger, Pamela Paulina Eyzaguirre, Roger Kiska, Robert Lalonde, Maria Lozano, Raquel Martin, Conn McNally, John Newton, Huan Nguyen, Irmina Nockiewicz, Chris Ostertag, Maurits Potappel, Xavier Pereira, Marta Petrosillo, John Pontifex, F. Borba Ribeiro Neto, José Carlos Rodriguez Soto, Benedict Rogers, Andrew Scarafile, Chiara Verna

Tradutores: Ravi Jay Gunnoo, Philippe Joas, Mercedes Lucini, Shahid Mobeen, Pierre Rossi, Sofia Søndergaard, Wort-Wahl Team

Design da capa: João Sotomayor (Portugal)

Design gráfico: Michał Banach (Polónia)

INTRODUÇÃO

Regina Lynch,
Presidente Executiva, Fundação AIS Internacional

A Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (Fundação AIS) é uma instituição católica criada em 1947 para servir os Cristãos que sofrem e são perseguidos em todo o mundo, que se encontram em situação de necessidade pastoral e material. Durante mais de 75 anos, os projectos da fundação pontifícia procuraram manter a fé viva em áreas do mundo onde a Igreja Católica se depara com discriminação, opressão e perseguição.

Embora estes projectos respondam a pedidos de bispos e de outros parceiros de projectos e sejam canalizados através da Igreja Católica, a ajuda da Fundação AIS beneficia frequentemente outras comunidades religiosas, tanto directa como indirectamente. Por exemplo, no Líbano, onde a Fundação AIS apoia escolas católicas, a maioria dos alunos é muçulmana. Estas famílias muçulmanas procuram o ensino católico devido à sua elevada qualidade. Este facto também promove o diálogo entre as várias comunidades religiosas.

Na África subsariana, onde grassa a violência jihadista, quando as aldeias rurais são atacadas pelo Boko Haram ou pelo autoproclamado Estado Islâmico, os aldeões – tanto muçulmanos como cristãos – fogem para o local de refúgio mais próximo. Muitas vezes, onde não há militares nem polícia, estas vítimas procuram abrigo em igrejas. Também aqui a Fundação AIS é chamada a ajudar os padres e as religiosas a oferecerem cuidados e consolo espiritual aos traumatizados. Como revela o prefácio da Irmã Glória, em situações de crise extrema, em que as ONG, os funcionários das Nações Unidas e os diplomatas não têm outra opção senão partir, a Igreja Católica acaba por ser a única entidade a fornecer cuidados materiais e pastorais, bem como uma voz solitária a defender as vítimas. A Igreja nunca se vai embora porque ela é da terra.

Desde 1999, a Fundação AIS tem vindo a publicar o *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo*, uma análise global (196 países) que avalia a situação deste direito humano fundamental para os seguidores de todas as tradições religiosas. Muitas vezes, perguntam-nos: “Porquê produzir um relatório sobre liberdade religiosa? O *Relatório Perseguidos e esquecidos*? da Fundação AIS avalia a opressão dos cristãos, mas este facto só pode ser entendido no contexto do direito de cada indivíduo a ser livre de coerção religiosa.

As reacções às edições anteriores do *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* têm sublinhado cada vez mais o desejo não só de estar informado e de rezar sobre a situação, mas também de tomar medidas para ajudar. As pessoas que se envolveram no relatório disseram-nos que querem saber se há algo que possam fazer para ajudar os

sobreviventes de perseguição e evitar que ocorram violações da liberdade religiosa no futuro.

Uma das principais respostas é a ajuda. Como instituição de beneficência católica, a Fundação AIS apoia mais de 5.000 projectos em 132 países de todo o mundo. Para além da ajuda pastoral e de emergência, este *Relatório da Liberdade Religiosa* apresenta, pela primeira vez, sugestões de acções de sensibilização para os leitores.

Oração: reze pelas vítimas de discriminação e violência.

Partilhar informação: divulgue este Relatório nas suas redes – família, amigos, pessoalmente e nas redes sociais – e dê destaque às principais conclusões do Relatório.

Defender as vítimas de perseguição: utilize este Relatório para identificar casos de indivíduos ou grupos de pessoas que tenham sofrido violações da liberdade religiosa e defenda-os nas suas comunidades e redes de trabalho utilizando as redes sociais.

Contactar os políticos: informe e incentive os seus representantes políticos (por exemplo, deputados) a defenderem os direitos das pessoas que sofrem discriminação e perseguição devido à sua fé.

Manter-se informado: informe-se sobre novas leis e políticas que possam ser utilizadas para perseguir grupos religiosos vulneráveis.

O *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* da Fundação AIS tem como único objectivo recolher informações e fornecer análises sobre o abuso deste direito humano fundamental em todo o mundo. Trata-se de uma ferramenta. A ferramenta é tão boa quanto aqueles que a utilizam, a partilham com outros e trabalham para mudar a situação.



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 3 |
| Prefácio da Irmã Gloria Cecilia Narváez Argoty | 5 |
| Principais Conclusões | 6 |
| Análise Global..... | 10 |
| Análise Regional: | |
| África Subsariana | 18 |
| Ásia Continental | 23 |
| Ásia Marítima | 28 |
| Médio Oriente e Norte de África | 32 |
| Países da OSCE | 38 |
| América Latina e Caraíbas | 43 |
| Informação de Fundo: | |
| Artigo 18.º: Um direito indivisível dividido | 8 |
| Nigéria: Uma democracia falhada? | 16 |
| Será que há apenas um Budismo? | 26 |
| Manuais escolares e o futuro da liberdade religiosa | 31 |
| Linguagem forçada | 36 |
| Celebrações religiosas e o regresso da alegria | 45 |
| Para um diálogo mais abrangente entre Católicos e Muçulmanos | 46 |
| Casos de Estudo: | |
| Nigéria: Apedrejada até à morte por causa de uma mensagem de WhatsApp | 15 |
| República Democrática do Congo: Smartphones, terras raras e violência jihadista..... | 22 |
| Índia: Leis de controlo da demografia religiosa | 25 |
| Líbano: O êxodo cristão..... | 35 |
| Finlândia: Censura contra as Escrituras | 41 |
| Nicarágua: Detenções, profanações e deportações. | 42 |
| Fontes..... | 48 |

Anexo

Tendências Globais da Liberdade Religiosa

Mapa

Infografia

PREFÁCIO

*Irmã Gloria Cecilia Narváez Argoty,
Irmãs Franciscanas de Maria Imaculada*

A 7 de Fevereiro de 2017, fui raptada em Karangasso, no sul do Mali, pelo que mais tarde descobrimos ser um grupo jihadista. Após quatro anos e oito meses, acabei por ser libertada a 9 de Outubro de 2021. Foi, sem dúvida, uma das experiências espiritualmente mais transformadoras da minha vida. Hoje, olhando para trás, embora pareça paradoxal, foi talvez uma das maiores bênçãos que Deus me deu.

Comecei a trabalhar neste país africano em 2010. Como religiosa numa região maioritariamente muçulmana, procurei sobretudo as mulheres. E quero chamar a atenção para este facto (trabalhar numa região de maioria muçulmana) porque o carisma de São Francisco de Assis para a minha comunidade religiosa – as Irmãs Franciscanas de Maria Imaculada – dá uma ênfase especial na fraternidade como um dom de Deus.

Foi precisamente este carácter fraterno que fez com que o povo do Mali gostasse tanto de nós, missionárias. Os muçulmanos da comunidade em que servíamos admiravam-nos por dois aspectos: a oração constante e a fraternidade aberta. Viam-nos sempre unidas e a rezar, a trabalhar para os outros, com bondade, independentemente dos incómodos ou das condições precárias, com um sorriso constante e uma atitude de proximidade. As diferenças de etnia, de classe ou de religião não nos faziam diferença, tratávamos todos com amor.

As famílias, por seu lado, recebiam-nos nas suas casas e partilhavam a sua comida; por exemplo, no final do Ramadão (no Islão, é um mês de jejum que termina com uma grande festa), éramos convidadas a festejar em suas casas, e éramos sempre tratadas com grande amabilidade. Não havia portas fechadas nem muros. Ao mesmo tempo, era uma oportunidade para evangelizar à nossa maneira, pois dizíamos-lhes que o nosso trabalho e a nossa relação fraterna com as pessoas não eram obra desta ou daquela irmã, mas que tudo era feito graças a Deus, que é o doador de todas as bênçãos.

Mas, para os meus raptadores, nada disso importava. Numa tal situação, a fraternidade que até então tinha sido uma constante no meu trabalho missionário desapareceu. A liberdade, não apenas a liberdade física, que me permitia deslocar-me sem restrições, tornou-se apenas uma palavra, um desejo imenso. Com o passar do tempo, e talvez por causa do que tinha experimentado anteriormente no contacto contínuo, amoroso, respeitoso e amável com pessoas de todas as confissões religiosas e de todas as condições, apercebi-me de que tinha perdido não só a minha própria liberdade, mas também a minha liberdade religiosa: fui perseguida, espancada e insultada

por professar a minha fé católica, ou pelo menos por tentar fazê-lo.

No entanto, apesar de circunstâncias tão adversas, do mau tempo, dos maus-tratos diários, das humilhações, da privação de alimentos e de água, nunca – nem uma única vez – deixei de agradecer a Deus por me ter permitido acordar e estar viva no meio de todas as dificuldades e perigos: “Como poderia não te louvar, abençoar e agradecer, meu Deus? Porque me encheste de paz perante os insultos e os maus-tratos!”

Também rezei – e continuo a rezar – pelos meus raptadores. Mesmo quando me batiam sem motivo, ou simplesmente porque estava a rezar, dizia para comigo: “Meu Deus, é difícil estar acorrentada e ser espancada, mas vivo este momento tal como mo apresentas... E, apesar de tudo, não gostaria que nenhum destes homens (os meus raptadores) fosse ferido”.

No meu trabalho como missionária, fiz o possível para respeitar os outros, e isso foi essencial para realizar o meu trabalho. Se amamos, aceitamos e somos respeitadores. Se respeitarmos a liberdade dos outros de viverem de acordo com a sua religião, então podemos receber o mesmo respeito.

Agora que me foi dada a oportunidade de escrever o Prefácio da edição de 2023 do *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo*, estou ciente da importância de falar sobre este direito fundamental – a liberdade religiosa – para garantir a sua protecção, especialmente numa sociedade polarizada onde se tenta varrer para debaixo do tapete os abusos cometidos contra a liberdade de professar crenças religiosas.

Com o meu trabalho missionário num ambiente muçulmano e partilhando uma boa parte do meu cativeiro com duas mulheres, uma muçulmana e outra protestante, aprendi que, se nos amarmos, aceitarmos e respeitarmos uns aos outros, podemos viver como irmãos e irmãs, e que a aceitação não significa renunciar às nossas crenças, pois o verdadeiro respeito consiste em ouvir, acolher e reconhecer cada um por aquilo que é.



PRINCIPAIS CONCLUSÕES

No contexto de um clima global tenso, afectado pelas **consequências da pandemia de COVID-19, pelas consequências da guerra na Ucrânia, pelas preocupações militares e económicas em torno do Mar do Sul da China e pelo rápido aumento do custo de vida a nível mundial**, a liberdade religiosa foi violada em países onde vivem mais de 4,9 mil milhões de pessoas. Consideramos 61 países onde os cidadãos enfrentaram graves violações da liberdade religiosa.

A categoria Vermelha, que denota a existência de perseguição, inclui 28 países que albergam cerca de 4,03 mil milhões de pessoas que, no seu conjunto, constituem mais de metade (51,6%) da população mundial. Destes 28 países, 13 situam-se em África, onde em muitas regiões a situação se deteriorou fortemente.

A categoria Laranja, que denota a existência de discriminação, inclui 33 países, onde vivem quase 853 milhões de pessoas. A situação piorou em 13 destes países.

A classificação “em observação” inclui países onde foram observados factores de preocupação emergentes que têm o potencial de causar uma ruptura fundamental na liberdade religiosa. Os mapas da Análise Regional (páginas 18, 23, 28, 32, 38 e 43) identificam estes países com o símbolo de uma lupa.

Em todas as classificações, **podem ocorrer crimes de ódio e crimes de atrocidade**. Estes incidentes são a manifestação da violação da liberdade religiosa.

Os restantes países não foram classificados, mas isso não significa necessariamente que tudo seja perfeito em termos de liberdade religiosa.

Durante o período em análise, a perseguição intensa tornou-se mais aguda e concentrada, e a impunidade aumentou. Esta perseguição incluiu violações extremas do artigo 18.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

1. A nível mundial, a manutenção e a consolidação do poder nas mãos de autocratas e de líderes de grupos fundamentalistas conduziu a um aumento das violações de todos os direitos humanos, incluindo a liberdade religiosa. **Uma combinação** de ataques terroristas, destruição de património e símbolos religiosos (Turquia, Síria), manipulação do sistema eleitoral (Nigéria, Iraque), vigilância em massa (China), proliferação de leis anti-conversão e restrições financeiras (Sudeste Asiático e Médio Oriente) aumentou a opressão de todas as comunidades religiosas.

2. Os casos “híbridos” de perseguição “educada” e sangrenta tornaram-se mais frequentes. Ocorrendo na maior parte dos casos sem protesto, os governos aplicaram leis controversas que restringiam a liberdade de religião ou discriminavam certas comunidades religiosas (cf. leis anti-conversão). Simultaneamente, os ataques violentos contra as pessoas da religião “errada” foram “normalizados” e, na maior parte dos casos, não foram objecto de processos judiciais (América Latina). Esta situação também se verificou nos países ocidentais, mas o recurso à justiça foi mais fácil.

3. Um aumento do número de comunidades religiosas maioritárias que são objecto de perseguição. Até à data, a maioria dos grupos religiosos perseguidos pertencia a comunidades religiosas minoritárias. Cada vez mais comunidades religiosas maioritárias estavam também a ser perseguidas (Nigéria, Nicarágua).

4. Uma reacção cada vez mais silenciosa da comunidade internacional às atrocidades cometidas por regimes autocráticos “estrategicamente importantes” (China, Índia) demonstrou uma cultura crescente de impunidade. Países importantes (Nigéria, Paquistão) escaparam a sanções internacionais e a outros castigos na sequência de revelações de violações da liberdade religiosa contra os seus próprios cidadãos.

5. A ascensão de “califados oportunistas”. Durante o período em análise, as redes jihadistas transnacionais em África mudaram cada vez mais de tática. Gradualmente, passaram da conquista e defesa de territórios fixos para ataques de “toca e foge” com o objectivo de criar comunidades isoladas (cf. Moçambique) em zonas rurais mal defendidas, de preferência as que têm recursos minerais (cf. R.D. Congo). As estratégias tradicionais de matar e pilhar deram lugar a uma tendência para impor impostos e comércio ilegais, dando origem a um Estado dentro do Estado. A insegurança e a falta de controlo governamental conduziram a revoltas e golpes militares (dois no Mali e um no Burquina Fasso).



6. As tendências divergentes no seio das comunidades muçulmanas tornaram-se mais visíveis. Por um lado, os jovens sem direitos, empobrecidos e frustrados eram cada vez mais atraídos pelas redes terroristas e criminosas islâmicas (África). Por outro lado, inquéritos recentes, nomeadamente no Irão, revelaram que um número crescente de muçulmanos se identificava como não religioso.

7. Aumento da perseguição dos muçulmanos, nomeadamente por outros muçulmanos. Na China, prosseguiram as perseguições brutais contra os uígures, tendo os muçulmanos da Índia e de Mianmar sido igualmente objecto de discriminação e perseguição. Foram também registados incidentes crescentes de **perseguição intra-muçulmana** entre sunitas e xiitas (Hazar no Afeganistão), entre interpretações muçulmanas nacionais e “estrangeiras”, bem como entre formas dominantes e as chamadas “desviantes” do Islão (ahmadi no Paquistão).

8. Os relatos de agressões contra a comunidade judaica no Ocidente aumentaram após os confinamentos relacionados com a COVID-19. Os crimes de ódio antisemitas comunicados nos países da OSCE aumentaram de 582 em 2019 para 1367 em 2021.

9. Os raptos, a violência sexual, incluindo a escravatura sexual e a conversão religiosa forçada, continuaram a verificar-se e permaneceram em grande parte impunes (África Ocidental, Paquistão). Os raptos e o tráfico de seres humanos foram alimentados pelo agravamento da pobreza e pelo aumento dos conflitos armados. Em dezenas de países, as mulheres e as raparigas das minorias religiosas sofreram especialmente com esta forma de violência.

10. Inflacionar o número de fiéis como forma de manter o poder político. Nalguns casos, as comunidades religiosas, procurando preservar o seu estatuto político, religioso e social, exageraram o número de fiéis, fornecendo dados religiosos enganadores aquando do registo oficial das crianças ou adiando indefinidamente o recenseamento da população (Líbano, Índia, Malásia).

11. O aumento do controlo, incluindo a vigilância em massa, teve impacto nos grupos religiosos. No Ocidente, as redes sociais foram utilizadas para marginalizar e visar grupos religiosos. Estes desenvolvimentos minaram as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de consciência, de pensamento, de religião, de expressão, de movimento e de reunião.

12. No Ocidente, a “cultura do cancelamento”, incluindo a “linguagem forçada”, evoluiu do assédio (verbal) de indivíduos que, por razões religiosas, têm opiniões diferentes, para incluir ameaças legais e perda de oportunidades de emprego. Os indivíduos que, devido à sua fé, não conseguiram expressar posições que apoiassem especificamente pontos de vista em conformidade com as exigências ideológicas prevalentes (“cultura do cancelamento”) foram ameaçados com sanções legais. As redes sociais foram um factor importante de impulso a esta tendência.

13. Foram inseridos conteúdos depreciativos sobre as religiões minoritárias nos manuais escolares (Índia, Paquistão), com consequências potencialmente significativas para o futuro das relações inter-religiosas.

14. Proliferação de legislação anti-conversão, bem como iniciativas de reconversão que oferecem benefícios económicos aos que aderem à religião maioritária ou a ela regressam (Ásia, Norte de África). As provas recolhidas revelaram a existência de nova legislação e uma aplicação mais severa das leis anti-conversão existentes nos casos em que a maioria religiosa procurou consolidar o poder político. Os esforços renovados de reconversão ofereceram privilégios económicos aos membros que se convertessem. Inversamente, estes benefícios foram retirados aos convertidos, comprometendo o bem-estar de toda a família em zonas afectadas pela pobreza..

15. Aumento dos ataques a líderes religiosos e outros colaboradores da Igreja por grupos criminosos organizados (América Latina). Os representantes religiosos, defensores dos migrantes e de outras comunidades desfavorecidas, foram visados – raptados e até assassinados – por se manifestarem contra os grupos criminosos e tomarem medidas para os travar.

16. Participação recorde em celebrações religiosas populares após o confinamento da COVID-19. Após três anos de suspensão e restrições na maior parte das regiões do mundo, o regresso das grandes celebrações religiosas – expressões públicas da religiosidade popular – atraiu milhões de fiéis (cf. Estudo de caso sobre as celebrações religiosas).

17. As iniciativas de diálogo inter-religioso aumentaram. O Papa Francisco e outros líderes da Igreja em todo o mundo alargaram o seu alcance a outras comunidades religiosas. Os líderes religiosos da Indonésia, Nahdlatul Ulama, intensificaram o diálogo com os seus homólogos hindus e, no G20, criaram um grupo permanente sobre religião, envolvendo outras comunidades religiosas importantes.



Artigo 18.º: Um direito indivisível dividido

Dr. José Luis Bazán

Durante o processo de redacção da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), em Maio de 1948, o representante da URSS recomendou uma disposição que sublinhava a independência entre a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa, dando proeminência à primeira para, alegadamente, “garantir a liberdade de consciência”, “promover o desenvolvimento das ciências modernas (...) [e] descartar todas as crenças antiquadas e o fanatismo religioso”.¹ A delegação soviética justificou a proposta afirmando que “a expressão ‘liberdade de pensamento’ incluía o pensamento científico e filosófico, bem como o pensamento nas suas formas religiosas”,² uma posição semelhante à do representante chinês, que considerou que “a liberdade de pensamento inclui a liberdade de consciência, bem como a liberdade religiosa”.³

Considerando que os Estados Unidos confirmaram a proposta que incluía a “liberdade de religião” (e não apenas a “observância religiosa”) no artigo 18.º da DUDH,⁴ só se chegou a um acordo final na sequência de um princípio expresso pelas Filipinas, segundo o qual uma declaração sobre os direitos humanos “deve tentar [...] exprimir uma filosofia comum a todas as nações e, assim, promover o progresso da raça humana”⁵ através do reconhecimento de um direito único à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. A URSS aceitou com relutância a versão final do projecto de texto porque “os outros países não eram tão progressistas como o seu e, por conseguinte, seria demasiado esperar que subscrevessem as mesmas garantias que a URSS”.⁶

O conceito da URSS de 1948 de dividir o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião em três direitos autónomos, embora ligados, está de volta. São dignos de nota os esforços para delimitar e classificar as componentes do artigo 18.º, para destacar a liberdade de pensamento e de consciência como pertencendo ao domínio dos indivíduos não religiosos, enquanto a liberdade de religião seria, nessa perspectiva, apenas para os crentes religiosos.

Esta desconstrução do direito único em três foi evidenciada num relatório de 5 de Outubro de 2021 intitulado “A Liberdade de Pensamento”, elaborado pelo Relator Es-

pecial das Nações Unidas para a Liberdade de Religião ou de Crença, quando afirmou que “a liberdade de pensamento é reconhecida como um dos três direitos distintos, mas iguais, no âmbito do direito à liberdade de ‘pensamento, consciência e religião ou crença’”.⁷ A abordagem dividiu os direitos em três – em vez de um direito indivisível com três dimensões, como originalmente concebido –, com um enfoque singular na liberdade de pensamento.

Esta linha de raciocínio é também evidente em documentos de associações humanistas. Por exemplo, a Humanist International, no seu relatório anual sobre a liberdade de pensamento que salienta “as violações da liberdade de consciência e de crença [...] contra os não religiosos na vida quotidiana”,⁸ a palavra “religião” não aparece, sendo considerados apenas o “pensamento” e a “consciência”.

Por último, este direito é também reformulado no conjunto de ferramentas #Faith4Rights promovido pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Por exemplo, no Módulo I (Contexto) que aborda a liberdade de consciência, os autores afirmam: “A liberdade de consciência é imperativa e maior do que a liberdade de religião ou crença.”⁹

Estes esforços não só recusam a harmonia interna deste direito triádico – e do sistema de direitos humanos que se baseia na igual dignidade para todos – como contradizem o espírito do artigo 18.º, que abre espaço à consciência transcendente de cada pessoa para pensar, sentir, decidir e viver de acordo com as questões mais essenciais sobre a nossa vida humana e o nosso destino final.

Seguindo a tese de Karl Marx, de que a humanidade deve ser libertada “do feitiço da religião”,¹⁰ a tentativa de subordinar a liberdade religiosa à liberdade de pensamento e de consciência rebaixaria a liberdade de religião a uma liberdade de “segunda classe”, associada à irracionalidade, à superstição e ao sectarismo, uma fonte permanente de problemas. Consequentemente, isto elevaria os outros direitos a liberdades de “primeira classe”, como expressões de racionalidade e universalidade, e uma solução para as tensões sociais. Em última análise, a liberdade religiosa tornar-se-ia liberdade em relação à religião.

No entanto, a liberdade religiosa ocupa um lugar histórico na história da humanidade, uma vez que foi “de importância decisiva para o desenvolvimento e o avanço prático da ideia de direitos humanos na história constitucional europeia e norte-americana”¹¹ e é considerada o alerta, o instrumento mais fiável para antecipar violações gerais dos direitos humanos por parte de um regime repressivo ou tirano.

A liberdade religiosa – que não pode ser reduzida ao culto, uma vez que “irradia sobre toda a vida humana espiritual e prática”¹² – não pode existir sem liberdade de pensamento e de consciência, uma vez que estas liberdades implicam por si próprias uma posição sobre a religião, seja ela de adesão, de rejeição ou de indiferença.



A escultura “Freedom of Religion” apresenta um homem a segurar uma esfera com os símbolos das principais religiões do mundo, simbolicamente mantendo e apoiando a sacralidade das nossas crenças, como interpreta a sua autora, Marlene Hilton Moore. Jardins da Justiça McMurtry em Toronto, Canadá, 2012.

@Aitkens-Flickr/ACN

ANÁLISE GLOBAL

Dr^a. Marcela Szymanski

O período em análise (Janeiro de 2021 a Dezembro de 2022) foi dominado pela COVID-19, uma emergência sanitária mundial sem precedentes que deu origem a programas internacionais de resposta a crises igualmente sem paralelo, nomeadamente confinamentos e outras restrições rigorosas e criação de vacinas. Em 2022, a guerra na Ucrânia e as suas repercussões políticas também chamaram a atenção do mundo. Igualmente de grande importância foi a crise económica, nomeadamente a rápida inflação, e os receios de um conflito armado internacional no Mar do Sul da China. Tudo isto e muito mais desviou a atenção das questões relacionadas com a liberdade religiosa, numa altura em que se assiste a um aumento das violações deste direito humano vital em todo o mundo. Esta análise pretende mostrar que o período da COVID-19 foi especialmente catastrófico para uma série de minorias religiosas que foram alvo de impunidade enquanto a atenção internacional estava noutro lado. Ao contrário das edições anteriores do Relatório, em que esta secção se centrava na categorização geográfica, a maior parte da análise que se segue abordará, em vez disso, temas e tendências predominantes. A metodologia do *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* da Fundação AIS mede as violações da Liberdade de Religião e Crença de acordo com uma escala móvel de gravidade. Começando pelas manifestações de intolerância, estas passam depois o limiar da “discriminação”, pelo que a lei se aplica de forma diferente aos indivíduos e comunidades religiosas que enfrentam estes problemas. As formas mais graves de intolerância são consideradas “perseguição” em situações em que os actores estatais e não estatais oprimem e perseguem abertamente e com impunidade.

A investigação para este Relatório de 2023 revela que existem 61 países onde a discriminação e a perseguição são claramente evidentes, onde o direito fundamental à liberdade de pensamento, de consciência e de religião está a ser pressionado ou restringido através de novas leis. Como consequência, os cidadãos são perseguidos pelo seu próprio Governo ou são assassinados, muitas vezes com pouca ou nenhuma reacção da comunidade internacional (*ver mapa*).

Nesta edição, o Relatório identifica tendências que indicam a ameaça crescente que os autocratas representam para as minorias religiosas. **Os autocratas são aqui definidos** como governantes que exercem o seu poder, o seu uso da força e dos recursos económicos com poucos ou nenhuns limites. De acordo com L. Reardon (2019), “quer a autocracia seja composta por um monarca absoluto ou por um líder supremo autoritário, religioso, militar, fascista ou comunista, o autocrata reforça a legitimidade ao controlar os centros de poder concorrentes dentro do Estado”.¹³ Uma comunidade religiosa é frequentemente um desses

centros de poder, devido à sua “capacidade de mobilizar os cidadãos”,¹⁴ que o autocrata procura controlar.

Durante o período abrangido pelo Relatório, **surgiram alguns novos autocratas** e os existentes consolidaram a sua posição. Em ambos os casos, reprimiram os líderes religiosos e os grupos religiosos, receando a sua influência e o seu estatuto na comunidade. Noutros casos, tentaram agregá-los. Os autocratas têm-se esforçado por equilibrar os seus esforços, frequentemente violentos e opressivos, para eliminar toda a oposição, incluindo a dos grupos religiosos, com a necessidade de apresentar uma fachada humana e aceitável à comunidade mundial. Os desafios económicos relacionados com a pandemia, exacerbados pela escassez de energia causada pela guerra na Ucrânia e os interesses comerciais internacionais concorrentes resultaram num pragmatismo cínico – uma **cegueira e surdez selectivas entre os líderes ocidentais**. Estes governos, que anteriormente se orgulhavam de uma “ordem mundial baseada em regras”, deixaram de respeitar as normas internacionalmente reconhecidas em termos de direitos humanos.

Incluídos na **categoria Vermelho (perseguição)** deste Relatório, estão 28 países com um total combinado de cerca de 4,03 mil milhões de pessoas, o que equivale a 51,6% da população mundial. De realçar os dois países mais populosos, a China e a Índia, que se encontram entre os piores violadores da liberdade religiosa. Os autocratas, em diferentes níveis de Governo, combinam repressão severa com perseguição branda. Entre os exemplos contam-se o controlo do acesso ao emprego, à educação e aos serviços de saúde, a instalação de sistemas de vigilância em massa, a imposição de obstáculos financeiros e eleitorais, e a incapacidade de impor a lei e a ordem quando as comunidades religiosas são atacadas por turbas locais ou por terroristas. Os detentores do poder, tanto os actores estatais como os não estatais (terroristas), aplicam uma estratégia com o mesmo objectivo final: eliminar a autoridade concorrente detida pela comunidade religiosa indesejável. Neste caso, observamos uma nova tendência no que respeita ao tipo de agressor (*ver abaixo em “Agressores”*), **com mais Estados a perseguirem os seus próprios cidadãos**. Por último, vários países na categoria de perseguição – em especial os governos que aderem e defendem uma religião maioritária – não só manipulam a religiosidade dos seus cidadãos, como também inflacionam o seu número para consolidar e alargar o seu domínio político.

Na categoria Laranja (discriminação), o Relatório constata que se registaram mudanças consideráveis durante o período em análise. Entre os 33 países desta categoria estão três recém-chegados – Haiti, Israel e Emirados Ára-

bes Unidos. A deterioração das condições de liberdade religiosa significou que a Nicarágua e o Sudão – dois países marcados a Laranja no Relatório de 2021 – passaram para a categoria Vermelho. Novas leis estão a ser aplicadas, legalizando efectivamente a violação da liberdade de pensamento, de consciência e de religião de grupos específicos. Em 2021, havia sinais de esperança entre os países do Médio Oriente e da Ásia, onde parecia estar a desenvolver-se uma compreensão dos direitos de liberdade religiosa, mas essas esperanças foram frustradas à medida que as leis e as penas existentes se tornaram mais severas (por exemplo: “leis anti-conversão”). Entretanto, os sistemas educativos registaram poucas melhorias no sentido de reduzir a discriminação dos grupos religiosos minoritários (*ver Informação de Fundo - Manuais escolares e o futuro da liberdade religiosa*).

A classificação na categoria Laranja é também indicativa de que os governantes autoritários não só aplicam leis para restringir a liberdade religiosa, como também não proporcionam **qualquer protecção ou justiça às vítimas de ataques físicos**.

Por último, existe a categoria “**Sob observação**”. O Relatório de 2021 salientou a necessidade de permanecer vigilante, uma vez que os direitos humanos desaparecem muitas vezes gradualmente, em pequenos passos, sem que ninguém se aperceba até ser demasiado tarde. Os princípios da liberdade religiosa vulneráveis à erosão progressiva incluem: “a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar a sua religião ou crença, individualmente ou em comunidade com outros, em público ou em privado, através do ensino, da prática, do culto e da observância”.¹⁵ Cada um destes aspectos da liberdade religiosa é fundamental e indispensável. O enfraquecimento de qualquer um deles pode ser visto como uma ameaça ao direito à liberdade religiosa como um todo. As provas que revelam o declínio do gozo deste direito fundamental, à medida que os Estados abdicam da sua responsabilidade de proteger todos os cidadãos, levaram a que o país em questão fosse colocado “Sob observação”. Esta é uma categoria em que os relatórios dos países indicam não só uma evolução gradual para as piores violações, mas também revelam incidentes que se enquadram nas várias classificações de intolerância, discriminação e, por vezes, até perseguição. Os exemplos incluem ataques isolados, até mesmo assassinatos, com clara tendência religiosa, e a destruição ou vandalização de locais de culto. Dois países – Haiti e Israel – colocados “Sob observação” em 2021 desceram à categoria Laranja. Entretanto, oito países foram acrescentados a esta categoria: Argentina, Guiné-Bissau, Benim, Burundi, Essuatíni (Suazilândia), Gana, Indonésia e Madagascar.

Autocratas determinados e confiantes

É provável que os autocratas que estão na origem das piores violações da liberdade religiosa pertençam a uma ou várias **categorias de agressores**: governos autoritários, extremistas islâmicos ou nacionalistas étnico-reli-

giosos. Outro tipo de agressor com interesse em eliminar os líderes religiosos que desafiam a sua autoridade são os **grupos criminosos organizados**. Em várias partes do mundo, estes são os governantes de facto, tendo acesso a mais dinheiro e a melhor armamento do que o Estado. Dão assim a impressão de que o Governo abdicou da sua responsabilidade de proteger todos os cidadãos, ou então que as autoridades estão de facto a cooperar com os criminosos. Proliferam sobretudo em Estados falhados e semi-falhados, como a Somália, a Líbia, o Afeganistão, o Haiti e a Síria.

A vantagem que os **autocratas estatais** (excepto as ditaduras absolutas) têm sobre os grupos criminosos organizados é que, na maioria dos casos, podem ocultar as suas violações dos direitos humanos sob um manto democrático que aponta para as eleições, seja qual for a sua forma, que os levaram ao poder. No entanto, para os autocratas que manipulam o grupo religioso maioritário (*ver relatórios nacionais sobre o Paquistão, a Índia, o Sri Lanka e Mianmar [Birmânia]*), o problema é a necessidade de agradar a esta base eleitoral e, ao mesmo tempo, manter uma fachada “democrática” perante os parceiros internacionais (*ver Caso de Estudo da Nicarágua*).

Outra forma aparentemente democrática de asfixiar uma comunidade religiosa minoritária é aprovar **leis que suprimem as suas fontes de financiamento**. Por exemplo, a “Lei de Regulamentação de Moeda Estrangeira” da Índia – o complicado conjunto de regras que limita o acesso ao financiamento estrangeiro para todos os grupos locais (religiosos e não religiosos) dependentes de ajuda externa – levou à suspensão dos serviços sociais prestados por organizações religiosas às populações mais pobres.

A nossa edição de 2021 referiu-se à “**perseguição educativa**”, o termo introduzido pelo Papa Francisco para descrever leis, predominantemente no Ocidente, que, sob o pretexto da cultura e do progresso, restringem os direitos fundamentais dos indivíduos, particularmente o direito à objecção de consciência. Em muitos países, este conceito tornou-se profético onde a intolerância se transformou em discriminação – quando foram introduzidas leis que tornam “legal” a privação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Os profissionais de saúde são privados do direito à liberdade de consciência quando são obrigados, sob a ameaça de perderem os seus empregos, a participar em procedimentos como a eutanásia ou o aborto tardio, ou quando alguém pode ser preso por ficar em silêncio e rezar dentro da zona de protecção de uma clínica de aborto (*ver Análise Regional da OSCE*).

A partir de um fenómeno cultural recente – uma onda crescente de novas normas e conceitos **antropológicos** –, um novo desafio à liberdade de pensamento, consciência e religião é a “linguagem forçada”. As autoridades, incluindo os tribunais, começaram a introduzir novas definições de identidade pessoal, em que se espera de todos os cidadãos não só que aceitem publicamente normas que possam considerar contrárias à sua consciência,

mas também que sejam obrigados a utilizar as novas definições, arriscando-se a ser punidos por discurso de ódio se não as respeitarem. O próprio discurso enquadrado torna-se um meio de recusar a objecção de consciência (*ver Análise Regional da América Latina e Informação de Fundo - Linguagem Forçada*).

O caso do ex-ministro do Interior da Finlândia, Paivi Rasanen, destacado nesta publicação (*ver Estudo de Caso da Finlândia*), revela outro desafio à definição vaga de discurso de ódio, a censura. Em Abril de 2020, o Estado apresentou acusações contra Paivi Rasanen, com efeitos retroactivos, por ter partilhado uma publicação de 2004 sobre o casamento que citava a Bíblia. A objecção de consciência e a liberdade de pensamento, incluindo por motivos religiosos, foram violadas ou recusadas.

Inventar minorias

“Ataques às minorias” é uma expressão frequentemente repetida, mas subsistem dúvidas sobre o que significa exactamente esta expressão. Em algumas culturas, o estatuto de minoria traz certos privilégios e é, por isso, positivo, mas para outras esta designação é enganadora, parecendo ignorar a força numérica das comunidades religiosas em questão, bem como a sua influência histórica e cultural mais vasta na sociedade e, de facto, o seu papel proeminente nas escolas e noutros apoios sociais. No entanto, o que é mais preocupante são as provas que revelam que **uma minoria numérica, económica ou política pode ser “inventada”**, empurrando as comunidades para a irrelevância através da aplicação de medidas violentas e não violentas, quer para benefício político e/ou económico do grupo maioritário.

Os números são importantes. A 25 de Abril de 2023, o jornal britânico Financial Times salientou a importância da **demografia dos grupos religiosos** na Índia e na Nigéria,

afirmando o seu valor no que diz respeito à obtenção e manutenção do poder. O artigo afirmava que “os números da população determinam, em grande medida, a representação política e a parte do dinheiro nacional que é distribuída por cada região”. O jornal refere que muitos governos adiam os inquéritos à população durante décadas, com receio de encontrarem mudanças desfavoráveis entre os grupos que apoiam a sua manutenção no poder. A reportagem prossegue descrevendo “líderes políticos, religiosos e étnicos locais acusados de inflacionar os números”.¹⁶

Os meios através dos quais a demografia religiosa pode ser manipulada são inúmeros, incluindo consequências aparentemente positivas se uma determinada religião for adoptada ou mantida. Por exemplo, na Ásia, no Médio Oriente e no Norte de África, os relatórios dos países revelam que, ao **concederem benefícios materiais exclusivamente a uma comunidade religiosa**, as autoridades procuram manter a dimensão numérica dessa comunidade para obterem ganhos políticos. Ao nível mais básico, na Malásia, é costume registar todos os recém-nascidos como pertencendo à religião maioritária, cabendo aos pais contestá-lo mais tarde. No Paquistão, o acesso às forças armadas e ao Governo, às equipas desportivas nacionais e aos empregos mais bem pagos está, por imposição de novas leis, exclusivamente aberto ao grupo religioso maioritário. Na Índia e no Líbano, várias “leis de estatuto pessoal” e regulamentos de “escalonamento de castas” consistem em benefícios económicos que são oferecidos aos que pertencem à religião maioritária e a nenhuma outra (*ver Caso de Estudo - Leis que controlam a demografia religiosa*).

Exemplos de pressão negativa incluem a proliferação de leis que tornam crime a mudança de religião. A expansão das chamadas **leis anti-conversão** em toda a Ásia, que prevêem multas e penas de prisão tanto para o convertido como para o guia espiritual, destina-se a impedir que os grupos religiosos minoritários convidem membros

interessados do grupo religioso majoritário a converterem-se. No Médio Oriente, a punição por apostasia pode ir até à pena de morte. Por outro lado, a “reconversão” da comunidade religiosa minoritária é encorajada com benefícios materiais para aqueles que se arrependem e regressam à fé majoritária (*ver Análise Regional da Ásia e do Médio Oriente*).

Além disso, vários países impõem às minorias religiosas **obstáculos à participação na vida política** do país. Estes incluem medidas que vão desde a redução da sua capacidade de voto até à proibição total¹⁷ da ocupação de cargos públicos por membros de minorias religiosas (*ver Caso de Estudo - Líbano: O êxodo cristão, e os relatórios nacionais sobre o Afeganistão, a Argélia, o Irão, a Malásia, as Maldivas, o Paquistão e a Arábia Saudita*).

Por último, a forma mais criminosa de manipulação demográfica ocorre quando um grupo religioso é forçado a assumir um estatuto minoritário na sequência de **discriminação constante** ou de **atrocidades violentas**. Por exemplo, no Iraque e na Síria, a população cristã tem sido vítima de violência direccionada e repetida, o que tem estimulado a emigração e, assim, reduzido à força uma comunidade religiosa minoritária, ao ponto de pôr em causa a sua sobrevivência a longo prazo.

Em termos de migração motivada pela violência extremista, está em curso uma repetição desta situação em algumas partes de África. Os relatórios dos países indicam que os jihadistas filiados na Al-Qaeda e no autoproclamado Estado Islâmico estão a atacar zonas rurais relativamente indefesas para obter ganhos territoriais, mas também, como na República Democrática do Congo e em Moçambique, a concentrar-se em zonas com riqueza mineral. Embora a violência islamista seja sobretudo indiscriminada, atacando muçulmanos e cristãos, desde o nosso último Relatório que os jihadistas **têm cada vez mais como alvo**

os Cristãos (*ver Caso de Estudo - Apedrejada até à morte por causa de uma mensagem de Whatsapp*). As agressões têm lugar durante o culto cristão e os assassinios podem ser particularmente horríveis. Tal como foi referido pelo clero do estado de Benue, na Nigéria, por vezes as vítimas são primeiro alvejadas e depois os seus rostos são cortados com catanas ou outras armas “para que Deus não as reconheça”.¹⁸ Os terroristas também atacam sacerdotes ou religiosas, raptando-os ou matando-os, e incendiam capelas e escolas. Um único ataque deste tipo pode expulsar toda a população de uma aldeia, deixando-a sem casa e sem recursos. As pessoas perdem as suas fontes de rendimento, abandonando os seus campos e lojas, e os seus filhos são privados de educação e de cuidados de saúde. O resultado é o esvaziamento de uma região da sua presença religiosa histórica e o aparecimento de uma nova minoria económica e política que carece de todos os apoios básicos (*ver a Informação de Fundo - Nigéria: uma democracia falhada*).

Outra forma de violência religiosa está a ocorrer na América Latina e noutras regiões em desenvolvimento: a **identificação das religiões tradicionais como inimigas** das políticas pró-aborto e de outras políticas que afectam as mulheres. Manifestações cada vez mais violentas no México, Chile, Colômbia, Argentina, bem como em vários países do Ocidente, por exemplo as organizadas para assinalar o “Dia da Mulher” da ONU (8 de Março), testemunharam o ataque a edifícios religiosos e fiéis. As pessoas foram deixadas sem ajuda pela polícia e por outros serviços de emergência, enquanto tentavam defender as suas igrejas, templos e outros edifícios religiosos com grande risco pessoal. De igual modo, após os actos de violência, as consequências jurídicas para os agressores foram poucas ou nenhuma, o que lhes conferiu um certo sentimento de impunidade (*ver Análise Regional da OSCE - América Latina*). Não obstante estas e outras dificuldades descritas no relatório sobre a América Latina, a região

Líderes religiosos reunidos no VII Congresso de Líderes das Religiões Mundiais e Tradicionais em Nur-Sultan, Cazaquistão, 2022.



é também um farol de esperança, como se pode ver nas renovadas expressões públicas de fé, em que milhões de pessoas se uniram em alegres celebrações em todo o continente, na sequência do levantamento das restrições sanitárias impostas pela COVID-19 (*ver Informação de Fundo - Celebrações religiosas e o regresso da alegria*).

Paradoxalmente, o apoio vocal em defesa dos direitos das mulheres cala-se perante o **rapto, a conversão forçada e a escravização sexual de mulheres e raparigas de minorias religiosas**. Eufemisticamente designados como “casamentos forçados”, estes crimes – rapto, violação e conversão forçada de raparigas hindus e cristãs, principalmente de minorias, muitas vezes menores de idade – são, pelo menos em parte, motivados pelo desejo de limitar o crescimento das comunidades religiosas em questão, reduzindo o número de bebés nascidos nessa comunidade religiosa. Em última análise, se for levada a cabo em grande escala durante um longo período, esta actividade criminosa pode contribuir para o desaparecimento do grupo. Como tal, pode ser classificada como um “acto de genocídio”, tal como definido na Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio ¹⁹ (*ver relatório do Paquistão e Análise Regional de África*).

Nenhum país ocidental pode afirmar com veracidade que não tem conhecimento dos abusos que ocorrem na Península Arábica, na China, no Paquistão e na Nigéria. Com o Ocidente a olhar para o outro lado, muitas vezes motivado pela necessidade de garantir o fornecimento de recursos naturais e energéticos, os agressores tornam-se mais assertivos e tornam a legislação local mais restritiva. Desta forma, a **impunidade é tacitamente concedida** aos agressores pela “comunidade internacional”. O Paquistão pode ser novamente citado como um caso de estudo em que a lei da blasfémia, recentemente alargada, abrange também os insultos à família do Profeta, ou o Currículo Nacional Único Islâmico obrigatório para todas as escolas, contribuindo para atitudes discriminatórias em relação às minorias religiosas (*ver Análise Regional do Médio Oriente, Ásia e África*). Apesar disso, registam-se alguns desenvolvimentos positivos no Ocidente, como a nova apetência para **aplicar sanções específicas e pessoais a infractores individuais e não a países inteiros**, referidas em alguns países como sanções de “tipo Magnitsky”.

Um importante sinal de esperança é o facto de, à medida que mais pessoas no mundo se identificam como religiosas ²⁰, o ímpeto para desenvolver o diálogo inter-religioso está a aumentar. Não só o Papa Francisco continuou a sua aproximação aos diferentes ramos do Islão, como também a maior organização muçulmana, a Nadhlatul Ulama indonésia, iniciou um diálogo estruturado com os líderes religiosos hindus durante as reuniões do G20 de 2022, com um seguimento previsto para 2023 na Índia (*ver Informação de Fundo - Para um diálogo mais abrangente entre Católicos e Muçulmanos*).



CASO DE ESTUDO

Nigéria: Apedrejada até à morte por causa de uma mensagem de WhatsApp



@ACN

A 12 de Maio de 2022, Deborah Samuel Yakubu, uma cristã de 22 anos, foi atacada pelos seus colegas de turma, apedrejada até à morte e o seu corpo incinerado. Estudante do segundo ano de Economia no Shehu Shagari College of Education, em Sokoto, no norte da Nigéria, Deborah foi acusada de ter enviado uma mensagem blasfema, via WhatsApp, queixando-se à sua turma da introdução forçada da religião num grupo de estudo académico. Foi quando regressou à escola, após as férias, que os colegas de turma organizaram um grupo para a capturar. Testemunhas descreveram que “a segurança da escola e a polícia tentaram resgatar a vítima, mas foram dominadas pelos estudantes”.²¹

Contrariando as normas legais islâmicas, o acto brutal de violência popular foi uma execução sumária. Uma declaração divulgada por Sa’idu Mohamadu Maccido, secretário do Conselho do Sultanato do Estado de Sokoto, denunciou o ataque, afirmando: “O Conselho do Sultanato condena o incidente na sua totalidade e instou as agências de segurança a levar os autores do incidente injustificável à justiça. [...] O Conselho do Sultanato exortou todos a manterem a calma e a garantirem a coexistência pacífica entre todas as pessoas do Estado e da nação.”²²

Após o ataque, dois indivíduos foram detidos pelo assassinio, após o que grupos de jovens desordeiros – encorajados por adultos – atacaram duas igrejas católicas. Os vândalos destruíram janelas na Catedral católica da Sagrada Família e queimaram parcialmente a Igreja católica de St. Kevin.²³

Não obstante a condenação do Sultanato, a série de ataques reafirmou os receios dos Cristãos de uma crescente radicalização muçulmana no Norte. Matthew Hassan Kukah, Bispo católico da Diocese de Sokoto, manifestou a sua simpatia por estes receios, afirmando: “Longe da condenação universal deste acto horrível, muitos extremistas islâmicos e os seus imãs aplaudiram o assassinio, afirmando que era justificado e apelando a mais violência contra todos os que pedissem justiça contra os autores”.²⁴ A família de Deborah mudou-se entretanto para o sul cristão da Nigéria.

Deborah Samuel Yakubu, estudante universitária cristã do segundo ano, foi morta por uma multidão de estudantes muçulmanos em Sokoto, na Nigéria, a 12 de Maio de 2022.

Nigéria: Uma democracia falhada?

Maria Lozano

A Nigéria é uma das maiores democracias do mundo. Com mais de 200 milhões de habitantes, é o maior país do continente, tanto em termos demográficos como económicos, e desempenha um papel fundamental na geopolítica da África Subsariana. O gigante africano é uma democracia multipartidária desde 1999, mas nas últimas décadas os seus problemas de segurança tornaram-se maiores e mais complexos.²⁵ Em 2022, a Nigéria ocupava o sexto lugar no Índice Global de Terrorismo²⁶ atrás do Afeganistão, Iraque, Somália, Burquina Fasso e Síria, e ficou em 143.º lugar entre um total de 163 países no Índice Global da Paz.²⁷

Quase todos os problemas que afectam outros países africanos podem também ser encontrados na Nigéria. A unificação, sob o domínio britânico, de territórios com realidades étnicas, políticas e religiosas distintas criou uma dicotomia entre o Norte e o Sul, divididos por uma região conhecida como o Cinturão Médio que tem sido responsável por muitos dos conflitos violentos actuais.

O Cristianismo é a religião maioritária (46,2%), principalmente no Sul, enquanto o Islão (45,8%) se encontra sobretudo no norte, o que não significa que não haja cristãos no norte e vice-versa. O estado de Borno, no nordeste do país, por exemplo, berço do Boko Haram, é 30% cristão. Embora o número de Cristãos e Muçulmanos seja quase idêntico no país, muitas páginas na Internet insistem em afirmar que o Islão é a religião maioritária. A reforçar esta falsa impressão está a participação da Nigéria (desde 1986) na Organização de Cooperação Islâmica, uma aliança formada por 57 países em que os muçulmanos são maioritários.²⁸

Em termos políticos e administrativos, o norte muçulmano é mais importante, mas apenas alberga 40% da população. Em princípio, num país multi-religioso e multi-étnico, isto daria ao sul cristão um peso igual ou superior, mas quase 95% do poder político e militar a nível federal é detido por muçulmanos. As tensões daí resultantes, que impedem o desenvolvimento democrático do país, são ainda agravadas pela aplicação da lei da *sharia* em 12 dos 36 estados do norte da Nigéria. Com a recente eleição do presidente Tinubu com apoio muçulmano, existe o cepticismo de que alguma coisa irá mudar com o novo Governo nacional.

Embora os Cristãos, com uma população de quase 100 milhões de pessoas – quase 50% da população – não sejam uma minoria, os que vivem nos estados do Norte

queixam-se de uma discriminação religiosa sistémica e profundamente enraizada. A sua situação faz lembrar as populações cristãs minoritárias do Paquistão, do Sudão, do Iraque e dos países árabes. As preocupações mais significativas para os Cristãos relativamente à falta de liberdade religiosa, e de princípios democráticos, no Norte da Nigéria (particularmente onde a *sharia* é aplicada) incluem o facto de a Constituição reconhecer a *sharia* no Norte, ao passo que o Código Penal é aplicado no Sul; o facto de as raparigas e mulheres cristãs serem vítimas de raptos, violações e casamentos forçados, com poucos ou nenhuns recursos legais; o facto de os homens muçulmanos poderem casar com mulheres cristãs, ao passo que os homens cristãos não podem casar com mulheres muçulmanas; o facto de as normas morais tradicionais muçulmanas – *Hisbah* – serem frequentemente impostas pela força, incluindo a não muçulmanos [ou seja, os Cristãos são vítimas de exclusão política, bem como de falta de equidade no recrutamento para as forças armadas (polícia, exército, etc.)]; o facto de as Igrejas cristãs não serem autorizadas a comprar terrenos nem lhes ser dado espaço para construírem capelas ou locais de culto nos estabelecimentos de ensino superior; o facto de, embora a educação religiosa cristã não seja permitida nas escolas públicas, haver professores islâmicos em todas as escolas públicas; o facto de os Cristãos terem menos oportunidades de emprego, falta de oportunidades de promoção em cargos públicos e falta de acesso à segurança social; e o facto de muitos estudantes cristãos optarem por mudar de nome para serem admitidos em cursos profissionais.²⁹

As comunidades religiosas, predominantemente cristãs, no Norte e na região do Cinturão Médio enfrentam as consequências de uma violência muitas vezes indescritível: atrocidades cometidas por grupos armados (Boko Haram, ISWAP e milícias Fulani) movidos por uma mistura de motivações tóxicas, incluindo o ganho territorial, a criminalidade, a etnicidade e o jihadismo islâmico, que, em certos estados, se aproxima de uma violência com elementos genocidas.

O golpe final, no entanto, é o silêncio e a passividade dos poderes políticos, que não condenam nem perseguem os ataques sistemáticos, particularmente das milícias Fulani, que levaram à deslocação interna maciça de cristãos, deixando regiões inteiras despovoadas. Um relatório recente da Diocese de Makurdi, no estado de Benue, denunciou o facto de, numa diocese, só num ano (2022), os pastores Fulani terem atacado 93 aldeias e matado 325 agricultores.³⁰ Actualmente, dos quase seis milhões de

habitantes, dois milhões estão deslocados internamente, a maioria dos quais são agricultores cristãos.

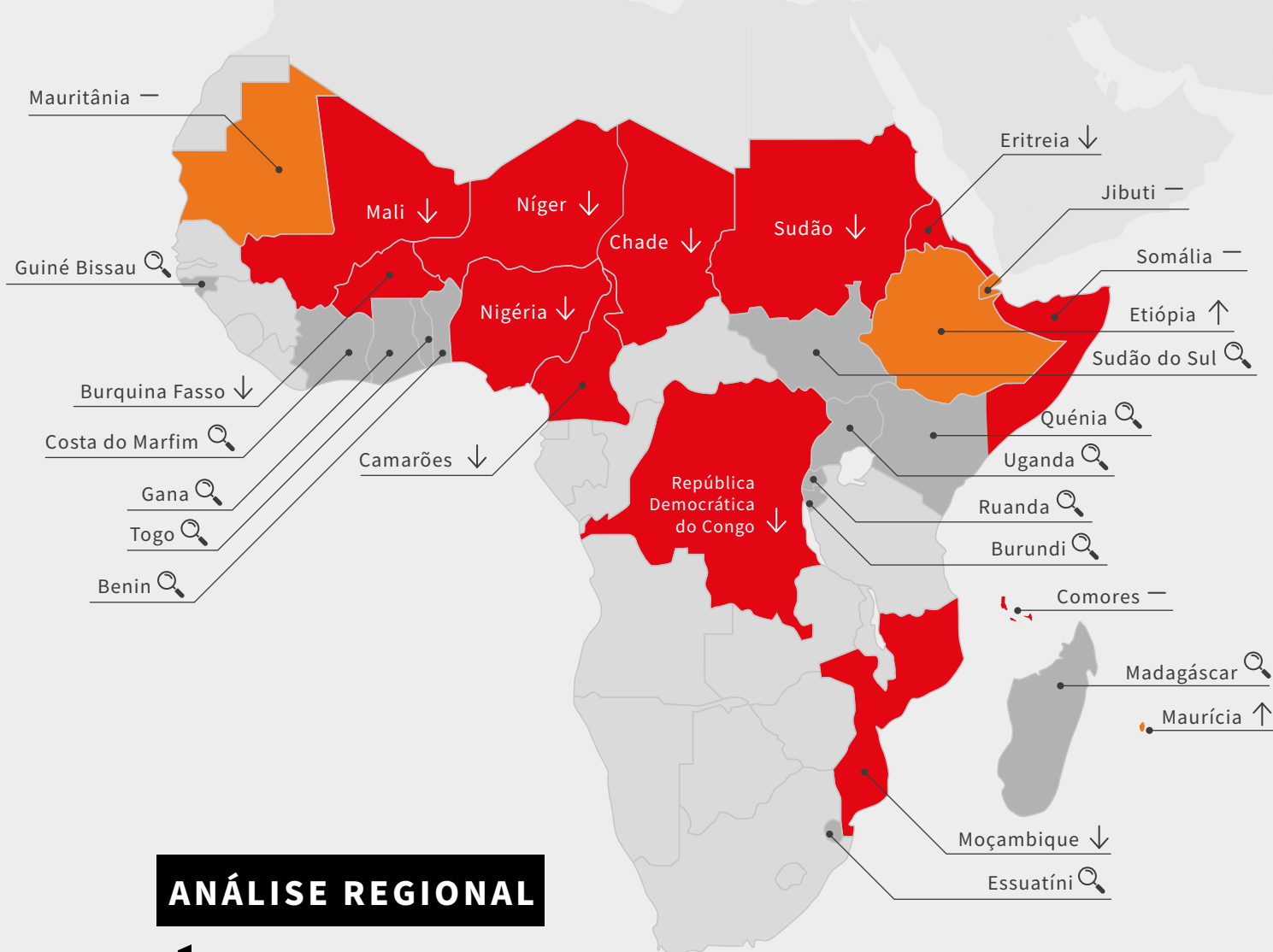
A Nigéria não é a única a ser afectada pela violência jha-dista, pois o Níger, o Chade, o Mali e o Burquina Fasso são gravemente afectados pelo extremismo islâmico. No entanto, a Nigéria é um caso único e de importância crucial

para o desenvolvimento do continente africano. Tal como referido, a Nigéria é uma potência económica e demográfica, prevendo-se que a sua população duplique para 400 milhões de habitantes em duas décadas. Os acontecimentos e a governação dos próximos anos terão uma enorme influência não só no país, mas em toda a região. Se as autoridades nigerianas não resolverem os conflitos relacionados com a terra, a etnia, a criminalidade e o extremismo religioso, bem como a ruptura dos valores democráticos e da igualdade de direitos dos seus cidadãos, incluindo a liberdade religiosa, o cancro do jihadismo islâmico e da desintegração política, evidente na metade norte de África, alastrará. A pressão sócio-política e as atrocidades incessantes provocarão um êxodo de jovens cristãos que não vêem esperança nem futuro na terra dos seus antepassados.

Um manifestante com a bandeira da Nigéria caminha pelas ruas durante as manifestações em Port Harcourt, na Nigéria, em Outubro de 2020.



@Emmanuel Ikwuegbu-Unsplash



ANÁLISE REGIONAL

África Subsariana

Mark von Riedemann

Os acontecimentos continentais em África durante o período em análise foram ensombrados por uma explosão de violência infligida a populações militares e civis na África Subsariana por grupos jihadistas locais e transnacionais, que perseguem sistematicamente todos aqueles que não aceitam a ideologia islamista extrema.

E os números são alarmantes. De acordo com um estudo de 2023 do Centro Africano de Estudos Estratégicos, a violência perpetrada por militantes islamistas no Sahel e na Somália “representou 77% do total de eventos violentos relatados em toda a África em 2022”.³¹ Destas, as mortes de civis aumentaram de “4.307 em 2021 para 7.220 em 2022”, um aumento de 68%, um marco significativo, uma vez que “os grupos militantes não estão focados em conquistar corações e mentes, mas sim em intimidar as populações locais para que obedeçam”.³²

Um califado oportunista

Em muitos casos, a violência é motivada por um casamento tóxico entre jihadistas islâmicos, criminalidade organizada e bandidos locais: mercenários com fins lucrativos ou combatentes locais que defendem interesses locais, incitados por pregadores extremistas e armados

por grupos terroristas transnacionais. Estes grupos têm como alvo as autoridades estatais, os militares, a polícia e os civis, incluindo os líderes e os fiéis muçulmanos, cristãos e religiosos tradicionais.

O florescimento da radicalização e do extremismo violento na África Subsariana pode ser atribuído a uma série de factores sociais, nomeadamente: pobreza, corrupção, fragilidade da governação, analfabetismo, desemprego dos jovens, falta de acesso aos recursos, movimentos separatistas e violência intercomunitária pré-existente entre pastores e agricultores sobre os direitos fundiários (exacerbada pelo impacto das alterações climáticas)³³, que se conjugam para alimentar o ressentimento e sustentar a violência armada. Os movimentos jihadistas preenchem essa lacuna através da ideologia, das oportunidades económicas (armas e dinheiro) e da promessa de acabar com a corrupção.³⁴

Os grupos jihadistas transnacionais, como o autoproclamado Estado Islâmico e a Al-Qaeda, não criam novas divisões, mas exploram e aprofundam as já existentes. A estratégia não é tanto a conquista e a defesa de um território fixo, um “Estado” islâmico, como se tentou fazer no Iraque e na Síria, mas antes um califado móvel e

oportunista que favoreça ataques a zonas rurais (de preferência) ricas em minerais, onde as forças militares, com pouca capacidade de acção, têm menos capacidade de defesa. Os ataques contra as cidades destinam-se a aterrorizar, mas também a imobilizar as forças militares nas zonas urbanas.

Proliferação do extremismo islamista

A violência islamista está presente em toda a África, mas os principais teatros de actividade jihadista estão concentrados no Sahel, na bacia do Lago Chade, na Somália e em Moçambique.

Os principais grupos islamistas que actuam nestas regiões incluem: a Al-Qaeda transnacional e os seus filiados (ou seja, a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, AQIM); o Estado Islâmico transnacional e seus filiados (ISWAP, ISGS, ISS); a Jama'at Nusrat al Islam (JNIM), uma coligação de grupos extremistas islâmicos individuais e seus filiados; o Al-Shabaab (Somália) e seus filiados; a Ahlu Sunnah wa Jama'a (ASWJ), também conhecida por Al-Shabaab, também conhecido por IS-Moz e seus filiados; o Boko Haram e seus filiados; e, por último, grupos militantes não filiados.³⁵

O **Sahel Ocidental**, as zonas fronteiriças do Burkina Fasso, Mali e Níger, registaram “a mais rápida expansão da violência militante islâmica de todos os teatros [de operações]” em 2022. Foi responsável por 7.899 mortes, mais de 40% do total continental de vítimas mortais.³⁶

“O Islão dos grupos armados não é o Islão dos nossos irmãos”

O **Burquina Fasso** tornou-se um dos principais teatros de operações jihadistas, registando um “aumento de 69% nas mortes de militantes ligados ao Islão, totalizando 3.600 mortes” só em 2022.³⁷ Lideradas principalmente por grupos ligados à Al-Qaeda e ao autoproclamado Estado Islâmico, estas acções mataram milhares de pessoas e deslocaram mais de 1,9 milhões de pessoas³⁸ com grupos jihadistas a controlar mais de 40% do país.³⁹ Segundo o Bispo católico Laurent Dabiré, “o país está a ser atacado por diversos grupos que utilizam o Islão para fazer propaganda ou para se mobilizarem. O Islão dos grupos armados não é o Islão dos nossos irmãos. Os Muçulmanos do Burkina são eles próprios alvos”.⁴⁰

A violência endémica chegou ao **Mali** pela primeira vez em 2012, quando grupos jihadistas tomaram o controlo do norte do país. Aqui, o Estado está praticamente ausente, dando lugar a batalhas entre extremistas ligados ao autoproclamado Estado Islâmico e à Al-Qaeda (JNIM), bem como com rebeldes não jihadistas, predominantemente tuaregues.⁴¹ Abriu-se uma nova frente no centro do Mali, infligindo violações dos direitos humanos a civis apanhados numa teia de violência entre militares, forças mercenárias, incluindo o grupo russo Wagner, e o ataque dos jihadistas. De acordo com o clero católico, os grupos armados perto de Mopti proibiram o álcool e a carne de

porco e obrigaram as mulheres de todas as religiões a usar véu. As comunidades cristãs perto de Didja relataram a imposição da *sharia* e a obrigação de aprender o Alcorão e as orações islâmicas.⁴²

A **bacia do Lago Chade**, na intersecção da Nigéria, dos Camarões, do Chade e do Níger, continua a ser a terceira região mais mortífera de África, “com 20% de todas as mortes causadas por militantes islamistas”.⁴³ O Boko Haram e a Província da África Ocidental do Estado Islâmico (ISWAP) continuam a perpetrar ataques contra militares e civis, com o **Chade** a sofrer desafios humanitários persistentes, com mais de um milhão de pessoas deslocadas, e insegurança alimentar na sequência de colheitas perdidas que afectam mais de 5,3 milhões de pessoas.⁴⁴

Na **Nigéria**, apesar de o Boko Haram ter sido enfraquecido com a morte do seu líder, Abubakar Shekau, em Maio de 2021, o grupo continuou os ataques indiscriminados contra militares e civis, registando um aumento de 57% nos ataques violentos e uma subida repentina de 70% nas mortes no noroeste da Nigéria, no Chade e no sudeste do Níger.⁴⁵ O principal grupo dissidente do Boko Haram, o ISWAP, não só atacou as forças de segurança e os civis no estado de Borno, no nordeste do país, como também se expandiu para os estados de Kano, Kogi, Níger e Taraba.⁴⁶ Ao contrário da abordagem de matar e saquear do Boko Haram, o ISWAP implementa uma forma de governação do território invadido, encorajando o comércio civil, impondo impostos e “resolvendo disputas locais através dos tribunais da *sharia*”. A “punição dos ladrões de gado”, de acordo com o International Crisis Group, “granjeou ao grupo um certo grau de aceitação por parte dos habitantes locais” e é provável que venha a crescer e a expandir-se.⁴⁷ No Norte, predominantemente muçulmano, os Cristãos enfrentam uma discriminação sistémica que inclui: a exclusão de cargos governamentais, o rapto e o casamento forçado de mulheres cristãs por homens muçulmanos, a não concessão de autorizações para a construção de igrejas ou capelas e a imposição do hijab muçulmano a todas as alunas em todas as escolas secundárias.⁴⁸

“Entre as várias tradições, a comunidade cristã é a mais visada”

Os **Camarões** debatem-se com conflitos sectários e com ameaças terroristas externas. Os desafios internos centram-se na crise anglófona, na violência entre anglófonos e francófonos nas regiões noroeste e sudoeste do país. Além disso, a região do extremo norte dos Camarões tem sido desestabilizada pela violência de extremistas armados concorrentes, como o Boko Haram e o grupo dissidente ISWAP. Entre as várias tradições, a comunidade cristã é reconhecida como a mais visada, com relatos de jihadistas que raptaram “inúmeros civis, incluindo mulheres e raparigas cristãs que foram com frequência abusadas sexualmente e forçadas a casar com homens muçulmanos”.⁴⁹

O **Níger** enfrenta conflitos armados, deslocação de populações e insegurança alimentar ao longo das suas fron-

teiras com a Nigéria, o Burquina Fasso, o Mali e a Líbia. O país registou um aumento de 43% nos eventos violentos em 2022.⁵⁰ As hostilidades eclodiram devido a disputas étnicas e à competição pelos recursos, mas também devido a ataques de grupos jihadistas ligados à Al-Qaeda e ao autoproclamado Estado Islâmico, bem como ao Boko Haram da Nigéria.

Na **Somália**, o Al-Shabaab controla grandes extensões de território, impondo a sua própria interpretação do Islão e da *sharia* a muçulmanos e não muçulmanos. Esta interpretação inclui a proibição de todas as formas de comunicação social, de entretenimento, de fumar e de qualquer comportamento considerado anti-islâmico, como cortar a barba. O pequeno número de crentes não muçulmanos

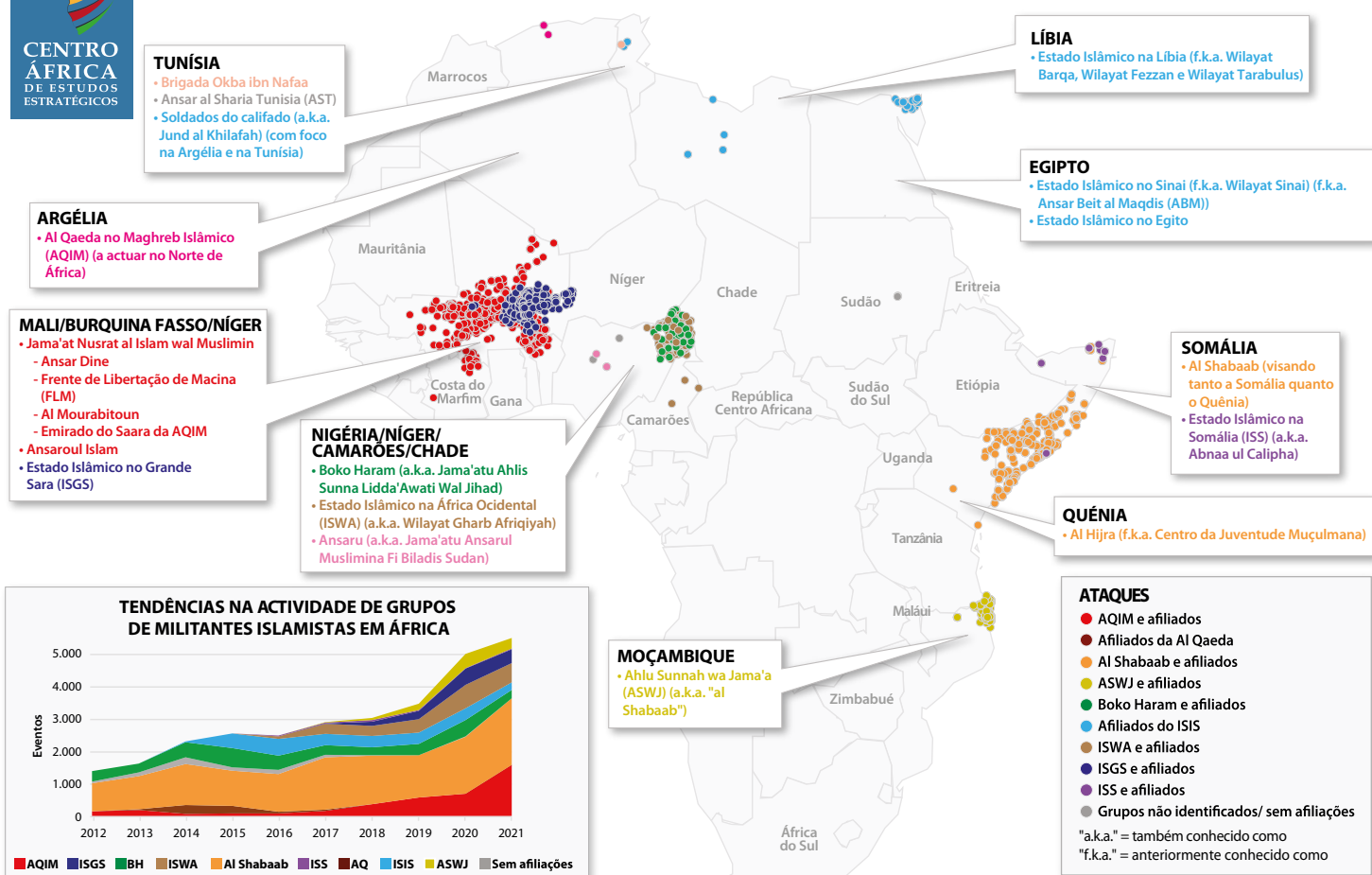
é constituído, na sua maioria, por cristãos convertidos do Islão. A conversão é vista como uma traição à família e à comunidade. Um indivíduo que seja suspeito de se ter convertido é susceptível de ser perseguido, intimidado ou mesmo assassinado.⁵¹

Embora o Al-Shabaab tenha perdido o domínio de alguns territórios no **Quênia**, o grupo continua consolidado na região, lançando ataques esporádicos. As actividades antiterroristas do Governo visam, alegadamente, de forma desproporcionada os Muçulmanos, motivadas pelo medo da sociedade e pela frustração política. O maior contingente de combatentes estrangeiros do Al-Shabaab é constituído por quenianos muçulmanos, sendo que os jihadistas visam frequentemente as instituições do Estado.⁵²

O aumento anual de 70% de eventos violentos ligados a grupos militantes islâmicos no Sahel levou a um nível recorde de violência extremista na África em 2021.



GRUPOS DE MILITANTES ISLÂMICOS ACTIVOS EM ÁFRICA



Atualizado: Janeiro de 2022

Nota: Compilado pelo Centro África de Estudos Estratégicos, este gráfico mostra os eventos violentos envolvendo os grupos listados durante o período de 12 meses que terminou em 31 de dezembro de 2021. Os dados sobre ataques ou fatalidades não pretendem identificar os perpetradores dos eventos. As listagens de grupos destinam-se apenas a fins informativos e não devem ser consideradas designações oficiais. Devido à natureza fluida de muitos grupos, as afiliações listadas podem sofrer alterações.

Fontes: Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED); Daniel Byman; HumAngle; International Crisis Group; SITE Intelligence Group; The Soufan Group; Stanford University's Mapping Militants Project; Stratfor; Terrorism Research & Analysis Consortium (TRAC); e Aaron Y. Zelin.

No que diz respeito à sub-região da África Austral, os ataques de insurreição aumentaram em **Moçambique** por parte de um grupo jihadista filiado no Daesh chamado Ahlu Sunnah wa Jama'a (ASWJ) – conhecido localmente como Al-Shabaab (sem relação com o Al-Shabaab, filiado da Al-Qaeda na Somália) e internacionalmente como IS-Moz. De acordo com um relatório do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, o IS-Moz conta com “pelo menos 1.000 militantes” que tentam capturar Cabo Delgado para estabelecer “um regime islâmico separatista”.⁵³ Os incidentes violentos registados em 2022 – assassinatos, raptos, pilhagens e destruição de propriedade – aumentaram 29%. Estes ataques foram significativos, uma vez que a violência foi principalmente dirigida contra civis (cristãos e muçulmanos), representando 66% de todos os eventos violentos, mais do que em qualquer outra região do continente.⁵⁴ Até à data, mais de um milhão de pessoas estão deslocadas internamente.⁵⁵

Os jihadistas visam os líderes religiosos como ferramentas coercivas para espalhar o medo

Na região dos Grandes Lagos, nas fronteiras do Ruanda, da **República Democrática do Congo (RDC)** e do Uganda, a competição pelos recursos minerais tem resultado numa violência feroz e em horríveis violações dos direitos humanos. As estimativas indicam que, só na RDC, estão activos cerca de 122 grupos armados⁵⁶ onde, particularmente nas regiões norte e leste do país, milícias como a M23 e jihadistas como a Aliança das Forças Democráticas (ADF, um ramo africano do autoproclamado Estado Islâmico) aterrorizam a população e visam os líderes religiosos como ferramentas coercivas para espalhar o medo. De Abril a Junho de 2022, a ONU registou cerca de 1.000 mortes de civis e 700 mil deslocados em todo o ano de 2022.⁵⁷ No Uganda foram registados vários ataques da mesma ADF, especialmente no leste do país, onde os extremistas ameaçam a população cristã e têm como alvo as igrejas.

Para além do ouro, da madeira e dos diamantes, a **República Centro-Africana (RCA)** possui os chamados minerais de terras raras, essenciais para a economia digital.⁵⁸ Em 30 de Junho de 2022, a Conferência dos Bispos Católicos da RCA denunciou todos os actores envolvidos na violência, incluindo grupos de guerrilha, mercenários russos, soldados ruandeses e as forças armadas centro-africanas.⁵⁹ Os bispos condenaram os horrores infligidos, incluindo “a destruição humana e material, os abusos, as violações e a violação dos direitos humanos, a destruição de propriedades [e] locais de culto e a exploração de crenças religiosas”.⁶⁰

O acontecimento mais significativo na **Etiópia** durante o período em análise foi o início da guerra civil na região de Tigray, no norte do país. Embora sem motivações religiosas, os relatos indicam que as tropas da Eritreia e da Etiópia atacaram igrejas e mesquitas. A violência contra comunidades religiosas incluiu um ataque a muçulmanos durante o funeral de um proeminente xeque local em Gondar, em Abril de 2022, embora talvez o ponto mais

baixo do conflito tenha sido o massacre de cerca de 800 pessoas na Igreja Ortodoxa Maryam Tsiyon, em Aksum.⁶¹ Quanto à **Eritreia**, o regime governado pelo presidente não eleito, Isaias Afewerki, dá ênfase ao “martírio pela nação” e decreta que os cidadãos vivam em conformidade.⁶² É uma ditadura em que a maioria dos direitos humanos, incluindo a liberdade religiosa, é inexistente.

Trabalhar para a paz

Apesar das tensões e da violência, é também importante referir os esforços inter-religiosos construtivos. Destacam-se as visitas do Papa Francisco à RDC e ao Sudão do Sul em Julho de 2022, nas quais apelou aos líderes de ambos os países para que trabalhassem em prol da paz.

Entre a miríade de esforços nacionais, nos **Camarões**, funcionários do Governo juntaram-se a 60 clérigos muçulmanos e cristãos, e a centenas de muçulmanos e cristãos na capital, Yaoundé, para rezar pela paz durante o Campeonato Africano de Futebol das Nações.⁶³

Na **Costa do Marfim**, líderes religiosos cristãos e muçulmanos reuniram-se em Abidjan para um simpósio internacional sob o título “A mensagem eterna das religiões”, no qual foi acordada uma declaração comum segundo a qual “a solidariedade, a fraternidade e o diálogo entre todas as religiões devem ser a própria base da paz social”.⁶⁴

Na **República Centro-Africana**, um grupo inter-religioso chamado Plataforma de Confissões Religiosas da África Central uniu os líderes religiosos das comunidades muçulmana, evangélica e católica do país. Juntos, os líderes deslocaram-se corajosamente às linhas da frente para reabrir o diálogo entre os grupos armados e as autoridades eleitas.⁶⁵

De acordo com o Programa Alimentar Mundial da ONU, as deslocações no Sahel (Burquina Fasso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) nos últimos três anos “aumentaram quase 400%”.⁶⁶ Na mesma região, durante o mesmo período, o número de pessoas que enfrentam a fome “disparou de 3,6 para 10,5 milhões”.⁶⁷

Se não for travado, o ciclo de violência, deslocação e fome continuará a degradar-se, provocando outras consequências a longo prazo, incluindo o aprofundamento das clivagens intercomunitárias, o declínio económico, a instabilidade política e a privação de milhões de pessoas. Embora os Muçulmanos e os Cristãos sejam igualmente vítimas da violência extremista, com a crescente radicalização islâmica, os Cristãos tendem a tornar-se cada vez mais um alvo específico dos terroristas, eliminando o pluralismo religioso, e a harmonia, característicos da região.

CASO DE ESTUDO

República Democrática do Congo: Smartphones, terras raras e violência jihadista



@ACN

Cerca de 70% do cobalto mundial, um metal essencial necessário para produzir baterias recarregáveis de iões de lítio para carros eléctricos e computadores, é extraído no leste da República Democrática do Congo.⁶⁸ Mais de um quarto do tântalo mundial (extraído do minério coltan) utilizado em smartphones é extraído no leste da República Democrática do Congo.⁶⁹ As maiores concentrações de milícias extremistas e jihadistas, bem como de ataques violentos, do país encontram-se no leste da República Democrática do Congo.

A situação é complexa, constituindo uma economia de guerra transnacional que envolve interesses políticos, económicos, étnicos e religiosos, com o terrorismo a atingir níveis que constituem crimes contra a humanidade. Nos últimos 10 anos, a batalha pelo controlo das minas de coltan custou a vida a mais de quatro milhões de congoleses.⁷⁰

O número de grupos terroristas aumentou de algumas dezenas em 2006 para cerca de 120 actualmente.⁷¹ Facções rebeldes como o M23 e jihadistas como a Aliança das Forças Democráticas (ADF, reivindicada pelo autoproclamado Estado Islâmico como Província da África Central do Estado Islâmico) cometem impunemente atrocidades contra a população. Só de Abril a Junho de 2022, a ONU registou quase 1.000 mortes de civis; em todo o ano de 2022, mais de 700 mil civis foram deslocados.⁷² Cada vez mais, os extremistas têm como alvo os líderes religiosos e os locais de culto.

A Igreja Católica tem sido uma crítica e defensora declarada das vítimas. Em Abril de 2021, os bispos destacaram os objectivos dos terroristas, afirmando que “exploram as fraquezas das forças armadas regulares para atingir os seus objectivos políticos e religiosos”, que incluem “a ocupação do território, a exploração ilegal dos recursos naturais, o auto-enriquecimento gratuito e a islamização da região sem respeito pela liberdade religiosa”.⁷³

Calcula-se que a necessidade mundial de cobalto, impulsionada pela tecnologia, cresça 60% até 2025.⁷⁴ Não se prevê que os ataques na República Democrática do Congo, incluindo a violência jihadista, diminuam.

Um mineiro congolês a extrair coltan (columbite-tantalite) numa mina de estanho perto da aldeia de Nzibira, na República Democrática do Congo. O minério metálico raro é um elemento essencial utilizado na produção de produtos electrónicos de grande consumo.



ANÁLISE REGIONAL

Ásia Continental

A Ásia Continental alberga países que são palco de algumas das piores violações da liberdade religiosa no mundo. Na Ásia Oriental, no Sudeste Asiático e no subcontinente indiano, os países que sofreram as restrições religiosas mais graves durante o período em análise foram a China, a Índia, o Nepal, a Coreia do Norte, o Vietname e Myanmar.

Na **China**, a população de 1,4 mil milhões de pessoas continua a sofrer as mais graves restrições à liberdade religiosa desde a Revolução Cultural. O Partido Comunista Chinês (PCC), empenhado em levar a cabo a sua campanha de “sinicização” da religião – exigindo que todas as religiões adiram à ideologia, doutrina e ensinamentos do Partido Comunista Chinês – retomou a sua intensa repressão sobre as comunidades religiosas. Os instrumentos utilizados para localizar e prender os seus cidadãos, incluindo as minorias étnicas e religiosas, incluem tecnologias de vigilância de ponta, nomeadamente cerca de 540 milhões de câmaras CCTV em todo o país⁷⁵ – muitos deles com capacidade de reconhecimento facial –, que estão a tornar-se cada vez mais sofisticados. Embora todos os grupos religiosos tenham relatado uma pressão crescente, a população muçulmana uigur continua a ser objecto de uma intensa perseguição, enfrentando detenções por práticas religiosas e o encerramento e destruição de mesquitas. Calcula-se que pelo menos um milhão

de uigures se encontrem em campos de detenção e que cerca de 880 mil crianças muçulmanas tenham sido separadas dos pais, além de terem sido igualmente comunicadas campanhas de abortos forçados e de esterilização.⁷⁶ A China também deu continuidade às suas ameaças de invadir Taiwan, lançando exercícios de guerra com fogo real em Agosto de 2022, na sequência de uma visita da antiga presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi. Se ocorresse uma invasão, o destino dos Cristãos taiwaneses seria uma grande preocupação.

A **Índia**, tal como a China, também tem uma população de 1,4 mil milhões de habitantes e é a maior democracia do mundo. Governada pelo partido nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP), o Governo defende que a identidade nacional e cultural da Índia é essencialmente hindu. As liberdades das minorias religiosas, nomeadamente dos Cristãos e dos Muçulmanos, são gravemente afectadas e, em especial, a prática da conversão religiosa e o abate de vacas têm graves repercussões.⁷⁷ O BJP também apoia restrições à liberdade religiosa através das leis da liberdade religiosa (ou leis anti-conversão). Trata-se de estatutos a nível estatal destinados a regulamentar as conversões religiosas não hindus, alegadamente efectuadas através de meios forçados e fraudulentos. Actualmente, 12 estados indianos aprovaram ou estão a considerar aprovar

estas leis. O mais recente é o estado meridional de Karnataka, que ratificou uma lei anti-conversão em Setembro de 2022,⁷⁸ e o estado de Uttarakhand⁷⁹ que reforçou a sua legislação em Novembro de 2022, introduzindo uma pena de prisão de 10 anos para as pessoas consideradas culpadas de conversão religiosa forçada. A repressão das minorias por parte da Índia, através da introdução de leis rigorosas contra a conversão, foi copiada pelo vizinho **Nepal**, país de maioria hindu, que adoptou recentemente uma Constituição e um código penal que proíbe o proselitismo e marginaliza as comunidades e organizações não hindus.⁸⁰ É preocupante a ascensão do partido nacionalista hindu Rastriya Prajatantra Party (RPP), que pretende restabelecer o Nepal como um Estado hindu.⁸¹ Os dados da Índia, do Nepal e de outros países desta região sugerem que o nacionalismo étnico-religioso continua a ser um padrão perigoso na Ásia continental.

Outros governos autoritários da Ásia Continental que também reprimem a liberdade religiosa através de um controlo religioso brutal são os da Coreia do Norte, do Vietname e do Laos. A **Coreia do Norte**, reconhecida como o país mais isolado do mundo, tem um dos piores registos de direitos humanos do mundo e é repetidamente documentada como o país onde os grupos religiosos sofrem “perseguição extrema”.⁸² O sistema Songbun da Coreia do Norte classifica os cidadãos de acordo com a sua lealdade ao Estado. Os crentes religiosos são automaticamente classificados como “hostis” e “sujeitos a uma severa repressão”.⁸³ No **Vietname**, os cristãos Hmong e Montagnard continuam a ser alvo de discriminação sistémica e de perseguição, e os Cristãos do **Laos** foram também alvo de ataques de multidões e de exigências das autoridades para que denunciassem a sua fé, com graves repercussões em caso de recusa.

A Ásia Continental alberga igualmente muitos países de maioria budista, nomeadamente Mianmar, Sri Lanka e Tailândia. O golpe militar de 1 de Fevereiro de 2021 em **Mianmar** deu origem a um período de intensa repressão dos direitos humanos, incluindo a liberdade religiosa. Alimentado em parte por uma ideologia nacionalista étnico-religiosa, pelo menos 132 igrejas e edifícios religiosos foram destruídos desde o início do golpe.⁸⁴ Além disso, registou-se um aumento significativo do discurso de ódio anti-muçulmano e da violência anti-muçulmana, para além do genocídio em curso dos Rohingya. Aproveitando o caos criado pelas graves crises políticas e económicas, as organizações nacionalistas budistas no **Sri Lanka** estão a tornar-se mais numerosas, extremistas e poderosas. Considerando todos os não budistas de qualquer etnia e tradição religiosa – muçulmanos, hindus e cristãos – como ameaças existenciais ao Budismo, os grupos provocam uma reacção extremista entre as comunidades minoritárias muçulmanas e hindus, ameaçando destruir a identidade nacional partilhada do Sri Lanka.⁸⁵ A **Tailândia** continua a enfrentar conflitos nas provín-

cias fronteiriças do sul do país, especialmente por parte do movimento separatista islâmico Barisan Revolusi Nasional (BRN). Registaram-se vários ataques e, embora tenham sido tentadas várias tréguas, continua pendente um cessar-fogo e negociações.

Os acontecimentos recentes, bem como a continuação de conflitos passados, demonstram que a região continua a ser volátil e regista uma significativa perseguição religiosa. A governação particularmente autoritária, o aprofundamento do nacionalismo étnico-religioso (incluindo as leis anti-conversão e a legislação discriminatória), o extremismo islâmico e uma escalada significativa da perseguição das minorias religiosas continuam a agravar e a diminuir as perspectivas para a liberdade religiosa na região.



CASO DE ESTUDO

Índia: Leis de controlo da demografia religiosa



©Michael T Balonek/ACN

A Índia, com a sua população de mais de 1,4 mil milhões de habitantes, tornou-se um centro e um terreno fértil para o nacionalismo religioso. O país, actualmente governado pelo partido político nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP), defende que a cultura e a identidade indianas estão enraizadas no Hinduísmo. Receia-se um rápido crescimento dos grupos religiosos não hindus (nomeadamente do Islão),⁸⁶ resultado da discriminação sistemática destas comunidades religiosas, na sua maioria cristãs e muçulmanas, e, em muitos casos, na recusa das liberdades civis básicas.

Além disso, acusados de converterem à força os Hindus a outra fé, grupos políticos como o Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), que consideram que a cultura e os valores hindus estão em risco, propagam a introdução de leis anti-conversão e iniciativas de reconversão como o Ghar Wapsi (regresso a casa). Embora o Ghar Wapsi também vise os convertidos cristãos, é zelosamente impulsionado por alegações de que os homens muçulmanos atraem as mulheres hindus para o casamento e a conversão, processo vulgarmente designado como a “*jihad* do amor”, a fim de promover o crescimento do Islão. A RSS e os seus aliados organizam eventos Ghar Wapsi, cujo principal objectivo é seduzir as castas inferiores (conhecidas como Dalits) com incentivos financeiros para se reconverterem ao Hinduísmo.

As iniciativas de reconversão são ensombradas pela disseminação de leis anti-conversão, ou leis da liberdade religiosa, que estão na origem de inúmeros casos de perseguição. Os muçulmanos ou cristãos acusados de conversão religiosa podem ser condenados a penas de prisão até 10 anos e têm sido objecto de brutalidade por parte de justiceiros locais. Actualmente, 12 estados indianos aprovaram ou estão a considerar aprovar leis anti-conversão.

As tribulações da reconversão e a introdução de legislação discriminatória anti-conversão não só reforçam o sentimento anti-muçulmano da Lei de Alteração da Cidadania de 2019, como também abrem a porta a uma miríade de violações dos direitos fundamentais. Denunciada por pôr em causa a Constituição secular da Índia, a Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) recomendou a Índia como país particularmente preocupante ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa Internacional.⁸⁷

Multidões reúnem-se para o festival religioso Kumbh Mela (na ponte Shastri) em Prayagraj, Índia, 2019.

Será que há apenas um Budismo?

O Budismo, um dos conjuntos de crenças mais antigos do mundo, é simultaneamente uma religião e uma filosofia e conta com cerca de 400 milhões de seguidores. Teve origem na Índia, entre os séculos VI e IV a.C., a partir dos ensinamentos de Siddharta Gautama, ou Buda, e espalhou-se inicialmente pelo continente asiático. Actualmente, o Budismo continua a prevalecer em três países: Sri Lanka, Mianmar e China.

O Budismo desenvolveu-se durante um período de intensa agitação social e fervor religioso.⁸⁸ Os ensinamentos budistas baseiam-se no Triratna ou “três jóias”: Buda (o professor), Dharma (o ensinamento) e Sangha (a comunidade).⁸⁹ Após a morte do seu fundador, o Budismo dividiu-se em dois grupos principais, o *theravada* e o *mahayana*. O Budismo *theravada* (caminho dos anciãos) é o mais conservador dos dois e centra-se no desenvolvimento da conduta ética, da meditação e da sabedoria da introspecção, dando ênfase a uma observância mais rigorosa do código monástico. O *theravada* é praticado principalmente no sul da Ásia, incluindo o Sri Lanka, Camboja, Laos, Mianmar e Tailândia. O Budismo *mahayana* (o grande veículo) concentra-se em olhar para dentro e

confiar na filosofia da intuição. O *mahayana* é praticado principalmente no Tibete, Nepal, China, Coreia e Japão.⁹⁰

No Sri Lanka, o Budismo *theravada* é praticado pela maioria cingalesa que considera o país como uma terra escolhida – diz-se que os textos sagrados mais importantes foram escritos pela primeira vez no Sri Lanka e que o próprio Buda consagrou a ilha para a defesa e propagação do Budismo. Embora os seguidores da religião pratiquem maioritariamente a filantropia e desempenhem papéis importantes em tempos de crise, tragicamente, grupos radicais que promovem a supremacia budista têm exercido uma influência crescente na política.⁹¹ As pregações cheias de ódio e a retórica *online* têm provocado ataques violentos tanto contra cristãos como contra muçulmanos, uma vez que os budistas nacionalistas cingaleses consideram ambas as religiões uma ameaça. Os Cristãos têm dificuldade em registar os locais de culto e várias igrejas foram encerradas à força. Os atentados bombistas do Domingo de Páscoa em 2019 inflamaram o sentimento anti-muçulmano entre os extremistas budistas, o que incitou ainda mais o ódio contra os Muçulmanos, especialmente nas redes sociais. Isto resultou num aumento da discriminação contra



os Muçulmanos, incluindo ataques vingativos a casas, empresas e mesquitas (cf. relatório do Sri Lanka).

Em Mianmar, tal como no Sri Lanka, a maioria pratica o Budismo *theravada* e, também aqui, as crenças budistas estão profundamente entrelaçadas com a cultura nacional. Os monges budistas continuam a ser considerados símbolos nacionalistas pela sua oposição ao colonialismo e a religião budista é entendida como uma componente indispensável da identidade étnica birmanesa e da identidade nacional birmanesa.⁹² A influência da meditação *vipassana* birmanesa, ensinada principalmente a leigos, expandiu-se e influenciou a prática do Budismo em todo o mundo.⁹³

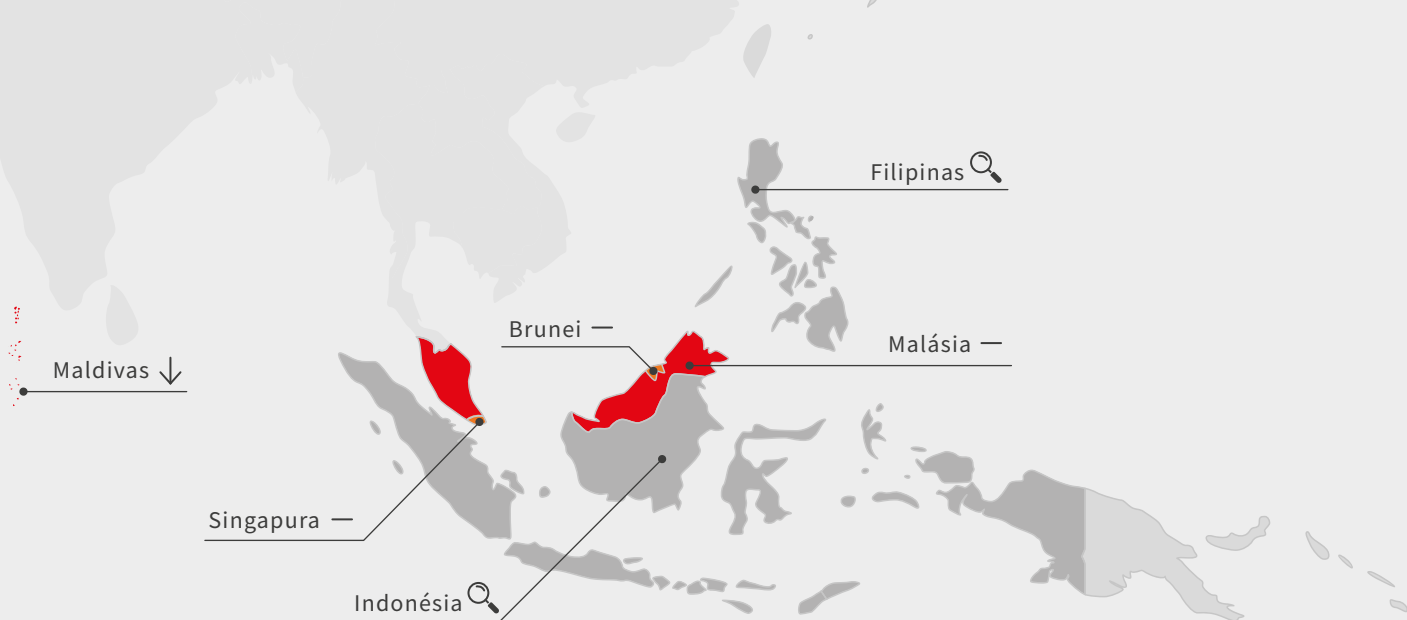
Não obstante a expressão pacífica do Budismo, bem como as relações inter-religiosas historicamente positivas entre grupos religiosos, as condições mais recentes para as comunidades religiosas cristãs e muçulmanas de Mianmar diminuíram drasticamente. Os militares, associados a uma agenda nacionalista budista birmanesa extremista,⁹⁴ intolerante em relação a grupos étnicos não birmaneses e a grupos religiosos não budistas, tem reprimido as comunidades religiosas minoritárias, sendo o genocídio dos muçulmanos rohingya o mais flagrante (cf. relatório sobre Mianmar).

A China é o país com a maior população budista do mundo. O Budismo chinês é uma combinação do Budismo *mahayana* e do Taoísmo, uma religião autóctone da China. Os budistas chineses, que retratam Buda como “gordo e risonho”,⁹⁵ acreditam que Buda foi um deus, não

apenas um professor, e prestam homenagem aos seus antepassados.⁹⁶ No entanto, o panorama sociopolítico com que se confrontam todas as religiões na China está a mudar rapidamente. A política de “sinicização” do Partido Comunista Chinês (PCC), a “adaptação das religiões à sociedade socialista da China”, refere-se frequentemente à “indigenização da fé, prática e ritual religiosos na cultura e sociedade chinesas”.⁹⁷ Para os Budistas, este facto é mais amplamente reconhecido pela repressão de décadas do Budismo tibetano. Mais recentemente, porém, todas as instituições budistas chinesas estão sob pressão do Governo para aceitar a ideologia do PCC que dita a crença e a prática religiosas.⁹⁸

Actualmente, nas democracias liberais ocidentais, há várias interpretações do Budismo adaptadas às necessidades espirituais dos estilos de vida modernos. Alguns budistas não confirmam nem negam o reconhecimento de Deus,⁹⁹ teorizando que o modo de vida é um conjunto de crenças filosóficas baseadas na compreensão racional. Outros vêem o Budismo como inclusivo de outras religiões e aberto a uma miríade de interpretações baseadas nas crenças pessoais de cada um. Outros ainda rejeitam o conceito de Deus como originário do medo ou consideram que o conceito de Deus é limitador e que o conceito de Nirvana é semelhante a Deus nas religiões teístas.¹⁰⁰ O Venerável S. Dhammika, da Buddha Dharma Association, afirma: “Não acreditamos num deus porque acreditamos na humanidade. Acreditamos que cada ser humano é precioso e importante, que todos têm o potencial de se tornar um Buda – um ser humano aperfeiçoado”.¹⁰¹

Em Mianmar, é habitual que todos os jovens entrem num mosteiro budista como monges noviços durante pelo menos uma semana, embora alguns permaneçam durante anos. Quando os noviços atingem a idade adulta (20-21 anos), são livres de decidir se querem ser ordenados como monges.



ANÁLISE REGIONAL

Ásia Marítima

A região da Ásia Marítima é constituída pela Península Malaia, o Arquipélago Malaio, a Austrália, a Nova Zelândia e as numerosas pequenas nações insulares da região do Indo-Pacífico. A perseguição religiosa continua e é o principal factor de conflito e instabilidade na região, principalmente sob a forma de militância islâmica.

Os países da Ásia Marítima que apresentam a repressão religiosa mais grave continuam a ser as Maldivas e a Malásia, principalmente devido à ideologia islâmica extremista. Embora a Constituição da **Malásia** proteja a liberdade religiosa, os direitos das minorias religiosas são limitados pelos privilégios constitucionais e legais concedidos ao Islão sunita. As pessoas de etnia malaia, que representam quase 70% da população, estão proibidas de se converterem, ao passo que os não malaio (principalmente os de origem chinesa e indiana) são livres de se converterem. Persiste uma intolerância religiosa considerável contra grupos religiosos minoritários, e os Cristãos continuam a ser perseguidos, mais recentemente devido ao ressurgimento *online* de um livro popular contra os Cristãos intitulado *Pendedahan Agenda Kristian* (Expondo a Agenda Cristã). No estado de Sabah, houve relatos de que funcionários do Governo alteraram a identidade religiosa dos Cristãos para o Islão e, em Sarawak, um estado maioritariamente cristão, há relatos de discriminação contra grupos cristãos mais pequenos, que têm dificuldade em candidatar-se a subsídios e em obter o reconhecimento do Governo. No entanto, como nota positiva, em 2021, um tribunal superior da Malásia anulou uma sentença que proibia a utilização da palavra “Alá” por não muçulmanos, declarando-a inconstitucional. Os refugiados rohingya também continuaram a enfrentar

perseguição e hostilidade devido à xenofobia, especialmente durante a pandemia da COVID-19, quando lhes foram recusados serviços sociais básicos.

A pequena nação das **Maldivas**, conhecida principalmente como um destino turístico internacional, reconhece o Islão sunita como religião oficial. Assim, a afirmação das Maldivas de que 100% da população é muçulmana é sustentada exclusivamente no facto de apenas os adeptos do Islão sunita poderem tornar-se cidadãos. Os 25% da população que são imigrantes não muçulmanos não têm acesso à nacionalidade. As Maldivas continuam a ser um notório local de recrutamento de terroristas e os actos aleatórios de ódio e violência aumentaram nos últimos anos, com múltiplas tentativas de assassinato de importantes líderes políticos e tentativas de ataque a escolas primárias. Em Junho de 2022, um incidente que fez as manchetes internacionais ocorreu quando a celebração do Dia Internacional do Ioga foi interrompida por fundamentalistas islâmicos que entraram no estádio com bandeiras e cartazes a condenar a prática do ioga e gritando “Deus é grande” em árabe.

A **Indonésia**, o maior país muçulmano do mundo, tem vindo a tornar-se cada vez mais inóspita para as minorias religiosas. Colocada na recente lista de observação especial da Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, os cidadãos têm sido cada vez mais condenados ao abrigo da lei da blasfémia, parecendo os cristãos receber penas mais severas do que os muçulmanos. Como nota positiva, o Governo tem dado alguns passos na defesa dos direitos das minorias religiosas. Em Dezembro de 2022, o presidente Jokowi foi o primeiro pre-

sidente a assistir a uma cerimónia cristã no dia de Natal e, em Janeiro de 2023, o presidente defendeu as minorias religiosas e declarou que estas têm os mesmos direitos em termos de liberdade de religião e de culto.

Nas **Filipinas**, de maioria católica, o grupo militante Abu Sayyaf continuou a praticar actos violentos de extremismo islâmico. Em 2022, este grupo militante foi responsável pela colocação de bombas caseiras nas instalações de duas igrejas católicas na cidade de Jolo.

Na pequena nação do **Brunei**, apesar da plena aplicação da lei da *sharia* em 2019, houve alguns relatos positivos de que os imãs do país pregavam que as conquistas das mulheres deviam ser celebradas e encorajavam-nas a trabalhar fora de casa.

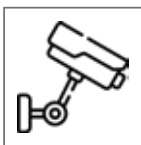
Muitos países da Ásia Marítima continuam a ser livres e pacíficos. Estes incluem os grandes países insulares da Austrália e da Nova Zelândia; os países maioritariamente cristãos da Papua Nova Guiné e de Timor Leste; e os microestados do Pacífico de Vanuatu, Samoa, Kiribati, Tonga, Micronésia, Ilhas Marshall, Palau, Tuvalu, Nauru, Ilhas Fiji e Ilhas Salomão. Ao mesmo tempo, estes países

têm enfrentado desafios em termos de liberdade religiosa, por exemplo, naqueles onde persiste a discriminação contra as minorias muçulmanas, especialmente quando tentam registar casamentos e nascimentos. Os países mais pequenos do Pacífico são também cada vez mais apanhados num braço de ferro geoestratégico entre a China e os Estados Unidos/Austrália devido à sua localização. A Austrália continua a transferir alguns dos seus requerentes de asilo para um centro de detenção *offshore* em Nauru. Este facto foi condenado por grupos de defesa dos direitos humanos, bem como pelos bispos católicos da Papua-Nova Guiné e das Ilhas Salomão, tendo sido considerado uma violação dos direitos humanos.

As minorias religiosas são cada vez mais reprimidas



Ataques Terroristas



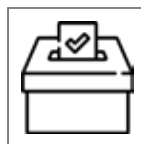
Vigilância em Massa



Leis Anti-conversão



Restrições Financeiras



Manipulação Eleitoral



Ataques ao seu Património Cultural



Manipulação dos Registos da População



@USAID

Manuais escolares e o futuro da liberdade religiosa

Dr^a Eva Saenz-Diez

Em Fevereiro de 2021, o Presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, provocou polémica ao ordenar aos responsáveis pela educação que retirassem os versos do Alcorão de todos os manuais escolares, com excepção dos manuais de religião islâmica.¹⁰² Até essa data, as passagens do livro sagrado e os ditos do Profeta Maomé tinham sido integrados nos manuais escolares de todas as disciplinas. Os críticos desta política educativa islâmica há muito que chamavam a atenção para a discriminação de que eram alvo os estudantes não muçulmanos – ou mesmo os de tradições não sunitas – obrigados a estudar e a recitar os versos islâmicos, mesmo que isso violasse as suas próprias crenças religiosas, em violação da Constituição egípcia. Em vez de promoverem a ideia de igualdade na cidadania, estes textos apresentavam o Islão como sendo a “única fonte de virtudes e valores positivos”¹⁰³ e, implicitamente, que as outras religiões não partilhavam as mesmas virtudes. Os não muçulmanos e os muçulmanos não sunitas foram assim excluídos de facto dos exemplos históricos de piedade e de comportamento honrado.

Numa tendência oposta, o Paquistão continua a insistir na sua política de educação islâmica obrigatória. Em Agosto de 2021, o Governo do então primeiro-ministro Imran Khan introduziu o Currículo Nacional Único (CNU) para as escolas primárias. Uma característica da educação normalizada é o programa de estudos centrado no Islão, que se aproxima da instrução religiosa forçada.¹⁰⁴ O CNU foi alvo de fortes críticas por parte de especialistas em educação e defensores dos direitos humanos devido à sua falta de inclusividade, pedagogia deficiente e ênfase excessiva nos conteúdos religiosos islâmicos,¹⁰⁵ provocando discriminação e atitudes negativas em relação aos membros das minorias religiosas a partir da escola primária. No livro *Quality Education vs. Fanatic Literacy*, o editor Peter Jacob conclui que, no Paquistão, “a intolerância desenfreada com base na religião e na seita é o único resultado imaginável das políticas educativas adoptadas no passado e no presente”. Acrescenta ainda que a

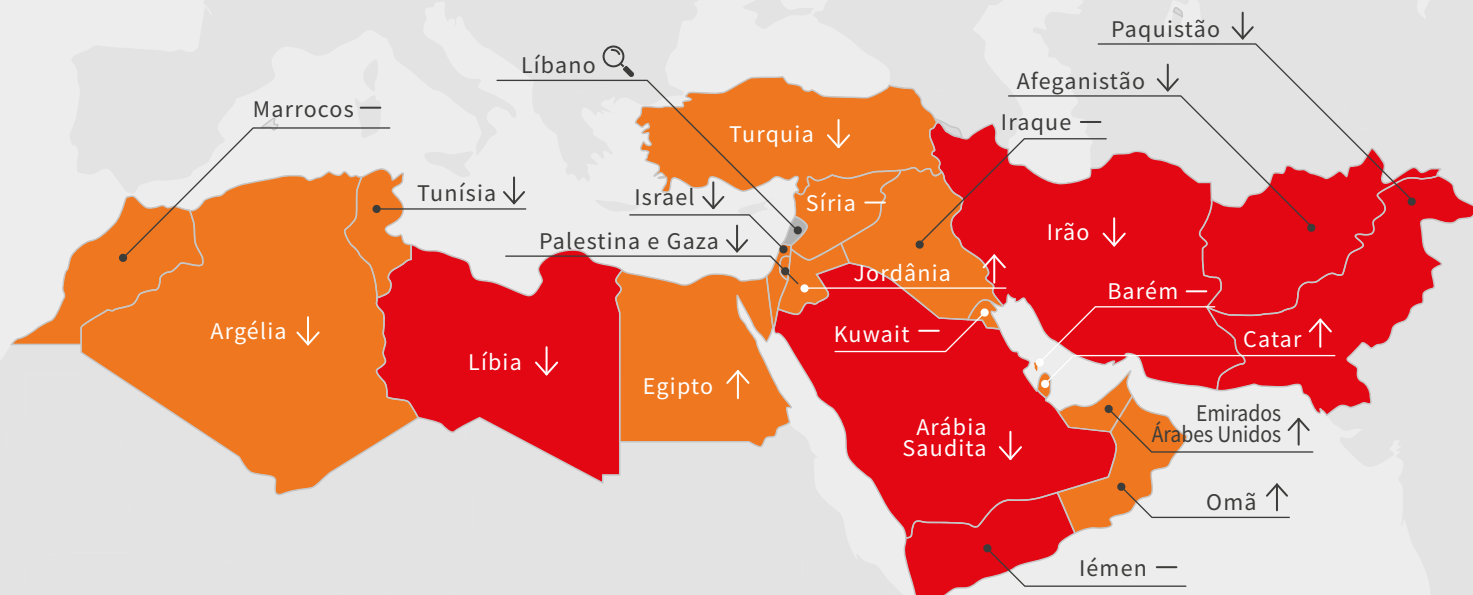
exclusão e a desvalorização de certos grupos favorece a generalização dos abusos,¹⁰⁶ multiplicando os casos de tais comportamentos, acentuando as desigualdades¹⁰⁷ e por vezes mesmo causando violência.¹⁰⁸

Os Muçulmanos constituem a comunidade religiosa de mais rápido crescimento na Índia. A população é actualmente semelhante à do Paquistão e os demógrafos calculam que a comunidade muçulmana da Índia deverá ultrapassar a do Paquistão, tornando-se a segunda maior do mundo (imediatamente a seguir à Indonésia).¹⁰⁹ O nacionalismo hindu tornou-se recentemente um tema importante na política indiana e esta mudança é também visível nos manuais escolares.¹¹⁰

Em Junho de 2022, o Governo do Partido Bharatiya Janata (BJP) retirou secções importantes dos manuais escolares de ciências sociais e de história. Entre os revisionismos, conta-se a supressão, nos livros de história do 12.º ano, da influência dos Mughals, uma dinastia muçulmana medieval no poder. O famoso professor indiano S. Irfan Habib¹¹¹ observou que “a diversidade de raças, religiões e culturas que aqui chegaram ao longo dos séculos e que foram imersas e assimiladas numa identidade indiana” é um “facto histórico”.¹¹² “No entanto, os ideólogos Hindutva já declararam quem é indiano e quem não é, e é a sua versão da história que vai ser ensinada”. Consequentemente, “as gerações vindouras crescerão totalmente alheias a estes ‘outros’ nos seus manuais escolares”.¹¹³

Na Arábia Saudita, também se registaram alterações nos manuais escolares e nos currículos gerais. O reino retirou recentemente dos seus livros escolares as menções de hadiths que convidam à hostilidade contra os infiéis,¹¹⁴ referências à *jihad*,¹¹⁵ e à morte como punição da apostasia.¹¹⁶ Também a Jordânia e Marrocos procederam recentemente a reformas curriculares, mas estas são frequentemente consideradas pelos analistas como meramente cosméticas.

Segundo a UNICEF, nos estados do nordeste e noroeste da Nigéria, cerca de 30% das crianças muçulmanas recebem educação corânica, que não ensina competências básicas como a literacia e a numeracia.



ANÁLISE REGIONAL

Médio Oriente e Norte de África

Apesar de alguns desenvolvimentos positivos na região em comparação com o período anterior em análise, ainda não existe um único país de maioria muçulmana que garanta a plena liberdade de religião. O impacto das restrições impostas pela pandemia e a persistente instabilidade política em alguns dos países de maior dimensão restringiram gravemente os direitos humanos. Na maioria dos países onde o Islão é a religião oficial, a liberdade religiosa está limitada a diferentes graus de liberdade de culto. Ao longo do período de dois anos, podem ser identificadas várias tendências importantes que, naturalmente, não se aplicam a todos os países.

Gestos do Governo para com as minorias religiosas

Embora não exista liberdade religiosa abrangente nesta região, alguns Estados de maioria muçulmana têm mostrado maior inclinação para reconhecer que o pluralismo religioso continua a ser uma parte necessária do mosaico social. O Governo iraquiano, por exemplo, fez gestos importantes para com os seus cidadãos cristãos e yazidis. Em Dezembro de 2020, o Parlamento iraquiano reconheceu unanimemente o Natal como feriado nacional; em 2021, aprovou a Lei dos Sobreviventes Yazidi, reconhecida como um passo importante para superar a injustiça infligida às minorias pelo autoproclamado Estado Islâmico; e, em Março de 2021, o Papa Francisco, o primeiro Papa a visitar o Iraque, foi recebido pelos chefes de Estado com momentos inter-religiosos, incluindo uma reunião com o líder xiita, o Grande Ayatollah Sayyid Ali Al-Husayni Al-Sistani.¹¹⁷

No mesmo mês, o primeiro-ministro do Iraque, Mustafa Al Kadhimi, anunciou que o dia 6 de Março passaria a ser o “Dia Nacional da Tolerância e da Coexistência” no Iraque.¹¹⁹

Também nos Emirados Árabes Unidos se registam sinais encorajadores, como a abertura de um templo hindu e a criação da Associação das Comunidades Judaicas do Golfo, com sede no Dubai. No Norte de África, os resultados são mistos. Na maioria dos casos, as políticas rigorosas contra a prática de qualquer religião não islâmica continuam a ser rigorosamente aplicadas. No entanto, alguns países, como por exemplo o Egípto, tomaram mais recentemente medidas positivas, como a promoção de uma maior unidade nacional entre Muçulmanos e Cristãos,¹¹⁹ diálogo inter-religioso e tolerância,¹²⁰ a protecção de locais de património religioso e a legalização de centenas de igrejas. No entanto, a intolerância social profundamente enraizada e a discriminação institucionalizada contra os não muçulmanos ou contra os muçulmanos considerados desviantes continuam a ser um grave problema social.

No **Paquistão**, apesar de o primeiro-ministro Imran Khan ter prometido um Novo Paquistão (*Naya Pakistan*) em que “os direitos civis, sociais e religiosos das minorias”¹²¹ deverão ser garantidos, as comunidades religiosas continuaram a ser fortemente discriminadas. Os exemplos de discriminação civil são abundantes, incluindo anúncios públicos de emprego para trabalhadores de saneamento, varredores de rua e limpadores de esgotos “reservados a não muçul-

manos”¹²² e iniciativas de protecção contra inundações que ignoram as comunidades cristãs e hindus.¹²³

A perseguição sistémica também continua a ser um problema grave, tendo aumentado ao longo do período de dois anos, passando a incluir: rapto e escravização sexual de raparigas cristãs e hindus sob o pretexto de conversão ao Islão e de casamento com o raptor; leis de blasfémia que violam os direitos dos Hindus, Cristãos e Muçulmanos (a maioria dos xiitas está presa) e ataques extrajudiciais perpetrados por multidões; e uma educação cada vez mais islamocêntrica, exacerbada pelo recente Currículo Nacional Único, que contribui para a discriminação e para atitudes negativas em relação aos membros das minorias religiosas.

O terrorismo islâmico está de novo a aumentar

Embora o terrorismo islâmico na região tenha atingido um pico antes do período em análise, com o Daesh (o autoproclamado Estado Islâmico) mais ou menos adormecido após a sua derrota como entidade detentora de terras, o grupo jihadista está novamente a reivindicar cada vez mais a responsabilidade pelos ataques terroristas em curso no Iraque e na Síria. Por exemplo, desde 2020, os radicais islâmicos intensificaram os ataques em zonas de maioria xiita no **Iraque**. Mas o grupo ainda está longe de ser o que era depois de 2014 no que respeita às suas possibilidades e ao seu poder de atracção. As atrocidades cometidas pelo Daesh afastaram muitos dos que anteriormente simpatizavam com o grupo, considerando-o um defensor dos direitos dos sunitas no Iraque e na Síria. Para além do Daesh, vários grupos islamistas armados continuaram a aterrorizar as pessoas de religiões não muçulmanas, nomeadamente no noroeste da **Síria**, onde diferentes facções islamistas, como o Hayat Tahrir al Sham, controlam a região de Idlib.

Com a tomada do poder no Afeganistão pelos Talibãs em Agosto de 2021, as actividades terroristas começaram no **Paquistão**. O Estado Islâmico da Província de Khorasan (IS-KP) cometeu inúmeras atrocidades contra cristãos, hindus, muçulmanos ahmadiyya e xiitas, das quais se destaca o ataque de Março de 2022 a uma mesquita xiita em Peshawar, que causou mais de 60 mortos.¹²⁴

Secularizar tendências

Vários inquéritos realizados durante o período de dois anos revelaram que as tendências secularizantes estão a aumentar em toda a região. Já em 2019, o Barómetro Árabe indicou que, em geral, a prática da fé tinha diminuído e, além disso, um número crescente de muçulmanos árabes tinha perdido a fé nos partidos islâmicos e nos seus líderes.¹²⁵

Embora não seja um país árabe, o **Irão** não é excepção a esta evolução. Um inquérito realizado em 2020 revelou que nada menos que 47% dos entrevistados declararam “ter passado de religiosos a não religiosos”.¹²⁶ A sondagem também revelou que, em contraste com os números oficiais do censo, apenas 32% dos iranianos se identifica-

vam como muçulmanos xiitas. A erosão da base demográfica do regime xiita tornou-se evidente no final do Verão de 2022, quando os protestos eclodiram a uma escala sem precedentes em todo o país. Esta situação ocorreu na sequência da morte de uma mulher de 22 anos detida pela polícia religiosa por alegadamente não ter usado o *hijab* em total conformidade com os requisitos obrigatórios. Os manifestantes não exigiam uma reforma do actual sistema político, mas sim a sua abolição pura e simples. O regime iraniano ainda não conseguiu travar as manifestações, apesar do recurso à violência.

Tensões na Terra Santa atingem níveis preocupantes

As tensões em **Israel** e na **Palestina**, que se mantêm desde 2021, entraram mais uma vez num ciclo vicioso de terrorismo e contra-terrorismo. Embora o direito de Israel à autodefesa contra grupos terroristas islâmicos como o Hamas seja indiscutível, algumas medidas de combate foram criticadas como desproporcionadas pelos líderes católicos.¹²⁷ Além disso, a coesão social entre os judeus ortodoxos extremistas e os judeus seculares está a desintegrar-se ainda mais.

Em 2021, Israel enfrentou cenários de guerra civil entre judeus e muçulmanos em algumas das suas cidades. O Monte do Templo/Haram al Sharif, em Jerusalém, foi um ponto fulcral das hostilidades entre o Hamas e outros grupos islamistas violentos que reivindicam a protecção do local contra alegadas tentativas judaicas de alterar o *status quo*. Também no mesmo ano, as relações com os Cristãos pioraram consideravelmente. De uma forma sem precedentes, os líderes cristãos alertaram para o facto de os grupos extremistas judeus estarem a expulsar os Cristãos da Terra Santa.¹²⁸ O Governo israelita de então rejeitou as acusações.

O novo Governo israelita, sob a liderança de Benjamin Netanyahu, introduziu políticos judeus radicais e anti-pluralistas na administração responsável pela identidade judaica de Israel.¹²⁹ As perspectivas de atenuação das tensões inter-religiosas são, portanto, fracas.

Estas tensões internas limitam o valor dos esforços de normalização diplomática entre o Estado judaico e os países de maioria muçulmana da região, iniciados com os chamados Acordos de Abraão em 2020. Por exemplo, nos Emirados Árabes Unidos, a vida judaica está a florescer desde os acordos.¹³⁰ Mas a normalização a nível político não será seguida de uma aproximação social enquanto o conflito entre Israelitas e Palestínianos continuar por resolver.

Agravamento das condições socioeconómicas de vida

Embora o quadro jurídico relativo à liberdade religiosa e a sua aplicação efectiva sejam muito importantes, a sobrevivência das minorias religiosas depende também das condições de vida socioeconómicas. E estas condições têm-se agravado ou não mostram sinais de melhoria. O **Líbano** é um exemplo disso mesmo. De acordo com o Banco Mundial, o Líbano encontra-se há quase três

anos numa crise económica e financeira sem precedentes, descrita como uma das piores que o mundo já viu.¹³¹ Acolhendo a maior população cristã, o Líbano tem sido, desde há séculos, um centro da cultura cristã na região e uma base muito importante para os meios de comunicação social independentes e o mundo académico. Por conseguinte, a actual turbulência económica e política não só afecta negativamente a situação dos Cristãos no Líbano, como também em toda a região. Tal como o Líbano, a inflação afectou a vizinha **Síria**, devastada pela guerra, com as já terríveis condições de vida da população a deteriorarem-se ainda mais devido ao aumento dos preços dos bens essenciais e ao racionamento.¹³² E, embora as perspectivas sejam melhores no **Iraque** devido ao aumento dos preços do petróleo¹³³, os Cris-

tãos continuam a abandonar o país a um ritmo de 20 famílias por mês.¹³⁴

Conclusão

Talvez graças às repetidas visitas do Papa Francisco à região, a situação da liberdade religiosa não se agravou, mas há pouco espaço para optimismo, apesar de alguns desenvolvimentos positivos. A região do Médio Oriente e do Norte de África continua a ser precária e os progressos jurídicos no sentido da plena liberdade religiosa são mínimos, se é que existem progressos. Alguns países, como o Paquistão, desde o regresso dos Talibãs no Afeganistão, regrediram em termos de direitos humanos, persistindo a perseguição total das minorias tanto no Afeganistão como no Irão.



CASO DE ESTUDO

Líbano: O êxodo cristão



Com a procura de novos passaportes a atingir 8.000 pedidos por dia,¹³⁵ a 29 de Abril de 2022, as autoridades libanesas deixaram de emitir passaportes.¹³⁶ Menos de um ano depois, com pedidos 10 vezes superiores aos dos anos anteriores, a plataforma oficial online para a emissão ou renovação de passaportes foi também encerrada.¹³⁷

As explicações das autoridades para os desafios de acompanhar a procura escondiam, no entanto, uma preocupação muito mais profunda: a rapidez com que os profissionais com um bom nível de formação e altamente qualificados estavam a deixar o país.¹³⁸ Pelo menos 77 mil libaneses partiram em 2021, quase três quartos dos quais com idades compreendidas entre os 25 e os 40 anos.¹³⁹

O Líbano está em queda livre. Em 2019, a classe média representava 57% da população,¹⁴⁰ mas, desde então, a libra libanesa perdeu mais de 97% do seu valor,¹⁴¹ o preço dos alimentos aumentou 1700%¹⁴² e 90% da população vive na pobreza.¹⁴³ Os cidadãos têm dificuldade em comprar alimentos, os hospitais libaneses estão a ficar sem medicamentos e os professores abandonaram o país em massa.¹⁴⁴ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura calcula que 2,26 milhões de pessoas – 1,46 milhões de libaneses e cerca de 800 mil refugiados – se encontram numa “crise” que requer assistência urgente.¹⁴⁵

As razões são múltiplas, complexas e reforçam-se mutuamente. O Banco Mundial e a ONU acusam os dirigentes políticos e financeiros do Líbano de abusarem da sua posição e de empurrarem a população do país para a pobreza;¹⁴⁶ o partido político xiita pró-iraniano Hezbollah, um dos actores não estatais mais influentes do Líbano, influencia as políticas internas e externas em seu benefício;¹⁴⁷ e as taxas de criminalidade aumentaram, com os bandos mafiosos a cometerem assaltos à mão armada e assassinios, e os ladrões a roubarem tudo o que seja de valor, desde vedações de ferro de cemitérios a armas.¹⁴⁸

Os jovens não vêem futuro. Um inquérito realizado em 2021 indicava que 75% dos jovens, na sua maioria cristãos, queriam partir.¹⁴⁹ Trata-se de uma comunidade autóctone com uma presença milenar, que representa profissionais como médicos, jornalistas e advogados, desempenhando um papel indispensável na identidade do país, incluindo a sua composição e diversidade políticas.

As perspectivas para o futuro são sombrias. Um êxodo cristão não só afectará gravemente a estabilidade, mas potencialmente a sobrevivência do país, extinguindo um sinal importante no Médio Oriente: uma sociedade democrática onde diferentes comunidades religiosas coexistem em paz.

Arte de rua na parede junto à Catedral de São Jorge em Beirute, no Líbano.

Linguagem forçada

Roger Kiska e Mark von Riedemann

O artigo 18.º (n.º 1) do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹⁵⁰ prevê o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. O artigo 19.º prevê a liberdade de expressão. Ambos os artigos definem os limites destes direitos: respeitar a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas, ou os direitos e liberdades fundamentais de outrem. A chave da política é o equilíbrio entre o direito e a limitação.

Nas últimas décadas, as culturas ocidentais assistiram a uma onda crescente de novas normas e conceitos antropológicos, cada vez mais invocados como direitos humanos baseados em valores de tolerância e igualdade. Muitos destes novos conceitos sobre o ser humano não só começaram a redefinir a identidade nacional e a política externa de vários países da OSCE, como também, nalguns casos, foram introduzidas leis, como a do discurso do ódio, para impor legalmente e consolidar estes conceitos como novos direitos.

Estas imposições têm implicações graves para os indivíduos e as comunidades cujas crenças religiosas ou morais discordam das novas normas: os direitos tradicionais

de liberdade de pensamento, de consciência e de religião tornam-se marginalizados quando as expressões de crenças religiosas são classificadas como odiosas e, por conseguinte, como algo que deve ser difamado ou punido.

A linguagem é a chave: ditar as definições dos novos conceitos enquadra a discussão. Como escreveu Lewis Carroll em *Through the Looking Glass*: “Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom desdenhoso, “significa exactamente o que eu escolho que signifique, nem mais nem menos”. “A questão é”, disse Alice, “se podes fazer com que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes”. “A questão é”, disse Humpty Dumpty, “qual é o mestre, só isso.”¹⁵¹

A consequência é que, num discurso cada vez mais enquadrado, a linguagem e as ideias no espaço público tornam-se progressivamente “forçados” através do pensamento de grupo, da cultura do cancelamento e, nas circunstâncias mais graves, da sanção penal.¹⁵² Decisões jurídicas recentes estão a testar estas águas.



No Canadá, naquilo a que se poderia chamar um exemplo de política de identidade imposta pelo Estado, o Supremo Tribunal da Colúmbia Britânica emitiu a Orientação Prática 59.¹⁵³ Lançada a 16 de Dezembro de 2020, “aconselha as partes e os seus advogados, quando se apresentarem em tribunal, a fornecerem os seus ‘pronomes correctos’”; ao reconhecer os pronomes de género auto-identificados como “correctos”, a directiva impõe implicitamente a adesão à crença na identidade de género sem ter em conta a objecção religiosa ou de consciência.¹⁵⁴

Em Malta, o Parlamento continua a deliberar sobre dois actos legislativos intitulados Bill 96/97, apelidados de “projectos de lei sobre a igualdade”. Os seus defensores afirmam que as leis propostas “irão proibir a discriminação e promover a igualdade num vasto leque de actividades”.¹⁵⁵ No entanto, grupos religiosos e cívicos criticam a legislação, sugerindo que o carácter vago da linguagem pode levar a que a opinião de um indivíduo seja punida como assédio, sufocando a liberdade de consciência (cf. relatório sobre Malta).¹⁵⁶

A 1 de Janeiro de 2021, a Câmara dos Representantes dos EUA propôs alterações ao texto das Normas Permanentes para o “Regimento da Câmara dos Representantes para alterar a linguagem específica de género e substituí-la por uma linguagem neutra em termos de género”.¹⁵⁷ A Câmara aprovou as novas normas a 4 de Janeiro. A cláusula 8(c)(3) definia anteriormente “parente” como “pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã, tio, tia, [...]”, ao passo que agora a cláusula define “parente” como “progenitor, criança, irmão, irmão do progenitor...”.¹⁵⁸ No anúncio, a presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pello-

si, e o presidente da Comissão de Normas, James P. McGovern, declararam que a intenção era “honrar todas as identidades de género, alterando os pronomes e as relações familiares nas normas da Câmara para serem neutras em termos de género”.¹⁵⁹

Em Novembro de 2022, o Ministério Público do Reino Unido declarou que a Bíblia continha referências “que simplesmente já não são apropriadas na sociedade moderna e que seriam consideradas ofensivas se fossem ditas em público”.¹⁶⁰ A declaração foi posteriormente retirada.

O resultado para os religiosos, ou não, em desacordo com as novas normas é a auto-censura, com jornalistas, políticos e professores hesitantes em abordar temas sensíveis, ou a adoptar em bloco os termos da linguagem forçada. Pelo contrário, para se manterem fiéis aos princípios da liberdade de pensamento, de consciência e de crença religiosa, e à sua expressão, correm o risco de serem punidos.¹⁶¹ O resultado é fundamentalmente antiliberal.

A saúde de qualquer democracia mede-se pela forma como trata a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. O direito de dar testemunho em palavras e actos está ligado à própria existência de convicções religiosas.¹⁶² O direito de viver de acordo com a própria consciência é a marca de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Quando os países impõem valores culturais pela força, marginalizando assim aqueles que dão testemunho da sua consciência e crenças religiosas, cria-se o antecedente para uma perseguição mais grave.



Arte de rua em Sidney, Austrália

ANÁLISE REGIONAL

Países da OSCE *

Roger Kiska

Os países membros da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) são frequentemente divididos em países “a leste de Viena” e países “a oeste de Viena”. A OSCE também tem sido descrita como uma organização que se estende “de Vancouver a Vladivostok”, uma frase que denota não só a extensão geográfica dos Estados participantes, mas também a grande variedade de etnias, religiões e estruturas políticas.

A OSCE é composta por 57 países, incluindo os EUA, o Canadá, a Europa (UE, EEE, Reino Unido e Suíça), todos os países da antiga Europa Soviética de Leste, o Cáucaso e a Ásia Central.

Embora os membros da OSCE estejam principalmente empenhados em promover e proteger a democracia e os direitos humanos, e cada país tenha alguma forma de protecção constitucional da liberdade religiosa, a aplicação efectiva e o respeito social por este direito variam muito. A OSCE mantém uma das melhores bases de dados sobre crimes de ódio registados no mundo.

**As atribuições regionais são definidas não só por convenção geográfica, mas também pela sua abordagem comum da liberdade religiosa e de outros direitos fundamentais*

A Guerra na Ucrânia

A 24 de Fevereiro de 2022, a Federação Russa invadiu a Ucrânia. A guerra ainda está em curso no momento da redacção do presente Relatório. A 16 de Março de 2022, o Comité de Ministros do Conselho da Europa votou a favor da expulsão da Federação Russa da organização intergovernamental.¹⁶³ A 16 de Setembro de 2022, a Federação Russa deixou de fazer parte da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o que significa que deixou de estar sujeita à jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.¹⁶⁴ O Conselho da Europa informou que 2.129 sentenças e decisões ainda não tinham sido plenamente aplicadas pela Rússia e continuavam pendentes no Comité de Ministros.¹⁶⁵ No entanto, a Rússia continua a ser membro da OSCE.

Crimes de ódio contra Muçulmanos

Durante o período abrangido por este Relatório, continuaram a registar-se indícios de sentimentos anti-muçulmanos em muitas partes da região. Os crimes de ódio incluíram ataques violentos contra pessoas, ameaças *on-line* nas redes sociais e ataques contra edifícios religiosos. As mulheres muçulmanas foram as principais vítimas de assédio, insultos depreciativos e violência, muitas vezes

em locais públicos, devido ao seu vestuário.¹⁶⁶ Entre vários exemplos contam-se o ataque a uma mulher muçulmana, grávida de sete meses, numa estação perto de Florença, em Itália, por um homem que lhe arrancou a burqa e a empurrou para fora do comboio juntamente com o seu filho de 11 anos.¹⁶⁷

Crimes de ódio contra Cristãos

A maioria dos crimes de ódio contra os Cristãos manifestou-se sob a forma de ataques contra líderes e fiéis religiosos ou de vandalismo e profanação de locais de culto. Estes crimes foram testemunhados em vários países europeus tradicionalmente cristãos, incluindo a França, a Espanha e a Áustria (cf. relatórios dos respectivos países). A França ficou chocada em Agosto de 2021 com o assassinato de um sacerdote católico de 61 anos, o Pe. Olivier Maire, morto em Saint-Laurent-sur-Sèvre.¹⁶⁸ As estruturas religiosas em França foram alvo de ataques tão frequentes que, em Fevereiro de 2022, o Ministério do Interior prometeu aumentar o financiamento da segurança das igrejas católicas após uma série de ataques, incluindo na catedral de Saint-Denis, nos arredores de Paris (janelas e portas partidas), em Bondy e Romainville, na região de Paris (roubo e profanação do sacrário em ambas), em Vitry-sur-Seine (profanação e roubo), em Poitiers (estátuas de santos destruídas) e em Paray-le-Monial (roubo de relíquias).¹⁶⁹ Em Espanha e na Áustria, os crimes de ódio incluíram agressões violentas a religiosos e fiéis,¹⁷⁰ graffiti insultuosos nas igrejas católicas, ortodoxas e evangélicas, profanação de sacrários e actos de vandalismo como a decapitação de estátuas católicas¹⁷¹ e fogo posto numa igreja.¹⁷²

Anti-Semitismo

A omnipresença do anti-semitismo na região da OSCE continua a ser preocupante (ver os respectivos relatórios por país). Os crimes de ódio anti-semitas comunicados nos países da OSCE aumentaram de 582 em 2019 para 1.367 em 2021. A Alemanha registou um aumento acentuado do antissemitismo, com 582 crimes de ódio comunicados em 2019 e 1.357 em 2021, o que levou o Governo a criar uma nova estratégia nacional para combater o problema. A Alemanha, no entanto, não está sozinha: a Áustria registou um aumento acentuado dos ataques anti-semitas, em França os ataques a pessoas e bens judaicos aumentaram acentuadamente, e na Escandinávia o Movimento de Resistência Nórdica continuou a cometer graves actos de anti-semitismo.

Radicalização do Islão na Ásia Central

A ascensão do Islamismo extremista, acentuada após a tomada do Afeganistão pelos Talibãs, causou uma inquietação significativa na região, com os governos a reforçarem a regulamentação devido ao receio de radicalização. No Usbequistão, as autoridades introduziram um maior controlo da expressão religiosa, incluindo a obrigação de as comunidades muçulmanas e não muçulmanas insta-

larem câmaras de vigilância no interior e no exterior, a nomeação de clérigos do Governo para supervisionarem o conteúdo dos sermões muçulmanos e o corte da barba pela polícia aos suspeitos de extremismo. No Tajiquistão, o Governo aumentou o número de processos judiciais contra indivíduos suspeitos de pertencerem a grupos extremistas muçulmanos proibidos e acrescentou uma nova secção ao código penal que pune a educação religiosa não aprovada. Não obstante a obrigação do Estado de combater o extremismo, os observadores internacionais manifestaram a sua preocupação com o facto de a linguagem vagamente definida nas recentes leis antiterrorismo ter implicações para a liberdade religiosa (cf. relatórios dos respectivos países).

Relações étnico-religiosas

Nos Balcãs existe um problema permanente de contenção entre grupos étnicos concorrentes, em que a etnia está frequentemente ligada à religião. Na Bósnia e Herzegovina, por exemplo, a maioria dos cidadãos identifica-se com um dos três principais grupos étnicos do país: croatas católicos, sérvios ortodoxos e bósnios muçulmanos. A Comissão Europeia informou que, em 2021, foram registados 134 incidentes de ódio relacionados com a etnia, tendo sido proferidas oito condenações. Em 2021, foram também apresentadas 70 denúncias por discurso de ódio, com 11 decisões, nas quais foram proferidas oito condenações.¹⁷³ No mesmo ano, o Conselho da Imprensa e dos Media Online recebeu 1.073 queixas por discursos de ódio online.¹⁷⁴

Em Chipre pode afirmar-se que as tensões étnico-religiosas são perpetuadas através da educação religiosa. Nas escolas cipriotas gregas, a educação religiosa dá ênfase à tradição ortodoxa grega e à identidade grega, ao passo que nas escolas cipriotas turcas a tónica é colocada na tradição sunita e na identidade turca.¹⁷⁵

Em contrapartida, na Albânia, onde a identidade religiosa também está largamente dividida por linhas étnicas, a tolerância religiosa entre a comunidade islâmica e as Igrejas Ortodoxa e Católica continua a ser um dos pilares centrais da estabilidade na sociedade albanesa.¹⁷⁶

Discurso de Ódio e Linguagem Forçada

Uma das crescentes áreas de tensão, particularmente prevalecente entre os Estados membros da OSCE “a oeste de Viena”, tem sido a complicada interacção entre o combate ao discurso destinado a degradar, marginalizar ou pôr em perigo grupos de pessoas devido às suas características de identificação, frequentemente referido como discurso de ódio, e a censura ou punição do que tradicionalmente seria visto como liberdade de expressão. Parte do desafio reside na definição relativamente vaga de discurso de ódio.

A Finlândia é um exemplo de como esta interacção pode ser difícil. As autoridades finlandesas comunicaram à

OSCE 2.567 incidentes de ódio nos anos de 2020-2021,¹⁷⁷ uma estatística notável entre os Estados da OSCE para um país com pouco mais de 5,5 milhões de habitantes. No entanto, alguns dos casos que as autoridades consideraram odiosos levantaram sérias questões sobre se a liberdade de manifestar opiniões religiosas sobre questões morais e culturais sensíveis está em risco. O processo contra a deputada finlandesa Päivi Räsänen por ter citado publicamente a Bíblia é um exemplo paradigmático.¹⁷⁸

Um desafio maior à liberdade de religião e de consciência ocorre quando as autoridades regulamentam a linguagem para atender ao sentimento popular. No Canadá, no final de Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal da Colúmbia Britânica emitiu a Orientação Prática 59.¹⁷⁹ A Orientação Prática “aconselha as partes e os seus advogados, ao apresentarem-se em tribunal, a indicarem os seus ‘pronomes correctos’”. O resultado, na prática, pode equivaler a uma adesão forçada à crença na identidade de género.¹⁸⁰ No Reino Unido, a recusa em aderir a novas normas culturais relacionadas com os pronomes preferidos criou uma potencial barreira à profissão. David Mackereth foi despedido do seu trabalho como avaliador de deficiências pelo Ministério das Obras Públicas e Pensões por ter sugerido, durante a sua formação, que não podia, por uma questão de crença e consciência cristã, utilizar

pronomes de afirmação transgénero para os potenciais utilizadores dos serviços. Recentemente, perdeu o seu recurso no Tribunal de Recurso do Trabalho.¹⁸¹ Noutro caso, um professor cristão em Inglaterra enfrenta uma proibição vitalícia de ensinar, imposta pelo seu organismo profissional, por ter usado um termo impróprio para um aluno durante um trabalho de turma.¹⁸²

Aborto

O tema do aborto tornou-se particularmente controverso durante o período abrangido por este Relatório. Nos Estados Unidos, na sequência da divulgação da decisão *Dobbs vs. Jackson*, um acórdão que anulou *Roe vs. Wade*, centenas de igrejas foram vítimas de ataques à propriedade. Na Suécia, duas parteiras perderam o seu processo perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, depois de lhes ter sido recusado o cargo de parteira devido à sua objecção de consciência em relação ao aborto. O Reino Unido assistiu a um aumento da legislação relativa às zonas-tampão em torno das clínicas de aborto, proibindo o protesto pacífico, o aconselhamento no passeio ou a oração silenciosa.



CASO DE ESTUDO

Finlândia: Censura contra as Escrituras



A 29 de Abril de 2020, o procurador-geral da Finlândia apresentou acusações criminais de “discurso de ódio” contra a deputada Päivi Räsänen e o Bispo Juhana Pohjola, da Diocese da Missão Evangélica Luterana da Finlândia, no âmbito do crime de “agitação étnica”, uma secção de “crimes de guerra e crimes contra a humanidade” do código penal do país.¹⁸³

Os principais crimes foram uma publicação no Twitter, baseada na fé, em 2019 (na sequência de uma decisão da direcção da Igreja de patrocinar um evento LGBT), que referia versículos da Bíblia, comentários num programa de televisão de 2018 e um panfleto de 2004 destinado aos membros da sua Igreja, intitulado “Homem e mulher Ele os criou”, que descreve o ensino luterano sobre a sexualidade.¹⁸⁴ A acusação contra o Bispo Pohjola prendia-se com a sua decisão de publicar o panfleto de 2004. O procurador-geral argumentou que as declarações de Räsänen eram “susceptíveis de causar intolerância, desprezo e ódio contra os homossexuais”.¹⁸⁵

Durante um período de dois anos, Räsänen assistiu a “um total de 13 horas de interrogatórios policiais sobre as suas crenças cristãs, tendo-lhe sido frequentemente pedido pela polícia que explicasse o que entendia da Bíblia”.¹⁸⁶

Em Abril de 2021, o procurador-geral da Finlândia acusou Räsänen, apesar das fortes recomendações da polícia para não prosseguir com a acusação e do facto de as declarações de Räsänen terem permanecido disponíveis no Twitter e nas plataformas televisivas nacionais finlandesas, uma vez que não violavam as políticas de nenhuma delas.¹⁸⁷

A 30 de Março de 2022, o processo contra Päivi Räsänen e o Bispo Juhana Pohjola foi arquivado por unanimidade pelo Tribunal Distrital de Helsínquia. O Tribunal reconheceu “que, embora algumas pessoas possam objectar às declarações de Räsänen, ‘deve haver uma razão social imperiosa para interferir e restringir a liberdade de expressão’. O Tribunal concluiu que não existia tal justificação”.¹⁸⁸

No início de Abril de 2022, o Ministério Público finlandês anunciou um recurso do veredicto de 30 de Março. Apesar da provação, a deputada Päivi Räsänen declarou: “Estou pronta para defender a liberdade de expressão e de religião nos tribunais superiores. A decisão do Ministério Público de recorrer da sentença de absolvição pode levar o caso até ao Supremo Tribunal, dando a possibilidade de garantir um precedente que proteja a liberdade de expressão e de religião para todos os Finlandeses”.¹⁸⁹

A deputada Päivi Räsänen, médica e ministra do Interior da Finlândia (2011-2015), mãe de cinco filhos e avó de 10 netos, foi levada a julgamento acusada de “discurso de ódio” por ter expressado publicamente a sua opinião sobre o casamento e a sexualidade humana com base em princípios bíblicos.

CASO DE ESTUDO

Nicarágua: Detenções, profanações e deportações



Às 3 horas da madrugada de 19 de Agosto de 2022, a polícia nacional entrou à força nos escritórios da Diocese de Matagalpa e prendeu o Bispo Rolando Álvarez, juntamente com os seus colegas da chancelaria. Pouco tempo depois, o bispo foi colocado em prisão domiciliária. A sua detenção representou o culminar de um forte aumento da hostilidade governamental, que teve início a 4 de Agosto com o bloqueio de todos os acessos à cúria para as pessoas consideradas “agentes políticos”.

A 10 de Fevereiro de 2023, o tribunal retirou a cidadania a D. Álvarez e condenou-o a 26 anos de prisão. A condenação foi proferida um dia depois de o bispo se ter recusado a juntar-se a um grupo de mais de 200 presos políticos, incluindo vários sacerdotes e seminaristas acusados de “conspiração”, que deveriam ser deportados para os Estados Unidos. O juiz declarou o bispo um “traidor da pátria” e considerou-o culpado de “conspiração contra a integridade nacional e divulgação de notícias falsas através das tecnologias de informação e comunicação, em detrimento do Estado e da sociedade nicaraguense”.¹⁹⁰

D. Álvarez tem sido um crítico declarado do Governo do presidente Daniel Ortega, denunciando a crise social que assola a Nicarágua desde 2018.¹⁹¹ A dura condenação do bispo representou uma escalada no conflito do Governo contra a Igreja, na sequência da expulsão, em Março de 2022, do Núncio Apostólico, o Arcebispo Waldemar Stanislaw Sommertag, e do exílio forçado de religiosos e sacerdotes, incluindo as Missionárias da Caridade, a congregação fundada por Santa Madre Teresa de Calcutá.¹⁹²

No relatório de Novembro de 2022, “Nicarágua: Uma Igreja Perseguida?”, foram registados 396 ataques contra a Igreja Católica entre Abril de 2018 e Outubro de 2022, incluindo profanações, roubos, ameaças e discursos de ódio.¹⁹³ Foram identificados actos de opressão contra membros do clero, bem como a proibição de procissões religiosas, a interrupção de serviços litúrgicos e a intimidação dos fiéis através do destacamento de forças policiais em redor das igrejas. O Governo nacionalizou também uma universidade católica e encerrou a estação de televisão da Conferência Episcopal, bem como pelo menos oito estações de rádio católicas.

O Bispo Rolando José Álvarez, da Diocese de Matagalpa, entre as ruínas do edifício da Cáritas em Sebaco (2018), na Nicarágua, onde a Igreja Católica é perseguida pelo Governo do presidente Daniel Ortega.



ANÁLISE REGIONAL

América Latina e Caraíbas

Paulina Eyzaguirre

O relatório da liberdade religiosa na América Latina e nas Caraíbas abrange a investigação em 33 países de quatro zonas: América do Norte, América Central, Caraíbas e América do Sul. Um terço dos países analisados (11) situa-se na América do Sul, representando quase 66% da população da região. Cada zona é diferente, e as conclusões do relatório reflectem mais a situação na região continental do que nos países insulares, dada a escala das mudanças observadas.

Com tradições culturais e históricas semelhantes e relativamente homogêneas, centradas no Cristianismo, a religião maioritária, o respeito pelas religiões e pelas diferentes crenças, bem como as relações inter-religiosas entre as várias denominações, têm sido largamente pacíficos na região da América Latina e das Caraíbas.

Normalização da violência contra a religião e os seus representantes

Apesar da relativa paz actual, o respeito pelas religiões em certos contextos culturais, em particular na América do Sul, tem vindo a mudar sensivelmente nos últimos anos. As perspectivas para a liberdade religiosa são positivas em apenas dois países, o Equador e o Uruguai. Os Relatórios da Liberdade Religiosa no Mundo de 2018 e 2020 da Fundação AIS registaram certas tendências, como o vandalismo contra igrejas, a profanação de locais e objectos sagrados e ataques contra religiosos. Esta situação não estava necessariamente relacionada com a religião, mas era, além disso, o resultado da criminalidade comum ou a consequência das acções tomadas por membros do clero para proteger as suas comunidades da violência.

O Relatório de 2022 registou, no entanto, um aumento considerável de incidentes perpetrados por indivíduos ou grupos com determinadas visões ideológicas intoleran-

tes em relação às crenças religiosas dos outros. Os ataques centraram-se sobretudo nos fiéis das comunidades religiosas (católicas e evangélicas), geralmente por grupos pró-aborto e pró-feministas, bem como por grupos que promovem a ideologia de género. Na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Haiti e México, foram registados incidentes – em vários casos, crimes –, incluindo agressões a religiosos, actos de vandalismo, profanação ou ofensas a sentimentos religiosos.

Mais preocupantes foram as atitudes demonstradas por certos governos, que pareciam fechar os olhos à lei que tolera ataques a locais de culto e a crenças durante protestos públicos, não investigando nem processando devidamente os autores dos actos criminosos. No Chile, o presidente até perdoou um homem condenado por incendiar a Catedral de Puerto Montt durante uma onda de agitação social em 2019, conhecida em espanhol como “estallido social” (explosão social).¹⁹⁴

Durante o período em análise, 14 membros do clero foram assassinados em sete países: Bolívia, Haiti, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Nalguns casos, as vítimas morreram ao tentar intervir durante tiroteios relacionados com crimes comuns, mas noutros a presença crescente do crime organizado nas zonas rurais deixou os religiosos e religiosas como as únicas figuras de autoridade que desafiavam as perigosas redes de tráfico e o último recurso para as pessoas que fugiam dos criminosos.

Um contexto social, económico e político cada vez mais desfavorável

O aumento da corrupção, o crime organizado e a violência crescente no meio de graves crises sociais, económicas e políticas contribuíram para a alteração do panorama da liberdade religiosa. De facto, pela primeira vez desde que o relatório sobre a América Latina foi redigido, um dos países da região, a Nicarágua, foi incluído na categoria de perseguição. Isto deve-se à forte opressão que o Governo de Daniel Ortega continua a exercer sobre a Igreja Católica, cujas acções incluem, entre outras, a expulsão do Núncio Apostólico e das congregações religiosas, o exílio forçado de sacerdotes, a privação do estatuto jurídico de entidades e organismos religiosos, a perseguição e o assédio a sacerdotes, o cerco a igrejas, a detenção arbitrária de líderes e fiéis religiosos, o encerramento de um canal de televisão católico, ameaças explícitas e insultos a líderes religiosos.

Em Cuba e na Venezuela, onde a situação continua a ser dramática, prosseguem as violações dos direitos humanos e a repressão contra os dissidentes e os membros do clero. Estes são alvo de agressões, detenções, ameaças e difamações em represália pelo seu apoio a grupos da oposição e por exprimirem opiniões diferentes das do Governo.

Vários países da região estão em crise há anos, sem solução à vista. O caso mais trágico é o do Haiti, que vive a “pior situação humanitária e de direitos humanos em décadas”, segundo a Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR).¹⁹⁵

Enquanto Cuba e a Venezuela continuam a sofrer uma grave escassez de alimentos e medicamentos, outras crises sócio-políticas e económicas afectam a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Equador, a Guatemala e o Peru. Em suma, quase um terço dos países da região – representando 30% da população do continente – é afectado por protestos e distúrbios civis resultantes de uma crise do custo de vida, inflação galopante, corrupção, falta de independência e imparcialidade judicial, instabilidade política e debates sobre a reforma constitucional.

A violência generalizada causada por guerras territoriais, corrupção e extorsão envolvendo bandos, guerrilhas, traficantes de droga e crime organizado continua a ser endémica em toda a região, sendo a Colômbia, o Haiti, o México e a Venezuela os exemplos mais extremos. A violência, tanto direccionada como indiscriminada, gera um sentimento de insegurança que corrói as condições necessárias para que os cidadãos exerçam o seu direito à liberdade religiosa.

Devido à instabilidade, a emigração é uma das principais preocupações, enfraquecendo ainda mais as perspectivas socioeconómicas da região, uma vez que são sobretudo os jovens com formação que procuram melhores oportunidades na América Latina e no estrangeiro. A pressão é maior nos países que fazem fronteira com os

Estados centro-americanos afectados pela crise e no México, devido à sua fronteira com os Estados Unidos.

Em muitos países latino-americanos, onde o Estado é incapaz de prestar serviços sociais adequados,¹⁹⁶ para os pobres que permanecem, as Igrejas continuam a desempenhar um papel fundamental. Isto apesar dos riscos para os colaboradores da Igreja que prestam ajuda humanitária aos mais vulneráveis em zonas empobrecidas e violentas, especialmente na Colômbia, Cuba, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela.

Novas leis controversas

A América Latina funciona como uma câmara de eco. Quando uma questão emerge num país, encontra quase imediatamente um eco entre os seus vizinhos e espalha-se pelo continente num efeito de dominó. Este fenómeno tem sido testemunhado não só com a propagação de ataques violentos contra pessoas e edifícios da Igreja, mas também com a introdução de novas leis controversas – e implicações relativas à objecção de consciência – sobre questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto, a eutanásia e a identidade de género, entre outras. Por exemplo, os planos em análise na Costa Rica, no México, no Paraguai e no Peru incluem revisões dos programas de educação sexual tendo em conta as novas ideologias de identidade de género. Estas revisões representam um desafio ao direito dos pais de educarem os seus filhos, uma expressão directa da liberdade religiosa no domínio da educação.

Por último, as restrições impostas após o surto da pandemia de COVID-19 foram atenuadas em 2022 e acabaram por ser levantadas. Esta foi uma ocasião importante para os fiéis que, a partir de Abril desse ano, voltaram a participar nas celebrações da Semana Santa em número recorde



Celebrações religiosas e o regresso da alegria

Paulina Eyzaguirre

Após quase dois anos de ausência forçada devido às restrições impostas pela COVID-19, mais de 1,5 milhões de mexicanos reuniram-se em celebração na basílica, a 12 de Dezembro de 2021, para o Dia anual de Nossa Senhora de Guadalupe, na Cidade do México.¹⁹⁷ A pandemia de COVID-19 tinha encerrado a basílica pela primeira vez em 500 anos. Um ano depois, em Dezembro de 2022, o Governo informou que a basílica recebeu mais de 11 milhões de peregrinos numa semana.¹⁹⁸

Com o abrandamento das fortes medidas sanitárias contra a COVID-19, grandes multidões de fiéis acorreram às celebrações religiosas católicas e aos santuários de peregrinação em toda a América Latina, reunindo-se para rezar, louvar e proclamar a sua fé.

A religiosidade popular, uma manifestação vívida de crença característica do continente, é, por natureza, pública. Procissões e festivais coloridos combinam celebrações religiosas com elementos da cultura e tradições locais expressos com entusiasmo e fervor em ruas, avenidas e praças.

Na província argentina de Catamarca, a Peregrinação do Povo de Deus registou uma afluência recorde de pessoas,¹⁹⁹ bem como a tradicional Via Sacra dentro de uma prisão com a participação activa dos reclusos.²⁰⁰

Nas celebrações da Semana Santa, as praças centrais de capitais como Medellín, na Colômbia, e Trinidad, nas Honduras,²⁰¹ foram palco de espectáculos e quadros vivos de peças da Paixão; ²⁰² no Paraguai foi retomada a tradicional encenação do Caminho de Nossa Senhora das Dores; ²⁰³ nas aldeias e vilas, os jograis e as procissões paroquiais realizaram-se em todo o Peru, ²⁰⁴ Costa Rica,²⁰⁵ Equador,²⁰⁶ Venezuela ²⁰⁷ e em Puebla, no México, onde mais de 2.000 polícias foram destacados para receber os 150 mil fiéis esperados para a Semana Santa.²⁰⁸

Muitas destas celebrações religiosas foram inscritas na lista do Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. Na Guatemala, por exemplo, as celebrações da Páscoa são o produto de uma fusão cultural entre o Catolicismo e as crenças ancestrais maias, ²⁰⁹ e a festa de São Roque em Tarija, na Bolívia, que inclui “64 actividades, como Missas, procissões, concursos, passeios, corridas e festivais” ²¹⁰, é o símbolo do património religioso e cultural do país.

No Chile, a peregrinação ao Santuário de Lo Vásquez, a 8 de Dezembro, e a festa de La Tirana, em honra da Virgen del Carmen, em Julho, são duas das celebrações mais populares do país. No entanto, pelo terceiro ano consecutivo, as autoridades proibiram La Tirana devido à pandemia.²¹¹ A diocese pediu aos fiéis que se mantivessem afastados, mas, segundo consta, milhares de pessoas vieram, desafiando a ordem. ²¹²

O renascimento das expressões religiosas populares, nalguns casos com um fervor ainda maior após dois anos de restrições, é um sinal do papel profundo que as manifestações públicas de fé desempenham na cultura cristã. A Igreja na América Latina está, de certa forma, a viver uma Primavera da fé – a única excepção é a Nicarágua, onde o Governo proibiu, em Setembro de 2022, as procissões católicas públicas, bem como a comemoração do aniversário da tradução da Bíblia para espanhol, um evento celebrado pelos Cristãos Evangélicos. ²¹³

D. Giovanni Cefai, Bispo da Prelatura Territorial de Santiago Apóstol de Huancané, abençoa os fiéis no Santuário de Nosso Senhor de Imarrucos em Taraco, no Peru, 2022.



Para um diálogo mais abrangente entre Católicos e Muçulmanos



O diálogo entre Católicos e Muçulmanos durante o período em análise tornou-se mais abrangente. Ao visitar o Iraque em Março de 2021, o Papa Francisco chegou pela primeira vez a um país de maioria xiita de língua árabe. O Patriarca Caldeu Louis Raphael I Sako afirmou que o encontro com o líder xiita mais proeminente do Iraque, o Grande Ayatollah Ali Al Sistani, foi “um ponto de viragem nas relações entre Cristãos e Muçulmanos”.²¹⁴ De acordo com o Patriarca, Al Sistani disse: “Tu és uma parte de nós e nós somos uma parte de ti”. É uma forma sugestiva de dizer que somos irmãos”.²¹⁵



Até então, para além do Azerbaijão, o Papa só tinha visitado países de maioria sunita. Mais tarde, em 2022, visitou também o Barém que, apesar de ser governado por uma dinastia sunita, é um país de maioria xiita. O Papa prosseguiu assim a sua política de diálogo directo com o Islão, uma política que tem vindo a seguir desde o início do seu pontificado. O ponto alto foi um encontro inter-religioso em Abu Dhabi, em Fevereiro de 2019, quando assinou com o Grande Imã Ahmed al Tayeb, da Universidade sunita Al Azhar, do Cairo, o “Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz Mundial e a Convivência”.²¹⁶ O documento destacava a liberdade de crença.

Embora Al Sistani não tenha assinado o documento de Abu Dhabi, emitiu uma *fatwa*, uma decisão religiosa, segundo a qual os Cristãos devem “viver como todos os Iraquianos, em segurança e paz e com plenos direitos constitucionais”. Acrescentou ainda que “a autoridade religiosa desempenha [um papel] na protecção destes e de outros que também sofreram injustiças e danos nos acontecimentos dos últimos anos”.²¹⁷ Dada a posição de Al Sistani como uma das figuras mais veneradas do Xiismo, esta declaração tem um significado considerável. Um analista xiita afirmou que “os Cristãos iraquianos consideram o apoio do Grande Ayatollah Al Sistani mais importante do que o apoio dos seus próprios líderes”.²¹⁸ Em Março de 2023, estava prevista uma conferência xiita-cristã no Iraque para prosseguir o diálogo.²¹⁹

A visita do Papa ao Barém aprofundou os laços existentes com o Islão sunita. Um efeito importante foi o facto de o encontro inter-religioso com o Papa ter aproximado xiitas e sunitas. Dirigindo-se directamente aos académicos xiitas presentes, o Grande Imã sunita Al-Tayeb encorajou os Muçulmanos a “afastarem qualquer discurso de ódio, provocação e excomunhão”.²²⁰ Uma esperança igualmente importante para a redução das tensões entre xiitas e sunitas foi o benefício acessório para as comunidades religiosas não muçulmanas.

Embora as mudanças jurídicas ou práticas tangíveis no sentido da liberdade religiosa possam não ser imediatas, o diálogo do Papa com o Islão ajuda a preparar o caminho para o progresso, criando uma atmosfera de confiança.

Líderes religiosos no “Fórum do Barém para o Diálogo: Oriente e Ocidente para a Coexistência Humana” na Praça Al-Fida’ do Palácio Real de Sakhir em Awali, Barém, 4 de Novembro de 2022.

Fontes

1. William A. Schabas (ed.), "The Universal Declaration of Human Rights. The Travaux Préparatoires", vol. II, Dezembro de 1947 a Agosto de 1948, Cambridge University Press, 2013, pp. 1574 e 2489.
2. Ibid, p. 2500.
3. Ibid, p. 2495.
4. Ibid, p. 1573.
5. Ibid, p. 2494.
6. Ibid, p. 2505.
7. "Human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms", 76.ª Sessão, Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 5 de Outubro de 2021, https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Religion/A_76_380_AUV.docx
8. Andrew Copson, Prefácio à edição de 2022, <https://fot.humanists.international>
9. "Module 1: Freedom of conscience", Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2023 (atualizado), <https://www.ohchr.org/en/faith-for-rights/faith4rights-toolkit/module-1-freedom-conscience>
10. Karl Marx, "Critique of the Gotha Programme", marxists.org, 1999, https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Critique_of_the_Gotha_Programme.pdf (acedido a 14 de Março de 2023).
11. Luchterhandt, Otto, "The Understanding of Religious Freedom in the Socialist States", Occasional Papers on Religion in Eastern Europe, vol. 3, n.º 3, artigo 5.º, 1983, p. 15, <https://digitalcommons.georgefox.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1029&context=ree> (acedido a 13 de Março de 2023).
12. Luchterhandt, op. cit., p. 17 (acedido a 13 de Março de 2023).
13. Reardon, L.C., "Religious regulation in autocracies", Oxford Research Encyclopedias, 28 de Agosto de 2019, <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.794>
14. Reardon, L.C. op cit.
15. "Universal Declaration of Human Rights", artigo 18.º, Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de Dezembro de 1948, <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
16. Reed, J. e Adeoye, A. "India believed to be the most populous nation", Financial Times, 25 de Abril de 2023, p. 2.
17. "In 30 countries, heads of state must belong to a certain religion", Pew Research Center, 22 de Julho de 2014, <https://www.pewresearch.org/short-reads/2014/07/22/in-30-countries-heads-of-state-must-belong-to-a-certain-religion/>
18. Entrevista com o Bispo Chikpa Wilfred Anagbe, Diocese de Makurdi, Estado de Benue, Nigéria, pela Ajuda à Igreja que Sofre, 2022.
19. "Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide", artigo 2.º, d., Assembleia Geral das Nações Unidas, 9 de Dezembro de 1948, https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc_1_Convention%20on%20the%20Prevention%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Genocide.pdf
20. "Key Findings From the Global Religious Futures Project", Pew Research Center, 21 de Dezembro de 2022, <https://www.pewresearch.org/religion/2022/12/21/key-findings-from-the-global-religious-futures-project/>
21. "Nigerian student beaten, burned to death over 'blasphemous' text messages", Reuters, 13 de Maio de 2022, <https://www.reuters.com/world/africa/nigerian-student-beaten-burned-death-over-blasphemous-text-messages-2022-05-12/>
22. "Sultan condemns killing of Deborah Yakubu", Business Day, Eniola Olatunji, 13 de Maio de 2022, <https://businessday.ng/news/article/sultan-condemns-killing-of-deborah-yakubu/>
23. "Anti-Christian violence and curfew follow killing of girl in Sokoto, Nigeria", AIS Internacional, 17 de Maio de 2022, <https://acninternational.org/anti-christian-violence-in-nigeria/>
24. "The weaponisation of religious identity: A view from Nigeria", Matthew Hassan Kukah, The Premium Times, 6 de Novembro de 2022, <https://www.premiumtimesng.com/opinion/563670-the-weaponisation-of-religious-identity-a-view-from-nigeria-by-matthew-hassan-kukah.html?tztc=1>
25. "Nigeria at the crossroads", Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, 2023 https://www.academia.edu/97352210/Nigeria_Country_Report
26. Institute for Economics and Peace, Global Terrorism Index 2022, <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-09062022.pdf>
27. Institute for Economics and Peace, Global Peace Index 2022, <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2022/06/GPI-2022-web.pdf>
28. "Any State, member of the United Nations, having Muslim majority and abiding by the Charter, which submits an application for membership may join the Organisation [...]", Capítulo II, "Membership", artigo 3.º, n.º 2, https://www.oic-oci.org/upload/documents/charter/en/oic_charter_2018_en.pdf (acedido a 17 de Março de 2023)
29. "Nigeria at the crossroads", Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, op. cit.
30. Makurdi Diocese Report, Padre Remigius Ihyula, coord., Fjdp Makurdi, Ajuda à Igreja que Sofre, 2023.
31. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", Africa Center for Strategic Studies (think tank do Departamento norte-americano de Defesa), 6 de Fevereiro de 2023, <https://africacenter.org/spotlight/fatalities-from-militant-islamist-violence-in-africa-surge-by-nearly-50-percent/>
32. "Militant Islamist violence in Africa surges – deaths up nearly 50%, events up 22% in a year", The Conversation, 7 de Março de 2023, <https://theconversation.com/militant-islamist-violence-in-africa-surges-deaths-up-nearly-50-events-up-22-in-a-year-200941>
33. Jihadist networks in sub-Saharan Africa, origins patterns and responses", Briefing, Parlamento Europeu, Branislav Stanicek e Mathilde Betant-Rasmussen, Serviço de Investigação do Parlamento Europeu, Setembro de 2021, [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2021\)698048](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2021)698048)
34. WANEP, "The Current Dynamics and Challenges of Violent Extremism in Western Africa", West Africa Network for Peacebuilding, 2018, www.caert.org.dz/Research/WANEP.pdf (acedido a 3 de Abril de 2020).
35. "Africa's Active Militant Islamist Groups", Africa Center for Strategic Studies, Janeiro de 2022, <https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/aumento-da-violencia-islamica-militante-no-sahel-domina-a-luta-de-africa-contra-os-extremistas/>
36. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
37. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
38. "Dozens killed in two suspected jihadist attacks in Burkina Faso", France 24, 5 de Julho de 2022, <https://www.france24.com/en/africa/20220704-dozens-killed-in-two-suspected-jihadist-attacks-in-burkina-faso>
39. "10 Conflicts to Watch in 2023", International Crisis Group, 1 de Janeiro de 2023, 10 Conflicts to Watch in 2023 | Crisis Group
40. "Burkina Faso: Horror-stricken after massacre", AIS Internacional, 15 de Junho de 2021, <https://acninternational.org/Burkina-Faso-horror-stricken-after-massacre/> (acedido a 3 de Janeiro de 2023).
41. "10 Conflicts to Watch in 2023", op. cit.
42. Departamento de Estado Norte-Americano, "Mali", 2021 Report on International Religious Freedom, 2 de Junho de 2022, <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/mali>
43. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
44. "Chad Humanitarian Response Plan 2022 (de Março de 2022)", OCHA, 14 de Março de 2022, <https://reliefweb.int/report/chad/tchad-plan-de-r-ponse-humanitaire-2022-mars-2022>
45. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
46. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
47. "After Shekau: Confronting Jihadists in Nigeria's North East", International Crisis Group, 29 de Março de 2022, <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/nigeria/after-shekau-confronting-jihadists-nigerias-north-east>
48. "Nigeria at the crossroads", Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, op. cit.
49. "2021 Report on International Religious Freedom: Cameroon", Departamento de Estado Norte-Americano, 2 de Junho de 2022, <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/cameroon/>
50. "Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent", op. cit.
51. ACI Africa, Inside Christianity in Somalia Where Most Catholics are Foreign Nationals, 2 de Julho de 2021, <https://www.aciafrica.org/news/3785/inside-christianity-in-somalia-where-most-catholics-are-foreign-nationals> (acedido a 25 de Abril de 2022).
52. "Kenya's Muslims: a divided community with little political clout", Laura Hood, The Conversation, 7 de Agosto de 2022, <https://theconversation.com/kenyas-muslims-a-divided-community-with-little-political-clout-184436> (acedido a 23 de Dezembro de 2022).
53. "The Islamist insurgency in Mozambique", International Institute for Strategic Studies (IISS), Agosto de 2021, <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2021/the-islamist-insurgency-in-mozambique>
54. "The Islamist insurgency in Mozambique", op. cit.
55. "UNICEF Mozambique Humanitarian Situation Report No. 12, (End Year) Jan - Dec 2022", UNICEF, 3 de Fevereiro de 2023, <https://reliefweb.int/report/mozambique/unicef-mozambique-humanitarian-situation-report-no-12-end-year-jan-dec-2022>
56. "Militia Raids in Eastern DR Congo Kill 10 Civilians, Says Army", VOA, 28 de Fevereiro de 2021, https://www.voanews.com/a/africa_militia-raids-eastern-dr-congo-kill-10-civilians-says-army/6202671.html
57. "UN: Well-Armed M23 Rebels Resurgent in DRC", VOA, 29 de Junho de 2022, <https://www.VOAnews.com/a/un-well-armed-m23-rebels-resurgent-in-drc/6638775.html>
58. "AFRICA/CENTRAL AFRICA – The Bishops: 'The wild exploitation of the country's resources is destroying the environment'", Agencia Fides, 19 de Janeiro de 2022, http://www.fides.org/en/news/71478-AFRICA_CENTRAL_AFRICA_The_Bishops_The_wild_exploitation_of_the_country_s_resources_is_destroying_the_environment
59. "AFRICA/CENTRAL AFRICA – The Bishops: 'The food crisis is just round the corner'", Agencia Fides, 30 de Junho de 2022, http://www.fides.org/en/news/72445-AFRICA_CENTRAL_AFRICA_The_Bishops_The_food_crisis_is_just_round_the_corner
60. "AFRICA/CENTRAL AFRICA – The Bishops: 'The food crisis is just round the corner'", op. cit.
61. "Ethiopia: Eritrean troops' massacre of hundreds of Axum civilians may amount to crime against humanity", Amnesty International, 26 de Fevereiro de 2021 <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/02/ethiopia-eritrean-troops-massacre-of-hundreds-of-axum-civilians-may-amount-to-crime-against-humanity>
62. BTI Transformation Index, Eritrea Country Report 2022, <https://bti-project.org/en/reports/country-report/ERI>
63. "Cameroon Christians and Muslims Pray for Peace in Cameroon During AFCON", VOA, 7 de Janeiro de 2022, <https://www.VOAnews.com/a/cameroon-christians-and-muslims-pray-for-peace-in-cameroon-during-afcon/6386702.html>
64. "Interreligious declaration of Abidjan: 'Religions must be the basis of peace'", Agencia Fides, 1 de Março de 2022, http://www.fides.org/en/news/71741-AFRICA_IVORY_COAST_Interreligious_declaration_of_Abidjan_Religions_must_be_the_basis_of_peace
65. "The Central African Republic's faith leaders are the country's best hope for peace", Christine Luby, Religious News Service, 8 de Março de 2021, <https://religionnews.com/2021/03/08/the-central-african-republics-faith-leaders-are-the-countrys-best-hope-for-peace/>
66. "Africa's Sahel region facing 'horrendous food crisis'", Programa Alimentar Mundial, 16 de Fevereiro de 2022, <https://news.un.org/en/story/2022/02/1112122>
67. "Africa's Sahel region facing 'horrendous food crisis'", op. cit.
68. "The real costs of coltan mining in the DRC – report", Mining.com, 1 de Junho de 2022, <https://www.mining.com/the-real-costs-of-coltan-mining-in-the-drc-report/>
69. "The real costs of coltan mining in the DRC – report", op. cit.
70. "Addressing the enablers of coltan smuggling in the DRC requires holistic solutions", Oluwole Ojewale, The Africa Report, 13 de Maio de 2022, <https://www.theafricareport.com/203796/addressing-the-enablers-of-coltan-smuggling-in-the-drc-requires-holistic-solutions/>
71. Bishops after the serious incidents with the UN peacekeepers: "Anger is understandable, but violence is never tolerable", Agencia Fides, 2 de Agosto de 2022, http://www.fides.org/en/news/72622-AFRICA_DR_CONGO_Bishops_after_the_serious_incidents_with_the_UN_peacekeepers_Anger_is_understandable_but_violence_is_never_tolerable
72. "UN: Well-Armed M23 Rebels Resurgent in DRC", VOA, 29 de Junho de 2022, <https://www.VOAnews.com/a/un-well-armed-m23-rebels-resurgent-in-drc/6638775.html>
73. "DRC: Bishops warn of threat of Islamism in East Congo", Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, 15 de Abril de 2021, <https://acninternational.org/drc-bishops-warn-of-threat-of-islamism-in-east-congo/>
74. "Lithium and cobalt: A tale of two commodities", Marcelo Azevedo, Nicolò Campagnoli, Toralf Hagenbruch, Ken Hoffman, Ajay Lala e Oliver Ramsbottom, McKinsey & Company, 22 de Junho de 2018, <https://www.mckinsey.com/industries/metals-and-mining/our-insights/lithium-and-cobalt-a-tale-of-two-commodities>
75. Surveillance camera statistics: which cities have the most CCTV cameras?, Paul Bischoff, Comparitech, 11 de Julho de 2022, <https://www.comparitech.com/vpn-privacy/the-worlds-most-surveilled-cities/> (acedido a 28 de Dezembro de 2022).
76. Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF), Annual Report 2022, "China", <https://www.uscifr.gov/annual-reports/country=36>
77. "Human Rights Watch Submission to the Universal Periodic Review of India", Human Rights Watch, 31 de Março de 2022, <https://www.hrw.org/news/2022/03/31/human-rights-watch-submission-universal-periodic-review-india>
78. Repórter da equipa do Vatican News, "India's Karnataka state passes anti-conversion law despite opposition", Vatican News, 23 de Setembro de 2022, <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2022-09/karnataka-passes-anti-conversion-law-despite-opposition.html>
79. "Uttarakhand tables bill to make anti-conversion law more stringent", Hindustan Times, 30 de Novembro de 2022, <https://www.hindustantimes.com/india-news/uttarakhand-tables-bill-to-make-anti-conversion-law-more-stringent-101669744981935.html>
80. https://www.constituteproject.org/constitution/Nepal_2015.pdf
81. 2021 Report on International Religious Freedom, "Nepal", Departamento de Estado Norte-Americano <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/nepal/>
82. Departamento de Estado Norte-Americano, "North Korea", 2021 Report on International Religious Freedom <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/north-korea/> (acedido a 15 de Junho de 2022).
83. Marcus Holland, "Religious Persecution in North Korea", Peterson Institute for International Economics, 30 de Setembro de 2016, <https://www.piie.com/blogs/north-korea-witness-transformation/religious-persecution-north-korea> (acedido a 15 de Junho de 2022).

84. "At least 132 religious buildings destroyed since Myanmar coup", Radio Free Asia, 8 de Julho de 2022, <https://www.rfa.org/english/news/myanmar/religiousbuildings-07082022181759.html> (accedido a 12 de Dezembro de 2022).
85. Shonali Thangiah, "Study: New Buddhist Extremism and the Challenges to Ethno-Religious Coexistence in Sri Lanka", Minor matters, 22 de Agosto de 2018, <https://www.minormatters.org/en/blog/study-new-buddhist-extremism-and-the-challenges-to-ethno-religious-coexistence-in-sri-lanka> (accedido a 31 de Janeiro de 2021), Andreas Johansson, "Violent Buddhist extremists are targeting Muslims in Sri Lanka", The Conversation, 26 de Abril de 2018, <https://theconversation.com/violent-buddhist-extremists-are-targeting-muslims-in-sri-lanka-92951> (accedido a 14 de Setembro de 2022).
86. A Índia manterá uma maioria hindu, mas terá também a maior população muçulmana de todos os países do mundo, ultrapassando a Indonésia. "The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050", Pew Research Center, 2 de Abril de 2015, <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/>
87. "USCIRF Releases New Report on India's State-Level Anti-Conversion Laws", Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, 14 de Março de 2023, <https://www.uscifr.gov/release-statements/uscifr-releases-new-report-indias-state-level-anti-conversion-laws> (accedido a 28 de Março de 2023).
88. "Buddhism", Britannica, last updated 14 de Março de 2023, <https://www.britannica.com/topic/Buddhism> (accedido a 27 de Março de 2023).
89. "Buddhism", Britannica, op. cit.
90. "The Buddhist schools: Theravada and Mahayana", Buddhnet, 2008, <https://www.Buddhanet.net/e-learning/buddhistworld/schools1.htm> (accedido a 27 de Março de 2023).
91. Chara Scroope, "Sri Lankan Culture", Cultural Atlas, 2016, <https://culturalatlas.sbs.com.au/sri-lankan-culture/sri-lankan-culture-religion> (accedido a 27 de Março de 2023).
92. "Buddhism in Myanmar", Harvard Divinity School, <https://rpl.hds.harvard.edu/faq/buddhism-myanmar> (accedido a 27 de Março de 2023).
93. "Buddhism in Myanmar", op. cit.
94. "The Rise of Buddhist Ethnonationalism and Military Impunity in Myanmar", John Cosenza, 7 de Fevereiro de 2020, <https://www.persecution.org/2020/02/07/rise-buddhist-ethnonationalism-military-impunity-myanmar/> (accedido a 28 de Fevereiro de 2022).
95. Kelly Pang, "Buddhism in China - Ancient History to Beliefs Today", China Highlights, 23 de Agosto de 2021, <https://www.chinahighlights.com/travelguide/buddhism.htm>, (accedido a 27 de Março de 2023).
96. Kelly Pang, "Buddhism in China - Ancient History to Beliefs Today", op. cit.
97. "Sinicization": A New Ideological Robe for Religion in China, Tom Harvey, Oxford House Research LTD., 21 de Dezembro de 2020, <https://www.oxfordhousereseach.com/sinicization-a-new-ideological-robe-for-religion-in-china/>
98. "Sinicization": A New Ideological Robe for Religion in China, op. cit.
99. Lee Clarke, "What does Buddhism say about the idea of God? Best answer: 'it's complicated.' Are Buddhists theists, atheists or non-theists? Does it even matter?", Buddha Weekly, <https://buddhaweekly.com/what-does-buddhism-say-about-the-idea-of-god-best-answer-its-complicated-are-buddhists-theists-atheists-or-non-theists-does-it-even-matter/> (accedido a 27 de Março de 2023).
100. Lee Clarke, "What does Buddhism say about the idea of God?", op. cit.
101. "Buddhism and the God-idea", Buddhnet, <https://www.Buddhanet.net/e-learning/qanda03.htm> (accedido a 27 de Março de 2023).
102. "Push to remove Quran from Egyptian textbooks faces backlash", Al-Monitor, 22 de Fevereiro de 2021, <https://www.Al-Monitor.com/originals/2021/02/egypt-limit-quran-texts-religion-courses-education-extremism.html> (accedido a 12 de Março de 2023).
103. "Assessing Religious Freedom in Egyptian Curriculum Reform", Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/2022-08/2022%20Egypt%20Curriculum.pdf> (accedido a 26 de Dezembro de 2022).
104. 2021 Report on International Religious Freedom, "Pakistan", 2 de Junho de 2022, <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/pakistan/>
105. State of Human Rights in 2021, Human Rights Commission of Pakistan, Lahore, 2022, <https://hrpweb.org/hrpweb/wp-content/uploads/2020/09/2022-State-of-human-rights-in-2021.pdf> (accedido a 13 de Novembro de 2022).
106. Peter Jacob, "Introduction", Peter Jacob (ed.), Quality Education Vs Fanatic Literacy, Centre for Social Justice, Lahore, Outubro de 2020, p. 1, https://www.academia.edu/45499356/Quality_Education_Vs_Fanatic_Literacy (accedido a 27 de Dezembro de 2022).
107. A. H. Nayyar, "Insensitivity of Pakistani School Education to Religious Diversity of the Nation", Asia-Pacific Human Rights Information Center (HURIGHTS OSAKA), pp. 75-89, <https://www.hurights.or.jp/archives/pdf/asia-s-ed/v07/10Pakistan.pdf> (accedido a 26 de Dezembro de 2022).
108. Zaeher Ali e Utsa Mukherjee, "We are not equal citizens in any respect": citizenship education and the routinization of violence in the everyday lives of religious minority youth in Pakistan", Diaspora, Indigenous, and Minority Education, vol. 16, n.º 4, 2022, pp. 246-258, <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/15595692.2022.2082405> (accedido a 23 de Dezembro de 2022).
109. Stephanie Kramer, "Religious Composition of India", Pew Research Center, 21 de Setembro de 2021, <https://www.pewresearch.org/religion/2021/09/21/religious-composition-of-india/> (accedido a 22 de Dezembro de 2022).
110. Andrea Malji, "The Rise of Hindu Nationalism and Its Regional and Global Ramifications", The Association for Asian Studies, vol. 23:1, Spring 2018, <https://www.asianstudies.org/publications/ea/archives/the-rise-of-hindu-nationalism-and-its-regional-and-global-ramifications/> (accedido a 26 de Dezembro de 2022).
111. Professor S. Irfan Habib, autor, leitor e antigo titular da cadeira Abul Kalam Azad na Universidade Nacional de Planeamento e Administração da Educação (NUEPA), Nova Deli.
112. "School Social Science Textbook Revisions in India Kick Up Controversy", Kavita Chowdhury, The Diplomat, 27 de Julho de 2022, <https://thediplomat.com/2022/07/school-social-science-textbook-revisions-in-india-kick-up-controversy/> (accedido a 12 de Março de 2023)
113. "School Social Science Textbook Revisions in India Kick Up Controversy", op. cit.
114. Eldad J. Pardo, "Review of Selected Saudi Textbooks 2020-21", IMPACT-se, Dezembro de 2020, p. 15, <https://www.impact-se.org/wp-content/uploads/Review-of-Selected-Saudi-Textbooks-2020-21.pdf> (accedido a 29 de Dezembro de 2022).
115. "A Jihad pela causa de Alá é o ponto culminante do Islão [o cume da corcunda do Islão]. Alá ordenou-a para se opor a todos os que se escondem nos flancos dos muçulmanos, o que exige uma prontidão e uma preparação globais para a mobilização em qualquer momento, se o governante o exigir", Ibid, p. 13.
116. "O castigo da apostasia no mundo. O castigo da apostasia é a morte, tal como explicam vários textos da Suna. Se um apóstata pedir para se arrepender e talvez regressar à sua religião, a porta do arrependimento abrir-se-á para ele. Se ele se arrepender, Alá perdoar-lhe-á o pecado e não considerará as suas acções anteriores sem valor. O seu castigo na outra vida. Se o apóstata morrer, o seu castigo será a eternidade no Inferno e as suas acções justas anteriores à sua apostasia serão consideradas sem valor, porque o Todo-Poderoso disse: 'E quem de vós se desviou da sua religião [para a descrença] e morrer enquanto for descrente - para esses, as suas acções tornaram-se sem valor neste mundo e no outro, e esses são os companheiros do Fogo, onde permanecerão eternamente.' (Alcorão, Al-Baqarah [A Vaca] 27)", Ibid, p. 16.
117. "Apostolic journey of his Holiness Pope Francis to Iraq", Vatican.va, <https://www.vatican.va/content/francesco/en/travels/2021/outside/documents/papa-francesco-iraq-2021.html> (accedido a 3 de Setembro de 2022).
118. "Iraq declares 6 March 'National Day of Tolerance and Coexistence'", Vatican News, 6 de Março de 2021, <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2021-03/ayuso-joy-over-meeting-with-grand-ayatollah-al-sistani.html> (accedido a 3 de Setembro de 2022).
119. Sami Hegazi, "Egypt adopted comprehensive approach to promote human rights and fundamental freedoms", Daily News, 2 de Março de 2022, <https://dailynewsegypt.com/2022/03/02/775207/> (accedido a 11 de Novembro de 2022).
120. National Human Rights Strategy, Supreme Standing Committee for Human Rights, The Arab Republic of Egypt 2021-2026, pp. 38-42, <https://sschr.gov.eg/media/gapb5bq4/national-human-rights-strategy.pdf> (accedido a 13 de Novembro de 2022).
121. "The road to Naya Pakistan - PTI Manifesto 2018", p. 22, Gabinete do Primeiro-Ministro, <https://pmo.gov.pk/documents/manifesto-pti.pdf> (accedido a 19 de Novembro de 2022).
122. "Appello di un politico cattolico: 'No' a norme e annunci di lavoro che discriminano e disonorano le minoranze religiose", Agenzia Fides, 7 de Julho de 2021, http://www.fides.org/it/news/70461-ASIA_PAKISTAN_Appello_di_un_politico_cattolico_No_a_norme_e_annunci_di_lavoro_che_discriminano_e_disonorano_le_minoranze_religios (accedido a 19 de Novembro de 2022).
123. Z.A. Khan, "The displaced", The News, 31 de Março de 2021, <https://www.thenews.com.pk/tns/detail/807271-the-displaced> (accedido a 18 de Novembro de 2022).
124. "Pakistan bombing kills dozens in Shi'a mosque in Peshawar", BBC News, 4 de Março de 2022, <https://www.bbc.com/news/world-asia-60617108> (accedido a 29 de Janeiro de 2023).
125. "Arabs are losing faith in religious parties and leaders", Arab Barometer, 5 de Dezembro de 2019, <https://www.arabbarometer.org/2019/12/arabs-are-losing-faith-in-religious-parties-and-leaders/> (accedido a 13 de Dezembro de 2022).
126. Ammar Maleki, Poyan Tamimi Arab, "Iranians' Attitudes Toward Religion: A 2020 Survey Report, Gamaan", Agosto de 2020, <https://gamaan.org/wp-content/uploads/2020/09/GAMAAN-Iran-Religion-Survey-2020-English.pdf> (accedido a 13 de Dezembro de 2022).
127. "ASIA/HOLY LAND - Christian homes also bombed in Gaza. Bishop Marcuzzo: the Israeli reaction is not 'proportionate'", Agenzia Fides, 14 de Maio de 2021, http://www.fides.org/en/news/70118-ASIA_HOLY LAND_Christian_homes_also_bombed_in_Gaza_Bishop_Marcuzzo_the_Israeli_reaction_is_not_proportionate (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
128. Stuart Winer, "Jerusalem church leaders: 'Radical' Israeli groups driving Christians from Holy Land", The Times of Israel, <https://www.timesofisrael.com/jerusalem-church-leaders-warn-radical-groups-driving-christians-from-holy-land/> (accedido a 13 de Dezembro de 2022).
129. Carrie Keller-Lynn, "Netanyahu puts extremist homophobic politician in charge of Israel's Jewish identity", The Times of Israel, 27 de Novembro de 2022, <https://www.timesofisrael.com/netanyahu-puts-extremist-homophobic-politician-in-charge-of-israels-jewish-identity/> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
130. Rabi Damaj, "Jews thrive in UAE following Abraham Accords", Al Monitor, 1 de Outubro de 2022, <https://www.Al-Monitor.com/originals/2022/09/jews-thrive-uae-following-abraham-accords> (accedido a 13 de Dezembro de 2022).
131. "Lebanon's Economic Update - April 2022", The World Bank, <https://www.worldbank.org/en/country/lebanon/publication/economic-update-april-2022> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
132. "Syria's Economic Update - April 2022", The World Bank, 14 de Abril de 2022, <https://www.worldbank.org/en/country/syria/publication/economic-update-april-2022> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
133. "The World Bank In Iraq", Banco Mundial, 1 de Junho de 2022, <https://www.worldbank.org/en/country/iraq/overview> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
134. "ASIA/IRAQ - Around 20 families a month: Patriarch Sako laments the emigration of Iraqi Christians", Agenzia Fides, 25 de Novembro de 2022, <http://www.fides.org/en/news/73095> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
135. Kareem Chehayeb, "Thousands stuck as Lebanese authorities suspend passport renewals", Aljazeera, 29 de Abril de 2022: <https://www.aljazeera.com/news/2022/4/29/thousands-stuck-lebanese-authorities-suspend-passport-renewals> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
136. Najia Houssari, "Lebanon halts passport renewals as fears of exodus grow", Arab News, 29 de Abril de 2022, <https://www.arabnews.com/node/2073426/middle-east> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
137. "Online passport platform to be phased out 'within a month': General Security", L'Orient Today, 27 de Janeiro de 2023: <https://today.lorientlejour.com/article/1326139/online-passport-platform-to-be-phased-out-within-a-month-general-security.html> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
138. Robert McKelvey, "Wings clipped for Lebanon's soaring emigration as passport renewal process slows", Al Arabiya English, 1 de Julho de 2022: <https://english.alarabiya.net/News/middle-east/2022/07/01/Wings-clipped-for-Lebanon-s-soaring-emigration-as-passport-renewal-process-slows> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
139. Kareem Chehayeb, "Thousands stuck as Lebanese authorities suspend passport renewals", op. cit. (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
140. Doreen Abi Raad, "Cardinal decries migrant 'boats of death' from Lebanon", Catholic News Service, 27 de Setembro de 2022, <https://www.ucanews.com/news/cardinal-decries-migrant-boats-of-death-from-lebanon/98899> (accedido a 21st de Fevereiro de 2023).
141. Kareem Chehayeb, "Protesters in Beirut smash banks as Lebanese pound spirals", AP News, 16 de Fevereiro de 2022, <https://apnews.com/article/lebanon-business-financial-crisis-poverty-b361e-d89149314552aca0238dbac35ef> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
142. Nações Unidas, "ONU Info", 22 de Outubro de 2022, <https://news.un.org/fr/story/2022/10/1129077> (accedido a 22 de Fevereiro de 2023).
143. Robert McKelvey, "Wings clipped for Lebanon's soaring emigration as passport renewal process slows", op. cit. (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
144. Wendell Stevenson, "In Lebanon, parents are abandoning their children in orphanages", The Economist, 31 de Janeiro de 2023, <https://www.economist.com/1843/2023/01/31/in-lebanon-parents-are-abandoning-their-children-in-orphanages> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
145. Food and Agriculture Organisation, 19 de Janeiro de 2023, <https://www.fao.org/lebanon/news/detail-events/en/c/1628803/> (accedido a 22 de Fevereiro de 2023).
146. World Bank, Lebanon Economic Monitor: The Great Denial, Inverno de 2021, p. xi, <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/438f7cc4-253d-5533-af22-bffcd6bfcbc/content> (accedido a 18 de Fevereiro de 2023). Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, "Press Release: Lebanon: UN expert warns of 'failing State' amid widespread poverty", op. cit. (accedido a 18 de Fevereiro de 2023).
147. Adam Lammon, "Hezbollah Financier Arrested as Lebanon Teeters Toward Collapse", The National Interest, 3 de Março de 2023, <https://nationalinterest.org/blog/lebanon-watch/hezbollah-financier-arrested-lebanon-teeters-toward-collapse-206266> (accedido a 4 de Março de 2023).
148. Najia Houssari, "Thieving from the dead: Lebanon criminals touch new low", Arab News, 3 de Março de 2023, <https://www.arabnews.com/node/2261861/middle-east> (accedido a 4 de Março de 2023).
149. Fady Noun, "Lebanon crisis fuels brain drain and mass exodus", Asianews.it, 4 de Junho de 2022, <https://www.asianews.it/news-en/Lebanon-crisis-fuels-brian-drain-and-mass-exodus-55526.html> (accedido a 22 de Fevereiro de 2023).
150. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, Nações Unidas, 1967, https://treaties.un.org/doc/treaties/1976/03/19760323%2006-17%20am/ch_iv_04.pdf
151. "Through the Looking Glass", Lewis Carroll.
152. Ver, por ex., Governo do Canadá, "Bill C-16: An Act to Amend the Canadian Human Rights Act and the Criminal Code", 18 de Outubro de 2016, <https://www.justice.gc.ca/eng/csj-sjc/pl/identity/statement-enonce.html> (accedido a 15 de Dezembro de 2022).
153. "Practice Direction 59", Supremo Tribunal da Colúmbia Britânica, 16 de Dezembro de 2020, https://www.bccourts.ca/supreme_court/practice_and_procedure/practice_directions/civil/PD-

- 59_Forms_of_Address_for_Parties_and_Counsel_in_Proceedings.pdf
154. "B.C. courts asking for 'correct pronouns' is state-mandated identity politics", Bruce Pardy, 9 de Fevereiro de 2021, <https://nationalpost.com/opinion/bruce-pardy-b-c-courts-asking-for-correct-pronouns-is-state-mandated-identity-politics>
155. "2021 Report on International Religious Freedom: Malta", Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, Departamento de Estado Norte-Americano, op. cit.
156. "New bill may stifle freedom of conscience, religion, Malta bishops warn", Junno Arocho Esteves, Catholic News Service, 15 de Setembro de 2020, <https://www.catholicregister.org/home/international/item/32087-new-bill-may-stifle-freedom-of-conscience-religion> (accedido a 19 de Dezembro de 2022).
157. "H. Res. 8 - Adopting the Rules of the House of Representatives for the One Hundred Seventeenth Congress, and for other purposes", Committee on Rules, 1 de Janeiro de 2021, <https://rules.house.gov/bill/117/h-res-5>
158. "Fact check: US House members can use gendered language; rules change affected one document", USA Today, <https://eu.usatoday.com/story/news/factcheck/2021/01/16/fact-check-house-rules-only-changed-gendered-language-one-document/4175388001>
159. "Pelosi and McGovern Unveil Details of Rules Package for the 117th Congress", Committee on Rules, 1 de Janeiro de 2021, <https://rules.house.gov/press-releases/pelosi-and-mcgovern-unveil-details-rules-package-117th-congress>
160. Cf. "UIN HL3803, table on 28 November 2022", <https://questions-statements.parliament.uk/written-questions/detail/2022-11-28/hl3803> (accedido a 15 de Dezembro de 2022).
161. Ver, por ex., "Mackereth v Department for Work and Pensions & Anor [2022] EAT 99", [https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/uk/cases/UKEAT/2022/99.html&query=\(title:\(+mackereth+\)\)](https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/uk/cases/UKEAT/2022/99.html&query=(title:(+mackereth+))) (accedido a 15 de Dezembro de 2022).
162. Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, "Kokkinakis v Greece, Application no. 14307/88, Judgment of 25 May 1993", § 31, <https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57827> (accedido a 15 de Dezembro de 2022).
163. Conselho da Europa, Comité de Ministros, "The Russian Federation is Excluded from the Council of Europe", 16 de Março de 2023, <https://www.coe.int/en/web/portal/-/the-russian-federation-is-excluded-from-the-council-of-europe> (accedido a 10 de Março de 2023).
164. Conselho da Europa, "Russia Ceases to be a Party to the European Convention on Human Rights", 16 de Setembro de 2022, <https://www.coe.int/en/web/portal/-/russia-ceases-to-be-party-to-the-european-convention-on-human-rights> (accedido a 10 de Março de 2023).
165. Ibid.
166. OSCE, "Comprenderi i crimini d'odio contro i musulmani", <https://www.osce.org/files/f/documents/b/9/495232.pdf> (accedido a 12 de Novembro de 2022).
167. Gilda Giusti, "Calenzano: strappa il burqa e spinge donna incinta giù dal treno. Denunciato un pendolare", Firenze Post, 23 de Julho de 2022, <https://www.firenzepost.it/2022/07/23/calenzano-strappa-il-burqa-e-spinge-donna-incinta-giu-dal-treno-denunciato-un-pendolare/> (accedido a 11 de Novembro de 2022).
168. Hannah Brockhaus, "Pope Francis saddened by murder of French priest Fr. Olivier Maire", Catholic News Agency, 11 de Agosto de 2021, <https://www.catholicnewsagency.com/news/248650/pope-francis-saddened-by-murder-of-french-priest-fr-olivier-maire> (accedido a 8 de Novembro de 2022).
169. "France announces more funding for church security after recent attacks", Church Times, 4 de Fevereiro de 2022, <https://www.churchtimes.co.uk/articles/2022/4-february/news/world/france-announces-more-funding-for-church-security-after-recent-attacks>
170. "Sacristan brutally beaten up while praying", OIAC Europe, 29 de Setembro de 2022, <https://www.intoleranceagainchristians.eu/index.php?id=12&case=6245> (accedido a 18 de Janeiro de 2023).
171. "Decapitan la cabeza del niño Jesús del belén de San Lorenzo del Escorial", TeleMadrid, 7 de Dezembro de 2021, <https://www.telemadrid.es/programas/telenoticias-1/Vandalizado-San-Lorenzo-Escorial-inaugurado-2-2403079690-20211207040055.html> (accedido a 17 de Dezembro de 2022).
172. "Prenden fuego a la fachada de la iglesia de San Vicente Ferrer en Castellón", TeleMadrid, 28 de Outubro de 2021, <https://castellonidiario.com/prenden-fuego-a-la-fachada-de-la-iglesia-de-san-vicente-ferrer-en-castellon/> (accedido a 17 de Dezembro de 2022).
173. Comissão Europeia, "Commission Staff Working Document: Bosnia and Herzegovina 2022 Report", 12 de Outubro de 2022, SWD(2022) 336 final, p. 30, https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/bosnia-and-herzegovina-report-2022_en (accedido a 17 de Março de 2023).
174. Ibid., p. 32.
175. Ver Dilek Latif, 2022, Dilemmas of Religious Education, Freedom of Religion and Education in Cyprus, Religions 13: 96, <https://doi.org/10.3390/rel13020096> (accedido a 7 de Dezembro de 2022).
176. Comissão Europeia, "Key Findings of the 2022 Religious Freedom Report on Albania", 12 de Outubro de 2022, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/COUNTRY_22_6091 (accedido a 19 de Novembro de 2022).
177. Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos, "Hate Crime Reporting – Finland", Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, <https://hatecrime.osce.org/finland> (accedido a 13 de Março de 2023).
178. "Finland's Former Interior Minister Acquitted of Inciting Anti-LGBT Hate Speech", Euronews, 30 de Março de 2022, at: <https://www.euronews.com/2022/03/30/finland-s-former-interior-minister-acquitted-of-inciting-anti-lgbt-hate-speech> (accedido a 10 de Março de 2023). O Procurador-Geral interpôs recurso e, à data da redacção da presente análise, o processo continua pendente. Ver Catholic News Agency, "Bible Tweet Trial: Finland's State Prosecutor Files Appeal", 3 de Maio de 2022, <https://www.catholicnewsagency.com/news/251119/bible-tweet-trial-finland-s-state-prosecutor-files-appeal> (accedido a 10 de Março de 2023).
179. "Practice Direction 59", Supremo Tribunal da Colúmbia Britânica, 16 de Dezembro de 2020, https://www.bccourts.ca/supreme_court/practice_and_procedure/practice_directions/civil/PD-59_Forms_of_Address_for_Parties_and_Counsel_in_Proceedings.pdf
180. Cf. "B.C. courts asking for 'correct pronouns' is state-mandated identity politics", Bruce Pardy, 9 de Fevereiro de 2021, <https://nationalpost.com/opinion/bruce-pardy-b-c-courts-asking-for-correct-pronouns-is-state-mandated-identity-politics>
181. "Mackereth v Department for Work and Pensions & Anor, [2022] EAT 99", [https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/uk/cases/UKEAT/2022/99.html&query=\(title:\(+mackereth+\)\)](https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/uk/cases/UKEAT/2022/99.html&query=(title:(+mackereth+))) (accedido a 20 de Dezembro de 2022).
182. BBC News, "Oxford Transgender Row Teacher Hearing Extended", 13 de Janeiro de 2023, <https://www.bbc.com/news/uk-england-oxfordshire-64250809> (accedido a 16 de Março de 2023).
183. "Christian Politician In Finland, Grandmother Of Six, On Trial After Posting Bible Tweet", The Daily Wire, 24 de Janeiro de 2022, https://www.dailywire.com/news/christian-politician-in-finland-grandmother-of-six-on-trial-after-posting-bible-tweet%3Futm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=dwtwitter
184. "Finnish Member of Parliament marks one-year court victory anniversary while facing new free speech trial", ADF International, 28 de Março de 2023, <https://adfinternational.org/finnish-mp-marks-court-victory-anniversary/>
185. "Päivi Räsänen and Juhana Pohjola of the Luther Foundation face charges of incitement against a group of people", National Prosecution Authority, Finlândia, 29 de Março de 2021, <https://syyttajalaitos.fi/-/paivi-rasasella-juhana-pohjola-lyhyt-tytet-kihoittamisesta-kansanryhmaa-vastaan>
186. "Finnish Member of Parliament marks one-year court victory anniversary while facing new free speech trial", op. cit.
187. "Finnish Member of Parliament marks one-year court victory anniversary while facing new free speech trial", op. cit.
188. "Finnish Member of Parliament marks one-year court victory anniversary while facing new free speech trial", op. cit.
189. "Päivi Räsänen: 'I am ready to defend freedom of speech and religion in the higher courts'", Comunicado de Imprensa, 3 de Maio de 2022, <https://www.paivirasanen.fi/en/>
190. <https://acninternational.org/nicaragua-acn-deeply-concerned-with-the-situation-of-the-church-and-the-sentencing-of-bishop-rolando-alvarez-to-26-years-in-prison/>
191. <https://acninternational.org/nicaragua-the-lies-are-almost-as-dangerous-as-the-bullets-because-they-create-a-psychosis-of-war/>
192. <https://acninternational.org/nicaragua-leads-religious-persecution-in-latin-america/>
193. <https://www.articulo66.com/wp-content/uploads/2022/05/Profanaciones-y-ataque-a-la-iglesia-catolica-1.pdf>
194. "Ministerio de Justicia y Derechos Humanos – Decreto que concedió indulto particular a condenado por delito de incendio en inmueble habitado en grado frustrado, daños a bien de uso público y hurto simple en lugar de culto", Boletín Jurídico del Observatorio de libertad religiosa de América Latina y el Caribe, n.º 4 (ano 18), Janeiro de 2023, <http://ojs.uc.cl/index.php/bjur/article/view/56679> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
195. "UNHCR calls on States to refrain from forced returns of Haitians", Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 3 de Novembro de 2022, <https://www.unhcr.org/news/press/2022/11/6363acd64/unhcr-calls-states-refrain-forced-returns-haitians.html> (accedido a 2 de Abril de 2023).
196. Wendy Fry, "Asesinan a párroco en Tecate, Baja California", San Diego Union-Tribune, 22 de Maio de 2022, <https://www.sandiegouniontribune.com/en-espanol/noticias/bc/articulo/2022-05-22/asesinan-a-parroco-en-tijuana> (accedido a 2 de Abril de 2023).
197. "Mexico's Guadalupe pilgrimage draws huge crowd after one-year absence", Reuters, 12 de Dezembro de 2021, <https://www.reuters.com/world/americas/mexicos-guadalupe-pilgrimage-draws-huge-crowd-after-one-year-absence-2021-12-12/>
198. Lissette Romero, "Fiesta por la Virgen de Guadalupe regresa sin restricciones", Los Angeles Times, 12 de Dezembro de 2022, <https://www.latimes.com/espanol/mexico/articulo/2022-12-12/fiesta-por-la-virgen-de-guadalupe-regresa-sin-restricciones> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
199. Giselle Vargas, "Una multitud retoma peregrinación de Semana Santa tras dos años de suspensión por pandemia", ACI Prensa, 11 de Abril de 2022, <https://www.aciprensa.com/noticias/una-multitud-retoma-peregrinacion-de-semana-santa-tras-dos-anos-de-suspension-por-pandemia-53904> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
200. Giselle Vargas, «Internos y comunidad diocesana realizan Vía Crucis en penal de Argentina», ACI Prensa, 7 de Abril de 2022, <https://www.aciprensa.com/noticias/interos-y-comunidad-diocesana-realizan-via-crucis-en-penal-de-argentina-50936> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
201. "El fervor volvió a las calles de Medellín con el Vía Crucis", El Colombiano, 15 de Abril de 2022, <https://www.elcolombiano.com/antioquia/volvio-el-viacrucis-en-semana-santa-a-medellin-MB17255696> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
202. Norma Pineda, "Santa Bárbara: trinitecos encarnan la Pasión de Cristo", La Prensa, 15 de Abril de 2022, <https://www.laprensa.hn/honduras/santa-barbara-trinitecos-encarnan-pasion-de-cristo-CN7539501#image-1> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
203. "Semana Santa en Paraguay: las mejores actividades para celebrar en familia en Ñaṇandry y Yaguaron", Nea Hoy, 10 de Abril de 2022, <https://www.neahoy.com/2022/04/10/semana-santa-en-paraguay-las-mejores-actividades-para-celebrar-en-familia-en-tanarandry-y-yaguaron/> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
204. "Perú: Semana Santa 2022: estas son las celebraciones más famosas de Perú", Infobae, 31 de Março de 2022, <https://www.infobae.com/america/peru/2022/03/31/semana-santa-2022-estas-son-las-celebraciones-mas-famosas-en-peru/> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
205. José Alvarado, "Semana Santa: comunidad católica regresa a las calles para las tradicionales procesiones", El Observador, 10 de Abril de 2022, <https://observador.cr/comunidad-catolica-regresa-a-las-calles-para-las-tradicionales-procesiones/> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
206. "En el sur del país se realizaron algunas actividades eclesiales y culturales por Semana Santa", Telemazonas, 15 de Abril de 2022, <https://www.telemazonas.com/en-el-sur-del-pais-se-realizaron-algunas-actividades-eclesiales-y-culturales-por-semana-santa/> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
207. "Venezuela celebra Semana Santa tras dos años de confinamiento", Voz de América, 14 de Abril de 2022, <https://www.vozdeamerica.com/a/venezuela-celebra-semana-santa-tras-dos-anos-de-confinamiento/6529134.html> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
208. Edgar Ávila, "Más de 2 mil policías formarán parte del operativo especial de Semana Santa en Puebla", El Universal, 7 de Abril de 2022, <https://www.eluniversal.com.mx/estados/semana-santa-2022-mas-de-2-mil-policias-formaran-parte-del-operativo-especial-en-puebla> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
209. Andrea Domínguez e Raúl Barreno C., "Semana Santa 2022: Más de medio millón de personas llegan a La Antigua Guatemala y activan el turismo después de dos años de restricciones", Prensa Libre, 10 de Abril de 2022, <https://www.prensalibre.com/guatemala/comunitario/semana-santa-2022-mas-de-medio-millon-de-personas-llegan-a-la-antigua-guatemala-despues-de-dos-anos-de-restricciones/>; "La Semana Santa de Guatemala es declarada patrimonio de la humanidad por la Unesco", Prensa Libre, 30 de Novembro de 2022, https://www.prensalibre.com/guatemala/comunitario/la-unesco-declara-la-semana-santa-de-guatemala-patrimonio-de-la-humanidad-breaking/?utm_source=modulosPL&utm_medium=linkinterno&utm_campaign=ux (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
210. Marcelo Jaldín, "Cuando San Roque le ganó a San Bernardo la fiesta que ahora es patrimonio mundial", La Razón, 28 de Agosto de 2022, <https://www.la-razon.com/la-revista/2022/08/28/cuando-san-roque-le-gano-a-san-bernardo-la-fiesta-que-ahora-es-patrimonio-mundial/> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
211. "Comunicado Obispado de Iquique en vísperas Fiesta Virgen del Carmen de La Tirana", Iglesia.cl, 15 de Julho de 2022, <http://www.iglesia.cl/44387-comunicado-obispado-de-iquique-en-visperas-fiesta-uirgen-del-carmen-de-la-tirana.html> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
212. Cristián Núñez y Florencia Ortiz, "Fiesta de La Tirana: templo se encuentra abierto pese a suspensión y Obispado arriesga sumarios", Bío Bío Chile, 14 de Julho de 2022, <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/region-de-tarapaca/2022/07/14/fiesta-de-la-tirana-templo-se-encuentra-abierto-pese-a-suspension-y-obispado-arriesga-sumarios.shtml> (accedido a 31 de Janeiro de 2023).
213. "La Policía de Nicaragua prohíbe procesiones y conmemoración de la Biblia", La Prensa, 22 de Setembro de 2022, <https://www.laprensa.hn/mundo/la-policia-de-nicaragua-prohibe-procesiones-y-conmemoracion-de-la-biblia-DH10172414> (accedido a 1 de Fevereiro de 2023).
214. Jason Horowitz e Jane Arraf, "Pope Francis meets Iraq's top ayatollah as both urge peace", The New York Times, 6 de Março de 2021, <https://www.nytimes.com/2021/03/06/world/europe/pope-francis-iraq-ayatollah-sistani.html> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
215. "ASIA/IRAQ – Christian-Shiite dialogue Conference scheduled for de Março de 2023, two years after the Pope's visit", Agenzia Fides, 10 de Dezembro de 2022, <http://www.fides.org/en/news/73151> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
216. "A document on Human fraternity for world peace and living together", Vatican.va, https://www.vatican.va/content/francesco/en/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
217. Jayson Casper, "Pope Francis Secures Favorable Fatwa for Iraq's Christians", Christianity Today, 7 de Março de 2021, <https://www.christianitytoday.com/news/2021/march/iraq-pope-francis-ayatollah-sistani-shiite-christian-fatwa.html> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
218. Mostafa Boroujerdi, "Analysis of Pope Francis's Trip to Iraq and His Visiting Grand Ayatollah al-Sistani", IPIS, de Março de 2021, <https://ipis.ir/en/subjectview/633538/Analysis-of-Pope-Francis%E2%80%99s-Trip-to-Iraq-and-His-Visiting-Grand-Ayatollah-al-Sistani> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
219. "ASIA/IRAQ – Christian-Shiite dialogue Conference scheduled for de Março de 2023, two years after the Pope's visit", Agenzia Fides, 10 de Dezembro de 2022, <http://www.fides.org/en/news/73151> (accedido a 14 de Dezembro de 2022).
220. "Highlight of Ahmed Al-Tayeb's speech at the Bahrain Forum", Gulf News, 4 de Novembro de 2022, <https://gulfnews.com/world/gulf/bahrain/highlight-of-ahmed-al-tayeb-s-speech-at-the-bahrain-forum-1.1667571272125> (accedido a 15 de Dezembro de 2022).

#Não feche os olhos à Liberdade Religiosa

Saiba mais em

www.acninternational.org/religiousfreedomreport



Copyright e citações

Consultar os créditos de cada fotografia. Salvo especificação em contrário, todo o material é livre de ser citado, creditando-o da seguinte forma: "Religious Freedom in the World Report 2023", Aid to the Church in Need International, June 2023.

<https://acninternational.org/religiousfreedomreport>

Pedidos da imprensa

Contactar secretariado nacional local da Fundação AIS, info@fundacao-ais.pt ou Maria Lozano na ACN International, press@acn-intl.org

Renúncia de responsabilidade

Foram feitos todos os esforços para assegurar que os mais altos padrões editoriais possíveis sejam cumpridos na produção do *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo*. No entanto, ao apresentar o Relatório, a Fundação AIS reconhece que não poderia verificar independentemente e sem excepção todas as informações aqui contidas. O Relatório recorre a múltiplas fontes e apresenta estudos de caso com o objectivo de esclarecer a natureza e gravidade das violações da liberdade religiosa. Deve ter-se o cuidado de não atribuir significado indevido aos casos seleccionados. Estes são apresentados como exemplos que ilustram a natureza da situação relativa à liberdade religiosa. Em muitos casos, outros exemplos seriam igualmente suficientes. As perspectivas ou opiniões expressas não são necessariamente as da Fundação AIS, mas as dos envolvidos na compilação dos vários documentos contidos no Relatório.

Salvo especificação em contrário, todos os dados dos países, demografia religiosa e PIB *per capita* (PPC ajustada, para permitir a comparação entre países) provêm das últimas informações disponíveis em: Todd M. Johnson e Brian J. Grim, eds. *World Religion Database* (Leiden/Boston: Brill, 2020), www.worldreligiondatabase.org. Os números do índice GINI são os mais recentes disponíveis em www.databank.worldbank.org. Um indicador GINI mede a desigualdade na distribuição do rendimento e do consumo, um índice Gini de 0 representa uma perfeita igualdade, enquanto um índice de 100 implica uma perfeita desigualdade.



Fundação AIS

ACN PORTUGAL

Ajuda à Igreja que Sofre

A Fundação AIS é uma instituição internacional que apoia mais de 5.000 projectos pastorais em mais de 145 países por ano. Com base em três pilares – informação, oração e acção – a Fundação AIS ajuda os Cristãos onde quer que sejam perseguidos, ameaçados ou em necessidade. Fundada em 1947 como organização católica de ajuda aos refugiados de guerra, a organização foi reconhecida como Fundação pontifícia em 2011. A Fundação AIS é o secretariado português da organização internacional Aid to the Church in Need (ACN), uma fundação pontifícia com secretariados em 24 países. Tem a sua sede em Königstein, na Alemanha.

Ajuda à Igreja que Sofre Portugal

Rua Prof. Orlando Ribeiro,
5 D, 1600-796 Lisboa

Tel. +351 217 544 000

apoio@fundacao-ais.pt

www.fundacao-ais.pt

FUNDAÇÃO
PONTIFÍCIA



Os Nossos Secretariados no Mundo:

Alemanha

info@acn-deutschland.org
www.acn-deutschland.org

Coreia

info@acn-korea.org
www.acn-korea.org

Itália

info@acn-italia.org
www.acn-italia.org

Austrália

info@acn-australia.org
www.acn-australia.org

Eslováquia

info@acn-slovensko.org
www.acn-slovensko.org

Luxemburgo

info@acn-luxemburg.org
www.acn-luxemburg.org

Áustria

info@acn-oesterreich.org
www.acn-oesterreich.org

Espanha

info@acn-espana.org
www.acn-espana.org

Malta

info@acn-malta.org
www.acn-malta.org

Bélgica

info@acn-belgique.org
www.acn-belgique.org

Estados Unidos da América

info@acn-us.org
www.acn-us.org

México

info@acn-mexico.org
www.acn-mexico.org

Brasil

info@acn-brasil.org
www.acn-brasil.org

Filipinas

info@acn-philippines.org
www.acn-philippines.org

Polónia

info@acn-polska.org
www.acn-polska.org

Canadá

info@acn-canada.org
www.acn-canada.org

França

info@aied-france.org
www.aied-france.org

Portugal

info@acn-portugal.org
www.acn-portugal.org

Chile

info@acn-chile.org
www.acn-chile.org

Holanda

info@acn-nederland.org
www.acn-nederland.org

Reino Unido

info@acn-uk.org
www.acn-uk.org

Colômbia

info@acn-colombia.org
www.acn-colombia.org

Irlanda

info@acn-ireland.org
www.acn-ireland.org

Suíça

info@acn-schweiz.org
www.acn-schweiz.org